



2016

Consolidação de Contas

Relatório de Gestão Consolidado



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Por outro lado, a informação financeira das entidades que integram o perímetro da consolidação, tornou-se, com a entrada em vigor da nova LFL, informação de relevância extrema para efeitos de controlo da dívida total de operações orçamentais (art.ºs 52º e 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), uma vez que as dívidas dessas entidades relevam para efeito de apuramento do montante da dívida de cada município.

A consolidação de contas é uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse. No processo de consolidação de contas elaboram-se as demonstrações financeiras do grupo económico, em função das demonstrações financeiras de cada uma das entidades consideradas individualmente.

Aplicando-se ao Município e às participadas sistemas contabilísticos distintos, respetivamente o POCAL o SNC, tornou-se necessário proceder previamente a um conjunto de reclassificações nas contas das participadas de modo a tornar compatíveis os documentos a consolidar, quando aplicado o método integral.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas e submete-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no nº 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI).

Presente em Reunião de Câmara de 23/6/2017

Deliberação: Aprovado por
maioria e a abstenção
do Vereador Paulo César

Anatônio

Presente em Assembleia Municipal de 30/06/2017

Deliberação: Aprovado por maioria
9 votos a favor CDV e 6 Absente
PS/TPA

Anatônio



2. GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2014, a AgroAlpiarça, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o *método de consolidação integral*.

As participadas AR – Águas do Ribatejo, EM, SA e a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM foram integradas no perímetro de consolidação pelo *método da equivalência patrimonial* por o Município de Alpiarça participar nos respetivos capitais sociais em mais de 5% e menos de 10%.

Entidade Consolidante

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

NIF: 501133097

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA

Natureza da atividade – Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA Encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo Executivo em 20/04/2017 e pela Assembleia Municipal em 28/04/2017.

a) Entidades Consolidadas - (Método Integral)

AGROALPIARÇA, CIPRL

NIF: 502000066

Capital Social – 150.000,00 €

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social – 99,87%

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeira foram aprovadas pela Assembleia Geral em 06 de abril de 2017 e enquanto documentos agora consolidados são anexados ao presente relatório.



b) Entidades Consolidadas - (Método Equivalência Patrimonial)

Entidades	Percentagem	Valor participado	Capital próprio 2016	Valor participado	Diferença a registar	Contas Debito	Contas a crédito	Ajustamentos a fazer
AR	5,40%	2 957 593,20	54 649 990,51	2 951 099,49	-6 493,71	55	412	Sim
LT	5,39%	26 128,38	428 509,14	23 096,64	-3 031,74	55	412	Sim
					-9 525,45			

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508345464

Capital Social – 6.871.681,00 €

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social/estatutário – 5,4%

Natureza da atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeira foram aprovadas Concelho de Administração dia 16/03/2017, certificadas em 20-03-2017, por Martins Pereira, João Careca Associados

LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM

NIF: 509226426

Capital Social – 475.058,16

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social/estatutário – 5,39%

Natureza da atividade – Promover a Reabilitação Urbana dos centros históricos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Concelho de Administração da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana em 12 de Janeiro de 2017 e certificadas por Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.



3 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

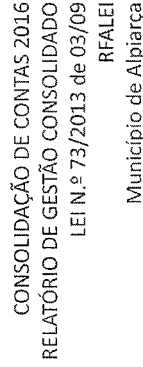
As contas aprovadas em cada uma das entidades foram objeto de certificação pelas seguintes entidades:

- AR – Águas do Ribatejo, EM, SA - Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
- LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM - Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Os documentos consolidados que se apresentam são:

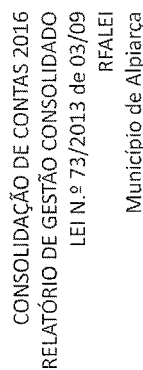
1. Balanço consolidado
2. Demonstração de Resultados
3. Resumo dos Fluxos de Caixa
4. Anexos às Demonstrações Financeiras, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários.

Após a apresentação dos documentos supra citados serão anexadas as notas aos mesmos.



31/dez/15

Pág. 5



ATIVO	31/dez/16	31/dez/15	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
	167 600,46	106 733,81	Total do Capital Próprio	26 782 999,30	27 353 026,99
Imobilizações Corpóreas:			Interesses minoritários	(140,65)	(98,13)
Terrenos e recursos naturais	6 793 108,97	6 377 408,05			
Edifícios e outras construções	20 063 942,37	17 465 829,51			
Equipamento básico	2 530 514,19	370 794,49			
Equipamento de transporte	1 425 875,73	228 416,86	PASSIVO:		
Ferramentas e utensílios	166 013,73	4 521,75	Provisões:		
Taras e vasilhame	0,00	0,00	Provisões para pensões	0,00	0,00
Equipamento administrativo	523 373,82	12 368,80	Provisões para impostos	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	433 449,96	23 471,69	Outras provisões	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00		0,00	0,00
Adiantamentos p. conta imobiliz. Corpóreas	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros-Médio e Longo Prazo		
	31 936 278,77	24 482 811,15	Dívidas a instituições de crédito	7 303 708,79	9 109 244,02
			Fornecedores c/c	0,00	0,00
Investimentos Financeiros:			Outros credores	0,00	0,00
Partes de capital em empresas do grupo	2 394,18	1 505,00		7 303 708,79	9 109 244,02
Empréstimos a empresas do grupo	0,00	0,00			
Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
Obrigações e títulos de participação	3 292 594,38	3 293 483,56	Dívidas a instituições de crédito	350 000,00	200 000,00
Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	Fornecedores c/c	966 239,79	582 209,45



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31/dez/16	31/dez/15	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	Fornecedores facturas em conferência	109 311,17	460 826,33
			Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
CIRCULANTE	3 294 988,56	3 294 988,56	Fornecedores de imobilizado c/c	30 678,24	25 696,82
Existências:			Adiantamento de clientes	0,00	6 500,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	188 885,95	176 685,98	Estado e outros entes públicos	121 312,37	118 506,01
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	46 923,64	45 731,09	Administração Autárquica	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	110 416,36	137 407,72	Outros credores	640 182,73	388 557,88
Mercadorias	145,26	145,26			
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00		2 217 724,30	1 782 296,49
Ajustamentos de existências	0,00	0,00	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	346 371,21	359 970,05	Acréscimos de custos	493 849,02	398 964,84
			Proveitos diferidos	8 006 801,48	8 634 719,04
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	Ajustes em contratos futuros	0,00	0,00
			Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				8 500 650,50	9 033 683,88
Empréstimos concedidos	0,00	0,00			
Clientes, contribuintes e utentes c/c	446 577,83	299 956,97			
Clientes cobrança duvidosa	45 398,52	36 392,50			



BALANÇO CONSOLIDADO

	31/dez/16	31/dez/15	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
ACTIVO					
Estado e outros entes públicos	1,38	1,38			
Outros devedores	146 556,07	146 556,07			
	638 533,80	593 135,28			
		45 398,52			
Depósitos Bancários e Caixa:					
Depósitos bancários	103 570,94	103 570,94			
Caixa	511,35	511,35			
	104 082,29	104 082,29			
		548 837,88			
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acrescimos de proveitos	896 620,97	896 620,97			
Custos diferidos	13 483,65	13 483,65			
Activos por impostos diferidos	0,00	0,00			
	910 104,62	910 104,62			
		960 970,91			
Total Amortizações					
	25 430 030,78	0,00			
Total Provisões					
	45 398,52	0,00			
Total do Activo	70 280 371,53	44 804 942,23	Total do Capital Próprio e do Passivo	18 022 083,59	19 925 224,39
	25 475 429,30	44 804 942,23		44 804 942,24	47 278 153,25



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RUBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Bens de Domínio Público:										
Terrenos e recursos naturais	653 970,75		653 970,75							653 970,75
Outras Construções e Infra-estruturas	13 983 693,20		13 983 693,20							13 983 693,20
Bens de Património histórico, artístico e cultural	255 308,75		255 308,75							255 308,75
Imobilizações em curso	87 964,49		87 964,49							87 964,49
Amortizações acumuladas	17 901 474,63		17 901 474,63							17 901 474,63
	14 980 937,19	0,00	14 980 937,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 980 937,19
Imobilizações incorpóreas:										
Despesas de instalação	166 914,02	0,00	166 914,02							166 914,02
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00							0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00							0,00
Trespases	0,00	0,00	0,00							0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferenças de Aquisição	0,00	0,00	0,00							0,00



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alparça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RÚBRICAS	CMA	AGROALPARÇA A	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalên cia Patrimoni al	Anulação Participaç ões Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferênc ia Resultados	Total Consolidado
<i>Amortizações de imobilizado incorpóreo:</i>	483	0,00	686,44	0,00						0,00
<i>Imobilizações corpóreas:</i>										
Terrenos e recursos naturais	421	6 434 103,37	333 743,23							6 767 846,60
Edifícios e outras construções	422	17 039 069,11	22 109,51							17 061 178,62
Equipamento básico	423	294 061,06	22 913,31							316 974,37
Equipamento de transporte	424	221 547,72	0,00							221 547,72
Ferramentas e utensílios	425	3 131,78	0,00							3 131,78
Equipamento administrativo	426	12 029,39	0,00							12 029,39
Taras e vasilhame	427	0,00	0,00							0,00
Outras imobilizações corpóreas	429	25 700,58	0,00							25 700,58
Imobilizações em curso	442	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	448	0,00	0,00							0,00
<i>Amortizações de imobilizado corpóreo:</i>	482	6 730 362,12	797 507,59							7 527 869,71
		24 029 643,01	378 766,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 408 409,06
<i>Investimentos financeiros:</i>										
Partes de capital em empresas do grupo	4111	1 505,00	889,18							2 394,18
Empréstimos a empresas do grupo	4121	0,00	0,00							0,00
Partes de capital em empresas associadas	4112	0,00	0,00							0,00



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RUBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalên cia Patrimóni al	Anulação Participaçõ es Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferênc ia Resultados	Total Consolidado
Obrigações e títulos de participação	3 292 594,38	0,00	3 292 594,38							3 292 594,38
Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
<i>Ajustamentos de investimentos financeiros:</i>	0,00	0,00	0,00							0,00
	3 294 099,38	889,18	3 294 988,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 294 988,56
<i>Existências:</i>										
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	184 566,61	4 319,34	188 885,95							188 885,95
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	46 923,64	46 923,64							46 923,64
Produtos acabados e intermédios	0,00	110 416,36	110 416,36							110 416,36
Mercadorias	0,00	145,26	145,26							145,26
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00							0,00
<i>Ajustamentos de existências:</i>	0,00	0,00	0,00							0,00
	184 566,61	161 804,60	346 371,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346 371,21
<i>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</i>										
Dívidas de Médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00							0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</i>										
Cientes, c/c	461 548,54	98 324,13	559 872,67	-113 294,84						446 577,83
211D										



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alparça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalên cia Patrimóni al	Anulação Participaçõ es Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferênc ia Resultados	Total Consolidado
Clientes, títulos a receber	212	0,00	0,00	0,00						0,00
Clientes de cobrança duvidosa	218	0,00	0,00	0,00						0,00
Empresas do grupo	252D	0,00	0,00	0,00						0,00
Empresas associadas	253D	0,00	0,00	0,00						0,00
Empresas participadas e participantes	254D	0,00	0,00	0,00						0,00
Outros accionistas (sócios)	255D	0,00	0,00	0,00						0,00
Adiantamentos a fornecedores	229	0,00	0,00	0,00						0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2619	0,00	0,00	0,00						0,00
Estado e outros entes públicos	24D	0,00	1,38							1,38
Outros devedores	268D	216 995,78	12 432,71	-82 872,42						146 556,07
Empréstimos a receber	28	194 258,47	0,00	-194 258,47						0,00
Provisões acumuladas	29	45 398,52	0,00							45 398,52
		872 802,79	110 758,22	-390 425,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	593 135,28
<i>Títulos negociáveis:</i>										
Outras aplicações de tesouraria	18	0,00	0,00							0,00
<i>Ajustamentos de aplicações de tesouraria:</i>	19	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Depósitos bancários e caixa:</i>										
Depósitos bancários	12D	89 643,93	13 927,01	103 570,94						103 570,94
Caixa	11	361,35	150,00	511,35						511,35



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
	90 005,28	14 077,01	104 082,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104 082,29
Acréscimos de proveitos	900 165,62	0,00	900 165,62	-3 544,65						896 620,97
Custos diferidos	11 499,88	1 983,77	13 483,65							13 483,65
Activos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00							0,00
	911 665,50	1 983,77	913 649,27	-3 544,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910 104,62
Diferenças de Conversão Activas	0,00	0,00	0,00							0,00
Contrapartida de Eliminações	0,00	0,00	0,00							0,00
Total das amortizações	24 631 836,75	798 194,03	25 430 030,78		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 430 030,78
Total de provisões	45 398,52	0,00	45 398,52							45 398,52
Total do ACTIVO:	44 530 633,78	668 278,83	45 198 912,61	-393 970,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44 804 942,23
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>										
Capital	36 177 538,73	149 805,00	36 327 343,73							36 327 343,73



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alparça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RÚBRICAS	CMA	AGROALPARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Ações (quotas) próprias:										
Valor nominal	0,00	0,00	0,00							0,00
Descontos e prémios	0,00	0,00	0,00							0,00
Prestações suplementares	0,00	0,00	0,00							0,00
Prémios de emissão de ações (quotas)	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	2 439 301,38	0,00	2 439 301,38							2 439 301,38
Reservas de reavaliação	0,00	49 960,84	49 960,84							49 960,84
Reservas:										
Reservas legais	256 291,74	8 870,78	265 162,52							265 162,52
Outras reservas	0,00	93 611,66	93 611,66							93 611,66
Doações	123 930,69	0,00	123 930,69							123 930,69
Reservas decorrentes de transferência de ativos	182 404,61	0,00	182 404,61							182 404,61
Resultados transitados	-11 278 982,00	-410 448,79	-11 689 430,79	37 044,23						-11 652 386,56
Diferenças de Conversão	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00							0,00
	27 900 485,15	-108 200,52	27 792 284,63	37 044,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 829 328,86
Resultado líquido do exercício										
Resultado Líquido (Balanço)	-1 056 566,47	148,15	-1 056 418,32	0,00						-1 046 319,57
Resultados - Grupo	0,00	0,00	0,00							0,00



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalên cia Patrimoni al	Anulação Participaçõ es Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferênc ia Resultados	Total Consolidado
Resultados - Interesses Minoritários	120M	0,00	0,00							0,00
		-1 056 566,47	-1 056 418,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 046 329,57
Interesses Minoritários	106M	0,00	-140,65							-140,65
		0,00	-140,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140,65
Dividendos antecipados	89	0,00	0,00							0,00
Total do CAPITAL PRÓPRIO:		26 843 918,68	-108 193,02	37 044,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 782 858,64
<i>Provisões:</i>										
Provisões para pensões	291	0,00	0,00	0,00						0,00
Provisões para impostos	292	0,00	0,00	0,00						0,00
Outras provisões para riscos e encargos	293	0,00	0,00	0,00						0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
<i>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</i>										
Dívidas a instituições de crédito	7 151 816,98	346 150,28	7 497 967,26	-194 258,47						7 303 708,79
Fornecedores c/c	0,00	0,00	0,00							0,00
Accionistas	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores imobilizado c/c	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros credores	0,00	0,00	0,00							0,00
<i>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</i>										
Dívidas a instituições de crédito	350 000,00	0,00	350 000,00							350 000,00
Fornecedores, c/c	924 698,30	41 541,49	966 239,79	0,00						966 239,79
Fornecedores, facturas em conferência	109 311,17	0,00	109 311,17							109 311,17
Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas associadas	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	30 678,24	0,00	30 678,24							30 678,24
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	0,00							0,00
Estado e outros entes públicos	113 281,82	8 030,55	121 312,37							121 312,37
Administração Autárquica	0,00	0,00	0,00							0,00



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

RUBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferências Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
268C	506 278,09	380 749,53	887 027,62	-246 844,89						640 182,73
Outros credores										
<i>Acréscimos e diferimentos:</i>										
273	493 849,02	0,00	493 849,02							493 849,02
Acréscimos de custos										
274	8 006 801,48	0,00	8 006 801,48							8 006 801,48
Proveitos diferidos										
275	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustes em contratos futuros										
2762	0,00	0,00	0,00							0,00
Passivos por impostos diferidos										
	8 500 650,50	0,00	8 500 650,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 500 650,50
Diferenças de Conversão Passivas										
4770	0,00	0,00	0,00							0,00
Contrapartida de Eliminações										
	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do PASSIVO:	17 686 715,10	776 471,85	18 463 186,95	-441 103,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 022 083,59
Total do CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO:	44 530 633,78	668 278,83	45 198 912,61	-404 059,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44 804 942,23
	0,00	0,00	0,00	-10 088,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas						
1	Anulação da participação social na AGRO	0,00	abate	41	0,00	
				51	0,00	
2	Dívidas da CM à AGRO	0,00	abate	22	0,00	
		5 586,40		21	5 586,40	
				7112	5 586,40	
3	Dívidas da AGRO à CM (bens e serviços)	107 708,44	abate	21	107 708,44	
				59	107 708,44	
4	Dívidas da AGRO à CM (Rendas)	82 872,42	abate	268	82 872,42	
		246 844,89		268	246 844,89	
		19 218,80		62	19 219,80	
		144 752,67		59	144 752,67	
4	Empréstimo da CM a AGRO (suprimentos)	194 258,47	abate	28	194 258,47	
				25	194 258,47	
				59		
5	Devedores por acréscimo de resultados	3 544,65	abate	27	3 544,65	
				7	3 544,65	



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

CUSTOS E PERDAS	31/dez/16 (1)	31/dez/15 (2)	31/dez/16 (1)	31/dez/15 (2)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias / materiais	193 941,34	180 811,26	8 638,80	6 947,19
			244 971,70	200 465,41
Fornecimentos e serviços externos	1 579 551,22	1 546 182,88	359 865,71	338 320,13
			1 005 058,80	1 038 526,78
			(24 440,01)	37 216,33
Custos com o pessoal:			19 869,91	14 547,10
Remunerações	2 212 295,69	2 142 593,72	288 000,81	244 301,15
Encargos sociais:			3 940 844,22	3 920 448,15
Pensões	576 669,21	572 062,02	80 525,18	96 043,98
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
			(B)	5 896 816,22
Amortizações do Imob. Corpóreo, incorpóreo e bens de domínio Público	2 484 672,89	3 300 814,72		
Ajustamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	54 236,52	0,00	0,00	0,00
Transf. e subsíd. Concedidos	324 422,55	331 394,34	0,00	0,00
Outros custos e perdas operacionais	9 646,32	54 301,12	0,00	0,00
	(A)	7 435 435,74	8 128 160,06	
Perdas em empresas do grupo e associadas			0,00	0,00
Amortizações e ajustamentos de aplicações e invest. financeiros	227 297,48	243 459,23	139 530,88	139 303,95
Juros e custos similares:			6 062 866,00	6 036 120,17
Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00		
Outros	227 297,48	243 459,23	611 185,62	453 590,58
	(C)	7 662 733,22	8 371 619,29	
			(D)	6 036 120,17



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

CUSTOS E PERDAS	31/dez/16	31/dez/15	PROVEITOS E GANHOS	
	(1)	(2)	(1)	(2)
Custos e perdas extraordinários	57 564,10	54 064,41		
(E)	7 720 297,32	8 425 683,70		
Impostos sobre o rendimento do exercício	83,68	101,36		
(G)	7 720 381,00	8 425 785,06		
Resultado Líquido atribuível Interesses Minoritários	0,19	52,78		
Resultado Líquido atribuível Accionistas	(1 046 329,57)	(1 936 127,09)		
	6 674 051,62	6 489 710,75	(F)	6 674 051,62 6 489 710,75
			(B)-(A)	(2 231 343,84)
Resultados Operacionais			(D-B)-(C-A)	(104 155,28)
Resultados Financeiros			(D)-(C)	(2 335 499,12)
Resultados Correntes			(F)-(E)	(1 935 972,95)
Resultados Antes de Impostos			(F)-(G)	(1 936 074,31)
Resultado líquido do Exercício antes IM				(1 936 127,09)
Resultado líquido do Exercício				(1 936 127,09)



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA A 31.12.2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMIA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq, Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
CUSTOS E PROVEITOS									
CMVMC - Mercadorias	612	0,00	0,00	0,00					0,00
CMVMC - MP, Subs. e de Consumo	616	148 792,02	45 149,32	193 941,34					193 941,34
Fornecimentos Serviços Externos	62	1 507 862,21	90 908,81	1 598 771,02	-19 219,80				1 579 551,22
Remunerações	641	2 067 274,32	145 021,37	2 212 295,69					2 212 295,69
Encargos Sociais - Pensões	643	576 669,21	0,00	576 669,21					576 669,21
Encargos Sociais - Outros	645	0,00	0,00	0,00					0,00
Amortizações do Exercício	662+663	2 473 334,01	11 338,88	2 484 672,89					2 484 672,89
Ajustamentos do Exercício	666+667	0,00	0,00	0,00					0,00
Provisões do Exercício	67	36 392,50	17 844,02	54 236,52					54 236,52
Transf. e subsíd. Concedidos	63	324 422,55	0,00	324 422,55					324 422,55
Out. Cust. Perdas Operacionais	65	1 250,00	8 396,32	9 646,32					9 646,32
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	TCO	7 135 996,82	318 658,72	7 454 655,54	-19 219,80	0,00	0,00	0,00	7 435 435,74
Perdas Emp. Grupo e Associadas	682	0,00	0,00	0,00					0,00
Amort. e Ajust. Apl. e Inv. Fin	683	0,00	0,00	0,00					0,00
Juros e custos similares	68	220 500,32	6 797,16	227 297,48					227 297,48
Juros/Cust. Simil. Outros	6812	0,00	0,00	0,00					0,00



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA A 31.12.2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
Custos/Perdas Extraordinários	69	57 564,10	0,00	57 564,10					57 564,10
Reserva de Conversão	106A	0,00	0,00	0,00					0,00
Imposto s/ Rendimento Exercício	86	0,00	83,68	83,68					83,68
Interesses Minoritários	120M	0,00	0,19	0,19					0,19
Resultado Exercício	88	-1 056 566,47	148,15	-1 056 418,32	0,00				-1 046 329,57
TOT. CUSTOS/PERDAS +/- RESULT.		6 357 494,77	325 687,90	6 683 182,67	-19 219,80	0,00	0,00	0,00	6 674 051,62
PROVEITOS E GANHOS									
Venda de Mercadorias	711	8 638,80	0,00	8 638,80					8 638,80
Venda Prod. Acab. Intermedios	7112	347,14	253 755,61	254 102,75	-9 131,05				244 971,70
Prestacao de Serviços	712	359 865,71	0,00	359 865,71	0,00				359 865,71
Impostos e Taxas	72	1 005 058,80	0,00	1 005 058,80					1 005 058,80
Variacao da Producao	70	0,00	-24 440,01	-24 440,01					-24 440,01
Trabalhos p/ Propria Empresa	75	19 869,91	0,00	19 869,91					19 869,91
Proveitos Suplementares	73	288 000,81	0,00	288 000,81					288 000,81
Subsidios a Exploracao	74	3 924 997,10	15 847,12	3 940 844,22					3 940 844,22
Outros Prov. e Ganhos Operac.	76	0,00	80 525,18	80 525,18					80 525,18
Reversões de amortizações e ajustamentos	77	0,00	0,00	0,00					0,00



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA A 31.12.2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	TPO	5 606 778,27	325 687,90	5 932 466,17	-9 131,05	0,00	0,00	0,00	5 923 335,12
Ganhos Emp. Grupo e Associadas	782	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend. Participações Capital	784	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend.Tit.Neg.Out.Apl.Tes.Grupo	78121	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend.Tit.Neg.Out.Apl.Tes.Outros	78122	0,00	0,00	0,00					0,00
Out. Jur. e Prov. Simil. Grupo	78111	0,00	0,00	0,00					0,00
Out. Jur. e Prov. Simil. Outros	78112	139 530,88	0,00	139 530,88					139 530,88
Proveitos e Ganhos Extraord.	79	611 185,62	0,00	611 185,62					611 185,62
Desvio Conversao - Resultados	666V	0,00	0,00	0,00					0,00
TOTAL PROVEITOS E GANHOS	TPG	6 357 494,77	325 687,90	6 683 182,67	-9 131,05	0,00	0,00	0,00	6 674 051,62
		0,00	0,00	0,00	-10 088,75	0,00	0,00	0,00	0,00



MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

1	Dividas da CM à AGRO	9 131,05	abate	7112	9 131,05
2	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços)	252 461,11	abate	59	252 461,11
3	Rendas de terrenos da CM à AGRO - Custos da AGRO	19 219,80	abate	62	19 219,80



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

FLUXOS DE CAIXA

Recebimentos	Município de Alpiarça	AgroAlpiarça	Total agregado	Eliminação reciprocas	Total consolidado
Saldo da gerência anterior	540 535,32	8 302,56	548 837,88		548 837,88
Execução orçamental	452 963,43	8 302,56	461 265,99		461 265,99
Operações de tesouraria	87 571,89	0,00	87 571,89		87 571,89
Total das receitas orçamentais	6 512 778,30	495 473,10	7 008 251,40		6 981 169,77
Receitas correntes	5 521 386,59	474 070,78	5 995 457,37	-27 081,63	5 968 375,74
Receitas de capital	989 353,00	21 402,32	1 010 755,32		1 010 755,32
Receitas outras	2 038,71	0,00	2 038,71		2 038,71
Operações de tesouraria	499 371,57	0,00	499 371,57		499 371,57
Total ---	7 552 685,19	503 775,66	8 056 460,85		8 029 379,22
Pagamentos					
Total das despesas orçamentais	6 942 420,26	489 298,65	7 431 718,91		7 404 637,28
Despesas correntes	4 805 460,12	275 269,47	5 080 729,59	-27 081,63	5 053 647,96
Despesas de capital	2 136 960,14	214 029,18	2 350 989,32		2 350 989,32
Operações de tesouraria	520 259,65	0,00	520 259,65		520 259,65
Saldo para gerência seguinte	90 005,28	14 477,01	104 482,29		104 482,29
Execução orçamental	23 321,47	14 477,01	37 798,48		37 798,48
Operações de tesouraria	66 683,81	0,00	66 683,81		66 683,81
Total ---					



Notas:

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

	Município de Alpiarça		AgroAlpiarça		Faturação paga pela AGRO à CM
Receitas Correntes	5 521 386,59	10 903,26	5 510 483,33		
Despesas correntes			275 269,47	10 903,26	264 366,21
Despesas correntes	4 805 460,12	16 178,37	4 789 281,75		Faturação paga pela CM à AGRO
Receitas Correntes			474 070,78	16 178,37	457 892,41



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado. Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que o perímetro de consolidação engloba o Município de Alpiarça e a AgroAlpiarça, CIPRL cujo capital é detido a 99,87% pela CMA.

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade	Método de Consolidação
AgroAlpiarça, CIPRL	Alpiarça	99,87 %	Cooperativa – Produção de vinhos	Integral

Atendendo ao estipulado no nº 5.3 da portaria nº 474/2010 de 01 de julho a AgroAlpiarça, CIPRL foi considerada no perímetro de consolidação por o Município de Alpiarça deter 99,87% do capital social.

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

De acordo com o artigo mencionado na nota anterior, as empresas que não foram incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam do seguinte quadro:



ENTIDADE	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO	PRINCIPAL ATIVIDADE
AMPV	Cartaxo	1,3	Afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade;
ANPC	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local;
APMCH	Lamego	0,52	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos;
CIMLT	Santarém	5,8	Artigo 2º dos Estatutos da CIMLT publicados no diário da Republica, 2ª série- n.º 6 – 9 de janeiro de 2014;
RESIURB	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
TAGUSGÁS, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural;

Estas entidades foram excluídas do perímetro de consolidação, por não ter sido considerado conveniente pelo Município de Alpiarça nos termos do artigo 7º da Lei nº 50 de 2012 de 31 de agosto.

De ressaltar as entidades CIMLT e RESIURB que apesar do Município deter entre 5% e 10% do capital foram excluídas das entidades associadas contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial por a participação do Município de Alpiarça ser uma contribuição sob a forma de cotização.



Nota 3 – Entidades Associadas contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO	PRINCIPAL ATIVIDADE
AR Águas do Ribatejo	Salvaterra de Magos	5,40%	Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social
LT- Sociedade de Reabilitação Urbana	Santarém	5,39%	Promover a Reabilitação Urbana

Nota 4 – Entidades Associadas não contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial

Não aplicável.

Nota 5 – Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

Nota 6 – Outras participações não consolidadas e não incluídas nas notas 1 a 4I

Não aplicável.



Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

O número total de colaboradores ao serviço do Grupo Município de ALPIARÇA no exercício de 2016, foi de 157 assim distribuído:

ENTIDADE	ANO	N.º DE COLABORADORES
Município de Alpiarça (balanço social)	2016	151
Agroalpiarça, CIPRL (efectivos)	2016	6

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Como até à presente data ainda não foram publicadas as normas de consolidação de contas em POAL previstas nos planos sectoriais nem uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo foram observados os princípios de consolidação de contas estipulados no artigo 5º da Portaria nº 474/2010 de 01 de julho, assim como normas e instruções definidas no SATAPOAL.

Nota 9 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.



III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Método de cálculo das diferenças de consolidação:

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, para aplicação do mesmo.

De referir que esta norma para efeitos de eliminações de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF 14 - concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada ao sistema contabilístico vigente.

Nota 11 – Derrogação às regras gerais de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável

Nota 12 – Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

Não aplicável.

Nota 13 – Demonstrações financeiras integradas na consolidação elaboradas em data diferente das da entidade-mãe e acontecimentos importantes ocorridos entre a data dos balanços das entidades incluídas na consolidação e o balanço consolidado

Não aplicável.



Nota 14 – Comparabilidade e alterações no perímetro de consolidação

Não aplicável.

Nota 15 – Utilização de critérios valorimétricos diferente dos utilizados nas demonstrações financeiras individuais

Não aplicável.

Nota 16 – Ajustamentos excepcionais efetuados com fins fiscais

Não aplicável.

Nota 17 – Amortizações das diferenças de consolidação para além de cinco anos

Não aplicável.

Nota 18 – Contabilização das participações em associadas

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas pelo valor de aquisição.

Nota 19 – Discriminação das diferenças de aquisição pelo método de equivalência patrimonial quando não refletidas no balanço consolidado

Não aplicável.



Nota 20 – Critérios valorimétricos das associadas diferentes dos utilizados na consolidação

Não aplicável.

IV – Informações relativas a compromissos

Nota 23 – Critérios de valorimetria

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Imobilizado

Os Ativos Imobilizados, incluindo os Investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro, O Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o seu património inicial. Determina o ponto 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do POCAL que, aos bens do domínio público que não foi atribuído qualquer valor, assumem o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação assumindo, a partir dessa data, o montante desta, ou até que seja feita a sua avaliação por uma comissão de avaliação, nomeada, que a faça mediante regras e critérios valorimétricos pré - estabelecidos. No Município de Alpiarça no ano de 2010 procedeu-se à avaliação de grande parte do imobilizado Municipal, nomeadamente arruamentos, sistemas de águas e saneamento.

Assim, os Bens de Domínio Público que não foram objeto de uma grande reparação ou de avaliação, por comissão de avaliação previamente nomeada, até 31 de Dezembro de 2016, não integram o património do Município.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas previstas Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), sendo totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassam 80% do índice



100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (preço de compra + impostos de compra não reembolsáveis + custo necessário para colocação em funcionamento – descontos e abatimentos), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis. Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (preço de compra + impostos de compra não reembolsáveis + custo necessário para colocação em funcionamento – descontos e abatimentos), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das cotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.



Investimentos Financeiros

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os investimentos em imóveis respeitam a edifícios registados na rubrica de propriedades de investimento nas contas individuais da Câmara Municipal de Alpiarça.

Existências

As existências de mercadorias e matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo que no exercício de 2016 as provisões para devedores duvidosos iniciaram a ser gradativamente aplicadas uma vez que se pressupõe quase totalmente o seu recebimento/pagamento.

Quanto às dívidas de Terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL na óptica do Município de Alpiarça pois no que se refere à Agroalpiarça a constituição das provisões é feita com base no artigo 36º do CIRC.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.



Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados de médio e longo prazo quando têm maturidade superior a doze meses e de curto prazo quando a sua maturidade é inferior a este prazo.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo encontra-se reconhecida a despesa que corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2016, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2017, bem como todos os custos do exercício de 2016 que só em 2017 serão regularizados.

Nota 24 – Cotações para conversão em moeda nacional das dívidas a pagar em moeda estrangeira

Não aplicável.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

O valor registado na rubrica “Despesas de Instalação” refere-se ao custo dos diferentes projetos de obras, de engenharia, executados pela Autarquia.



Nota 26 – Amortizações de “trespasses” para além de cinco ano

Não aplicável.

Nota 27 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

ATIVO CIRCULANTE	ATIVO BRUTO	AP	ATIVO LÍQUIDO
Bens domínio público	32 882 411,82	17 901 474,63	14 980 937,19
Imobilizações incorpóreas	167 600,46	686,44	166 914,02
Imobilizações corpóreas	31 936 278,77	7 527 869,71	24 408 409,06
Investimentos financeiros	3 294 988,56	0,00	3 294 988,56
Total do ativo imobilizado	68 281 279,61	25 430 030,78	42 851 248,83

Nota 28 – Custos financeiros capitalizados no exercício

Não aplicável.

Nota 29 – Amortizações e ajustamentos extraordinários feitos exclusivamente para fins fiscais

Não aplicável.

Nota 30 – Diferenças entre os custos dos elementos do ativo circulante e respetivos preços de mercado

Não aplicável.



Nota 31 – Atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado

Não aplicável.

Nota 32 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

ATIVO CIRCULANTE	ATIVO BRUTO	AP	ATIVO LÍQUIDO
Existências	346 371,21	0,00	346 371,21
Dívidas de curto prazo	638 533,80	45 398,52	593 135,28
Depósitos em inst. Financeiras e caixa	104 082,29	0,00	104 082,29
Total do ativo circulante	1 088 987,30	45 398,52	1 043 588,78

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2016, nas rubricas do ativo circulante são os constantes do balanço consolidado.

Nota 33 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

Não aplicável.

Nota 34 – Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Não aplicável.

Nota 35 – Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e correspondentes quantias arrecadadas

Não aplicável.



Nota 36 - Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

A AgroAlpiarça, CIPRL tem como atividade principal a Agricultura e comércio de vinhos.

Nota 37 – Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais

Não aplicável.

Nota 38 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

Não aplicável.

Nota 39 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Alpiarça e órgãos sociais da AgroAlpiarça, CIPRL totalizaram, no ano de 2016, o valor de 88.352,52 € cujo acréscimo se deve às reposições das reversões salariais.

ENTIDADE	VALOR
Município de Alpiarça	88.352,52
AgroAlpiarça, CIPRL	0,00



Nota 40 – Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da entidade-mãe

Não aplicável.

Nota 41 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

Nota 42 – Reavaliações

Não aplicável.

Nota 43 – Comparabilidade dos exercícios

Não aplicável.

Nota 44 – Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
68	Financeiros	227 297,48	243 459,23	78	Financeiros	139 530,88	139 303,95
Resultados		-87 766,60					



Nota 45 – Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
69	Extraordinários	57 564,10	54 064,41	79	Extraordinários	611 185,62	453 590,58
Resultados		553 621,52					

Nota 46 – Desdobramento da Conta de Provisões e Movimentos do Exercício

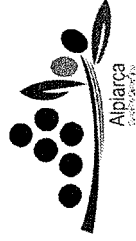
Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	9 006,02	36 392,50	0,00	45 398,52

Nota 47 – Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não aplicável

Nota 48 – Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado

Não aplicável



VII – Informações diversas

Nota 49 – Outras informações exigidas por diplomas legais

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo				Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	AgroAlpiarça	Total	
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	8=6-7
2312	7 151 816,98	0,00	0,00	346 150,28	7 497 967,26	7 303 708,79
					0,00	0,00
					0,00	0,00
Total	7 151 816,98	0,00	0,00	346 150,28	7 497 967,26	7 303 708,79

Notas:

2312 - 194.258,47 referente ao empréstimo concedido à AgroAlpiarça (Suprimentos)



SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO

Tipo de fluxos	Município de Alpiarça / AgroAlpiarça									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6 = (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11 = (7+8)-(9+10)
Tranferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00	194 258,47				194 258,47
Relações comerciais	1 666,20	20 098,57		16 178,37	5 586,40	202 932,02	163 971,47		10 903,26	356 000,23
Participações do capital - numerário					0,00	149 258,47				149 258,47
Participações do capital - espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	1 666,20	20 098,57	0,00	16 178,37	5 586,40	546 448,96	163 971,47	0,00	10 903,26	699 517,17



VIII – Outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do Grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e valor dos bens e direitos que constituem o respetivo Ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de Dezembro de 2016 e que constituem o Passivo do Grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representa os Fundos Próprios do Grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado do Grupo, em 2016, o que representa um resultado positivo em relação ao exercício anterior na ordem dos € 890.000,00, traduz-se num valor negativo de € 1.046.329,57.

Este resultado é influenciado pelo valor das amortizações do exercício que montam a € 2.484.672,89 que são contabilizadas como custos.

Importa referir que as amortizações não correspondem a saídas de fundos durante o exercício. Trata-se duma técnica contabilística que pretende medir a perda de valor ocorrida em cada período por parte dos bens e equipamentos de duração plurianual, devido ao respetivo uso, fruição e funcionamento no âmbito da função que lhes está atribuída nas actividades desenvolvidas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação. Acresce ainda que a referida técnica contabilística de imputação a cada período da perda de valor dos bens e equipamentos se baseia na utilização de estimativas, nomeadamente quanto ao número de anos durante os quais cada item é suscetível de utilização.

A informação financeira da AgroAlpiarça, CIPRL foi elaborada, com base no Sistema de normalização contabilística (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na elaboração da consolidação as contas SNC foram ajustadas ao POCAL

Todavia, não poderemos deixar de aqui realçar a importância da avaliação integrada do conjunto das actividades desenvolvidas aliada à necessidade de objetividade e transparência da informação a fornecer relativamente à situação financeira do “grupo municipal” – Município e AgroAlpiarça, CIPRL. Por esta razão, a demonstração das contas consolidadas apresenta-se como uma importante ferramenta de gestão, permitindo uma análise e avaliação integrada das políticas públicas locais.



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
LEI N.º 73/2013 de 03/09
RFALEI
Município de Alpiarça

Por último, importará referir que a descrição das atividades mais relevantes do exercício económico de 2016, bem como, o enquadramento dessa mesma atividade, encontra-se pormenorizada nos relatórios de gestão do Município de Alpiarça e da AgroAlpiarça, CIPRL, os quais, por inutilidade de repetição, se dão aqui por integralmente reproduzidos.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Alpiarça, que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2016 (que evidencia um total de 44.804.942 euros e um total de fundos próprios de 26.782.859 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.046.330 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Alpiarça em 31/12/2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL

Bases para a opinião com Reservas

O Património e o Balanço estão afetados negativamente devido ao facto de, nas contas do Município, não estarem ainda regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, não nos foi possível quantificar o valor da reserva.

As contas da Agroalpiarça incluída no perímetro da consolidação, não foram objeto de Certificação Legal de Contas, o que limitou a nossa análise.

Deveriam ser criadas, pelo Município, provisões para cobranças duvidosas e outros num total de 483.260 euros.

No resto, a nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 26 de junho de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2016.

2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.

3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2016, e depois de tidas tendo em conta tanto as Reservas como as Ênfases incluídas na Certificação de Contas Consolidada que aqui se dá como reproduzida, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 26 de junho de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda
Representada por
Dr. Luís Guerra Marques-ROC n.º 620





DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

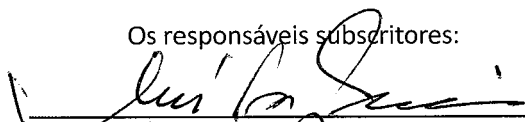
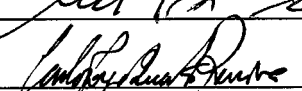
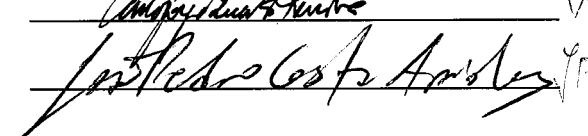
(Conforme Resolução do Tribunal de Contas número 3/2016, de 18 de janeiro do ano 2017)

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2016 do Município de Alpiarça declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Alpiarça, 23 de Junho de 2017

Os responsáveis subscritores:

 P
 VP
 P

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

Nota: Junta(m)-se ____ Declaração(ões);

2016

Anexos

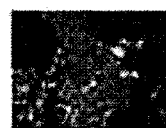
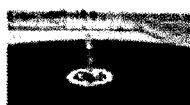
Relatório de Gestão Consolidado





Relatório de Gestão e Contas de 2016

Março de 2017



ÍNDICE

Siglas e Acrónimos.....	9
Sumário Executivo	12
Dados de Atividade	13
Dados Económico-Financeiros	15
Indicadores Económico-Financeiros.....	17
Apresentação da Empresa.....	18
Órgãos Sociais.....	19
Organização interna	20
Missão	21
Objetivos Estratégicos	21
Atividade em 2016	22
Produção de Água e Tratamento de Águas Residuais.....	22
Produção de Água	22
Tratamento de águas Residuais	24
Energia elétrica.....	26
Manutenção	33
Gestão de Redes.....	38
Exploração das Redes de Abastecimento.....	38
Manutenção de redes - reparação de roturas	38
Falhas no abastecimento.....	41
Orçamentação e execução de ramais domiciliários.....	43
Substituição e prolongamentos de redes.....	45

Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI).....	45
Gestão de perdas reais.....	46
Exploração das Redes de Saneamento.....	48
Desobstrução de coletores.....	48
Ramais domiciliários de esgotos	51
Manutenção de redes	52
Desinfestação das redes de saneamento.....	53
Elaboração de cadastro da rede de drenagem de águas residuais domésticas.....	53
Outros serviços.....	54
Reposição de pavimentos na manutenção de redes	54
Análise de projetos e emissão de pareceres técnicos.....	55
Qualidade	56
Aspetos gerais	56
Qualidade da Água de Consumo Humano	56
Plano de Controlo de Qualidade	56
Programa de Autocontrolo de Captações	57
Programa de Controlo de Qualidade da Água.....	57
Tratamento de incumprimentos	61
Programa de Controlo Operacional do Subsistemas de Abastecimento de Água	63
Qualidade de Águas Residuais.....	64
Plano de Controlo de Qualidade	64
Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais	64
Programa de Controlo Operacional Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais.....	67

Plano de Segurança da Água	68
Gestão Ambiental.....	68
Monitorização Do Meio Recetor das Descargas de Águas Residuais Tratadas.....	68
Gestão de resíduos	69
Comercial.....	72
Atendimento Comercial	72
Clientes – Reclamações	76
Clientes – Caracterização	77
Consumos e Faturação	81
Água não faturada.....	84
Formas de Pagamento.....	85
Serviços.....	86
Comunicação e Imagem	87
Sítio Institucional.....	88
Imprensa.....	89
Publicação do boletim informativo “Entre Águas”	91
Visitas de estudo a equipamentos	92
Sensibilização / Educação ambiental	92
Parcerias com a QUERCUS e DECO.....	93
Participação em feiras e eventos	94
Planeamento e Obras	96
Estudos e Projetos	97
Acompanhamento e fiscalização de obras.....	98

Sistema de Informação Geográfica	103
Administrativa e Financeira.....	106
Aprovisionamento	106
Segurança e Saúde no Trabalho	109
Recursos Humanos.....	111
População Ativa.....	111
Habilitações e Níveis de qualificação	112
Duração e Prestação do Trabalho	113
Condições de Trabalho	114
Formação Profissional.....	114
Absentismo.....	115
Investimento	116
Situação Económica e Financeira	118
Factos Supervenientes a 31 de Dezembro	120
Proposta de Aplicação de Resultados	120
Considerações Finais	121
Demonstrações financeiras individuais.....	123
Balanço individual	124
Demonstração dos resultados individuais	125
Demonstração dos fluxos de caixa individuais.....	126
Demonstração das alterações no capital próprio individuais	127
Anexo às demonstrações financeiras individuais.....	129
1. Nota introdutória	130

1.1.	Introdução	130
1.2.	Acionistas.....	130
1.3.	Aprovação das demonstrações financeiras.....	130
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	131
2.1.	Referencial Contabilístico.....	131
2.2.	Pressuposto da continuidade.....	131
2.3.	Regime do acréscimo	132
2.4.	Classificação dos ativos e passivos não correntes.....	132
2.5.	Passivos contingentes	132
2.6.	Passivos financeiros.....	132
2.7.	Eventos subsequentes.....	133
2.8.	Derrogação das disposições do SNC.....	133
3.	Principais políticas contabilísticas	133
3.1.	Moeda funcional e de apresentação.....	133
3.2.	Ativos fixos tangíveis	134
3.3.	Ativos intangíveis.....	135
3.4.	Imposto sobre o rendimento	135
3.5.	Clientes e outros valores a receber.....	136
3.6.	Caixa e equivalentes de caixa.....	136
3.7.	Capital social.....	136
3.8.	Provisões	137
3.9.	Subsídios e outros apoios do Governo.....	137
3.9.1.	Subsídios ao investimento.....	137

3.9.2.	Subsídios à exploração	137
3.10.	Fornecedores e outras dívidas a pagar	137
3.11.	Financiamentos bancários.....	138
3.12.	Locações	138
3.13.	Rédito e regime do acréscimo.....	139
4.	Ativos fixos tangíveis	140
5.	Ativos intangíveis.....	143
6.	Outros investimentos financeiros	144
7.	Ativos e passivos por impostos diferidos	144
8.	Inventários.....	145
9.	Clientes	146
10.	Estado e outros entes públicos	148
11.	Outros créditos a receber	149
12.	Diferimentos.....	149
13.	Caixa e depósitos bancários	150
14.	Capital subscrito	150
15.	Reserva legal.....	151
16.	Resultados transitados	151
17.	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	151
18.	Provisões	152
19.	Financiamentos obtidos	152
20.	Locações	153
21.	Outras dívidas a pagar.....	155

22.	Fornecedores.....	156
23.	Vendas e prestações de serviços.....	157
24.	Custo das vendas.....	157
25.	Fornecimentos e serviços externos.....	158
26.	Gastos com o pessoal.....	158
27.	Outros rendimentos.....	159
28.	Outros gastos.....	160
29.	Resultados financeiros.....	160
30.	Partes relacionadas.....	161
31.	Eventos subsequentes.....	161
32.	Informações exigidas por diplomas legais.....	162
33.	Outras informações.....	162

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR	AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.
CA	Conselho de Administração
CCE-CIMLT	Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DC	Direção Comercial
DG	Diretor Geral
DGR	Direção de Gestão de Redes
DPO	Direção de Planeamento e Obras
DPT	Direção de Produção e Tratamento
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GC	Gabinete de Comunicação
GPI	Gestão Patrimonial de Infraestruturas

GQ	Gabinete de Qualidade
IF	Índice de frequência
IG	Índice de gravidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
OT	Ordem de Trabalho
PAC Cap	Programa de Autocontrolo de Captações
PCA	Presidente do Conselho de Administração
PCOSAA	Programa de Controlo Operacional do Subsistemas de Abastecimento de Água
PCOSAR	Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais
PCQA	Programa de Controlo de Qualidade da Água
PCQAR	Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais
PI	Pedido de Intervenção
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PSA	Plano(s) de Segurança da Água
SAA	Subsistema de Abastecimento de Água

SAR	Subsistema de Saneamento de Águas Residuais
UAC	Unidade de Atendimento Comercial
ZMC	Zona de Medição e Controlo
ZO	Zona Operacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2016 representou o início de um novo ciclo na vida da empresa. Após a conclusão dos grandes projetos de infraestruturação executados pela empresa, o foco passou a estar (muito) mais centrado nos aspetos relacionados com a eficiência.

Sem prejuízo do acima referido, importa salientar que existe ainda um conjunto importante de intervenções na área do saneamento para realizar, especialmente no Concelho de Torres Novas.

Contudo, é necessário ter presente que os meios financeiros hoje disponíveis, designadamente financiamentos comunitários a fundo perdido, são muito menos do que no passado, razão pela qual o ritmo e calendário de execução dos investimentos tem de ser ajustado a esta nova realidade.

A atividade da empresa ao longo do ano de 2016 veio dar sequência ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2009, procurando sempre melhorar o desempenho e prestar um melhor serviço a todos os utilizadores do sistema.

Neste Relatório será apresentada com detalhe informação relativa às atividades desenvolvidas no âmbito das várias vertentes da empresa, bem como todos os elementos e demonstrações financeiras que traduzem a realidade da empresa, com referência a 31 de dezembro de 2016.

DADOS DE ATIVIDADE

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Recursos Humanos	174	170	2,35%
Volume de Água Entrada Sistema (m³)	12.821.224	12.990.465	-1,30%
Volume de Água Faturada (m³)	8.511.909	8.551.217	-0,46%
Número de Clientes - Água	74.890	74.866	0,03%
Volume de Água Residual tratada (m³)	8.330.451	7.290.888	14,26%
Volume de Água Residual faturada (m³)	5.609.242	5.516.080	1,69%
Número de Clientes - Águas Residuais	56.297	56.019	0,50%
Capitação média mensal unit. (m³) (1)	9,47	9,52	-0,49%

(1) M3 Água Vendidos/Nº Clientes/12

No quadro supra são apresentados vários dados referentes à atividade operacional da AR no ano de 2016, em comparação com o ano de 2015.

No que se refere ao volume de água entrada no sistema registou-se uma ligeira diminuição (1,3%) em comparação com 2015, o que ficou a dever-se essencialmente ao facto do ano de 2016 ter registado maiores níveis de precipitação, em relação ao ano anterior. Esta situação teve igualmente reflexos no volume de água faturada, que registou também uma quebra, mas neste caso ainda mais ligeira (0,46%). Isto significa que o volume de água não faturada baixou, registando agora um valor na ordem dos 33,6%.

Um outro aspeto a destacar prende-se com o crescimento registado no número de clientes do serviço de abastecimento. Apesar de muito ligeiro (0,03%), reveste-se de grande importância pois vem contrariar uma (longa) tendência de perda de clientes. Resta saber se esta inversão é pontual, ou se se manterá ao longo dos próximos períodos.

Merece também destaque a evolução positiva do número de clientes no serviço de saneamento, que registou uma subida face ao período homólogo (0,5%) e que, neste caso, vem dar sequência a uma tendência de crescimento que se vem registando, motivada pelas novas ligações efetuadas na sequência dos investimentos que a AR tem vindo a realizar.

Atento o aumento significativo do volume de água residual tratada, quando comparado com o do ano anterior, importa salientar que esse aumento se ficou a dever, em grande medida, à (re)entrada em exploração de dois grandes subsistemas de saneamento (Riachos e Torres Novas) após as obras de reabilitação a que foram sujeitos.

No que se refere ao efetivo de pessoal da empresa, este indicador apresenta um ligeiro aumento, devido à entrada em funcionamento de diversas novas infraestruturas, o que implicou a necessidade de contratar novos colaboradores.

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Volume de Negócios (1)	15.472.353	15.312.486	1,04%
EBITDA (2)	9.150.808	9.166.245	-0,17%
Res. Antes Impostos	2.063.535	2.055.934	0,37%
Resultado Líquido	1.592.315	1.534.051	3,80%

Valores em euros

(1) Vendas + Prestação de Serviços

(2) Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

O volume de negócios registou um crescimento ligeiramente superior a 1%, em comparação com o período homólogo. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao maior volume de água residual faturada.

O EBITDA (correspondente ao resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) diminuiu ligeiramente, em comparação com o período homólogo. Esta diminuição fica a dever-se ao aumento de algumas rubricas de gastos, não totalmente compensado pelo aumento do volume de negócios.

Contudo, o Resultado Antes de Impostos registou um ligeiro aumento, fruto essencialmente da redução muito significativa dos gastos de financiamento, suficiente para compensar o aumento das amortizações.

Com base na evolução das rubricas mencionadas, o Resultado Líquido do Exercício registou igualmente uma evolução positiva, quando comparado com o período homólogo.

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Ativo Líquido	91.865.529	98.628.219	-6,86%
Passivo Remunerado	18.197.910	21.843.121	-16,69%
Capitais Próprios	54.649.991	55.340.194	-1,25%
Capital Social	6.871.681	6.871.681	0,00%

Valores em euros

Os dados económico-financeiros acima apresentados refletem uma evolução globalmente positiva no desempenho da AR.

O Ativo Líquido registou uma diminuição, em virtude do aumento significativo das amortizações, por força da conclusão e entrada em funcionamento de novas infraestruturas que, apesar do investimento realizado, determinou esta variação.

Apesar da continuidade no esforço de investimento realizado, deve destacar-se a significativa diminuição do Passivo Remunerado. Isto significa que, apesar da empresa continuar a investir, o financiamento bancário de médio e longo prazo, registou uma descida superior a 16%, por via das amortizações de capital realizadas.

A diminuição dos Capitais Próprios deve-se essencialmente ao decréscimo do valor dos subsídios por especializar. Isto é, com o final das Operações apoiadas pelo POVT, não houve ainda em 2016 um recebimento muito significativo de novos subsídios, ao mesmo tempo que se procedeu à especialização de parte dos subsídios já recebidos, o que resultou na diminuição dessa rubrica.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	DEZEMBRO	DEZEMBRO	Var.
	2016	2015	%
Dívida Líquida Financeira (1)	0,35	0,40	-11,03%
Rendibilidade Operacional (2)	0,59	0,60	-1,20%
Autonomia Financeira (3)	0,59	0,56	6,02%
Solvabilidade (4)	1,47	1,28	14,87%

(1) Passivo M/L prazo / (Passivo M/L prazo + Capital Próprio)

(2) EBITDA / Vendas e Serv. Prestados

(3) Capital Próprio / Ativo

(4) Capital Próprio / Passivo

Da análise dos indicadores apresentados no quadro *supra*, verificamos que houve uma evolução muito positiva, para a generalidade dos indicadores.

A Dívida Líquida Financeira registou uma descida significativa (superior a 11%), muito por força da diminuição da rubrica de Financiamentos Obtidos, que se traduziu no decréscimo do Passivo Não Corrente, em comparação com o período homólogo.

A Rendibilidade Operacional registou uma ligeira diminuição refletindo, por um lado, a diminuição do EBITDA e, por outro, o aumento do volume de negócios.

Os níveis de Autonomia Financeira e de Solvabilidade melhoraram de forma significativa quando comparados com os do período homólogo, significando que a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos é hoje maior do que no passado.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- **Designação Social:**

AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.

- **Sede Social:**

Rua Gaspar Costa Ramalho, n.º 38, 2120-098 Salvaterra de Magos

- **Pessoa Coletiva:**

508 345 464

- **Capital Social e Prestações Suplementares:**

Capital Social: € 6.871.681

- **Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Santarém sob o n.º**

508 345 464

- **Estrutura Acionista:**

Município de Almeirim 15,45%

Município de Alpiarça 5,40%

Município de Benavente 16,44%

Município de Chamusca 8,15%

Município de Coruche 15,03%

Município de Salvaterra de Magos..... 14,19%

Município de Torres Novas..... 25,34%

ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos Órgãos Sociais da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. é a seguinte:

- **Mesa da Assembleia-Geral**

Pedro Miguel César Ribeiro – Presidente

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – Secretário

- **Conselho de Administração**

Francisco Silvestre de Oliveira – Presidente

Carlos António Pinto Coutinho – Vogal

Pedro Paulo ramos Ferreira – Vogal

- **Fiscal Único**

Martins Pereira & Associados, SROC representada por:

João Antonio Carvalho Careca, ROC

Como ROC suplente:

Alec Antoine Edmond Beerten, ROC

ORGANIZAÇÃO INTERNA

- **Direções Operacionais:**

DG – Direção Geral;

DAF – Direção Administrativa e Financeira;

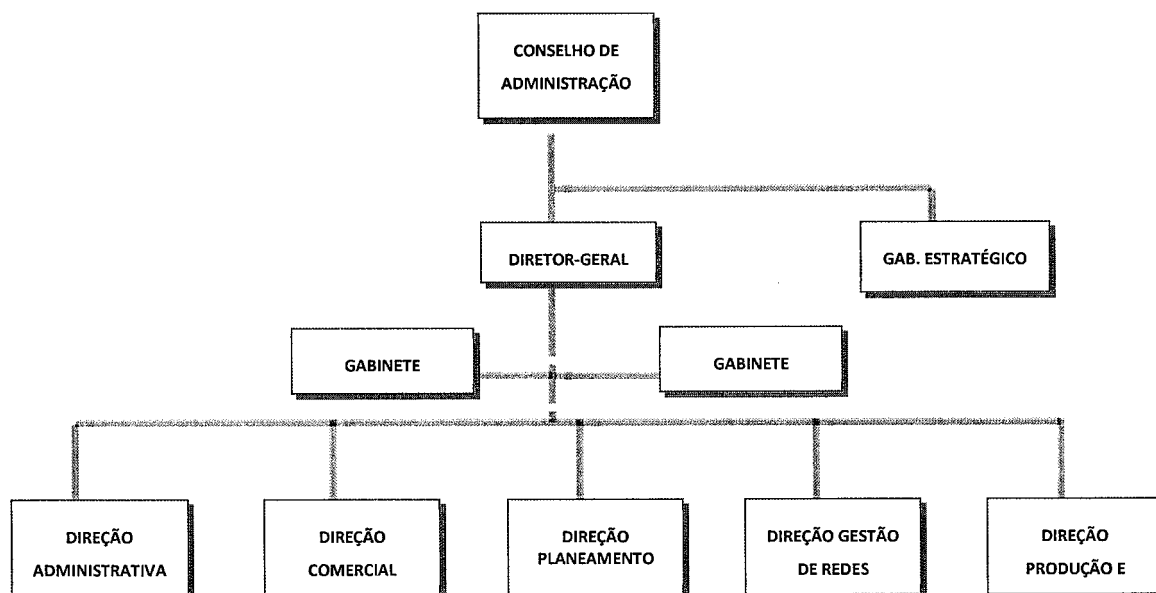
DC – Direção Comercial;

DPT – Direção de Produção e Tratamento;

DGR – Direção de Gestão de Redes;

DPO – Direção de Planeamento e Obras

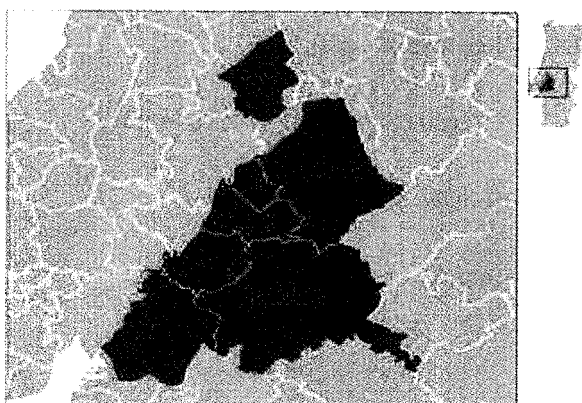
- **Organigrama:**



MISSÃO

A AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A., é a empresa responsável pela exploração e gestão dos Sistemas de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

A sua intervenção pauta-se por um elevado sentido de responsabilidade na proteção do ambiente e consequente sustentabilidade ambiental, tendo como Missão “assegurar um serviço de excelência que garanta o fornecimento contínuo de água com qualidade e a drenagem e tratamento de águas residuais dos 150 000 habitantes dos Municípios abrangidos”.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em termos de objetivos estratégicos da empresa, podem destacar-se os seguintes:

- Aumentar a taxa de cobertura da população servida por rede de drenagem e ETAR para aproximadamente 80% em 2017;
- Assegurar uma capacidade de armazenamento de água para um período de 48 horas em todo o sistema, o que significa mais do que duplicar a capacidade existente em 2008;
- Reduzir as perdas de água para os 20%, a médio prazo;
- Aumentar os níveis de eficiência na gestão do recurso ÁGUA;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária.

ATIVIDADE EM 2016

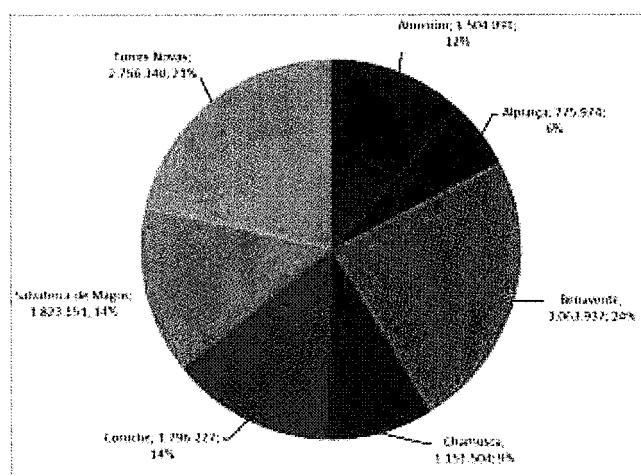
PRODUÇÃO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

PRODUÇÃO DE ÁGUA

A produção de água que resulta da exploração de captações próprias em todos os municípios e da compra de água em alta à EPAL no município de Torres Novas atingiu em 2016 o valor de **12.821.224 m³**, sendo 85% deste volume proveniente das captações da Águas do Ribatejo e restantes 15% água comprada à EPAL. Face ao ano anterior verifica-se uma redução de 1% na produção de água para consumo, para o que contribuiu apenas o volume captado, mantendo-se sem alteração o volume comprado à EPAL.

Na análise deste valor deve atender-se que este não é o volume colocado nos reservatórios para abastecimento das redes de distribuição, uma vez que parte da água captada é utilizada em procedimentos de tratamento e operações de manutenção como a lavagem de filtros das ETA e higienização de reservatórios e ainda nas perdas de água nos sistemas de adução para limpeza das condutas. Atendendo a essas perdas, que se calculam de 2,86 %, o valor efetivo entregue nos reservatórios é de **12.453.959 m³**.

Figura - Produção por Município (m³) em 2016



Os valores de produção verificam uma tendência de decréscimo face a períodos homólogos de anos anteriores, exceto nos meses de verão, variando na exploração de captações próprias entre 700.000 e 1.300.000 m³/mês e entre 120.000 e 220.000 m³/mês na aquisição de água à EPAL, conforme se constata nas figuras em baixo.

Figura – Volume captados em captações próprias, por mês (m³)

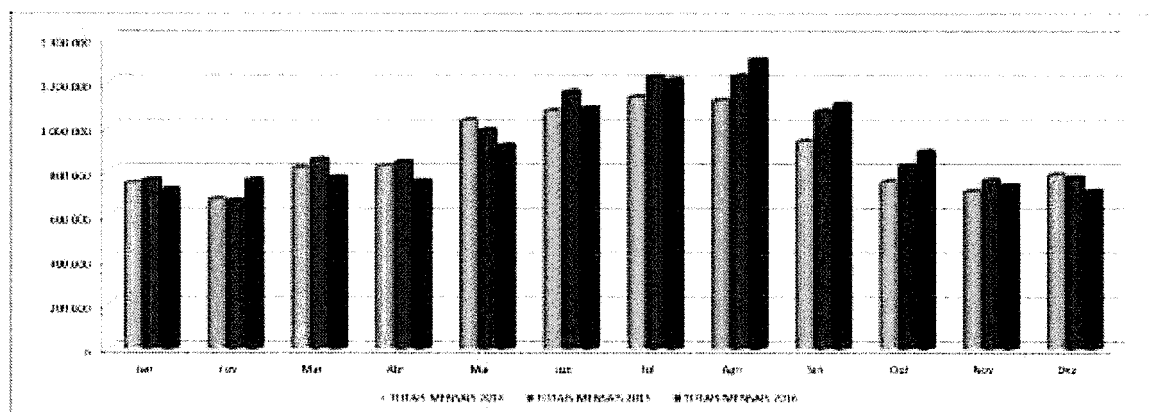
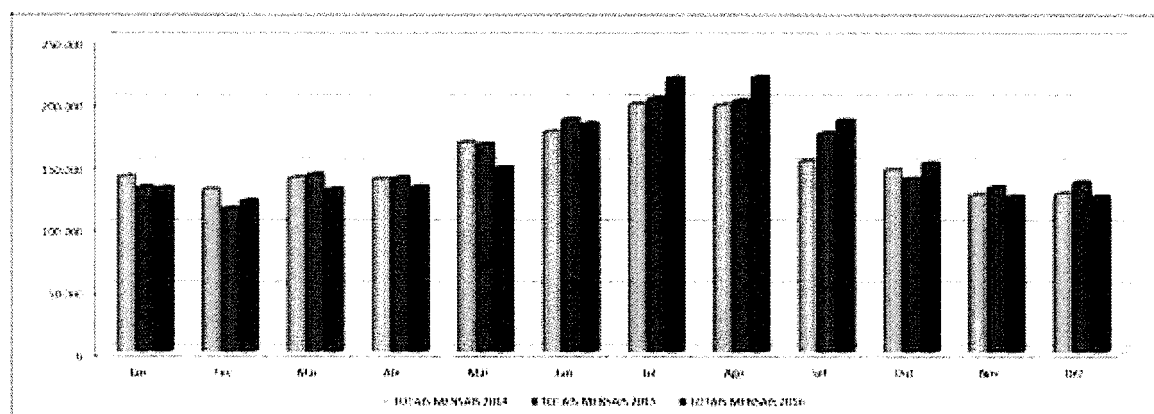


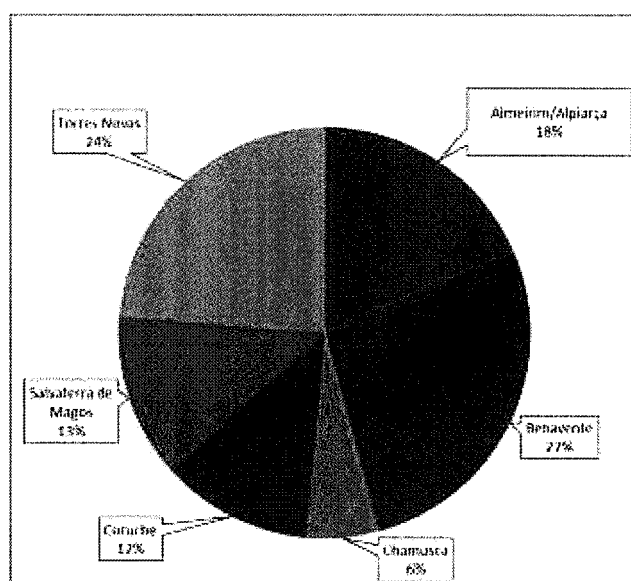
Figura – Aquisição água em “Alta”, por mês (m³)



TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O volume total de água residual tratada nas ETAR em 2016 foi de **8.330.451 m³**. Este valor representa um aumento de 14% face ao volume de água residual tratado nas ETAR da Águas do Ribatejo no ano anterior, em grande medida devido à contribuição de dois grandes subsistemas de saneamento (Riachos e Torres Novas).

Figura – Volume tratado em ETAR por município (m³):

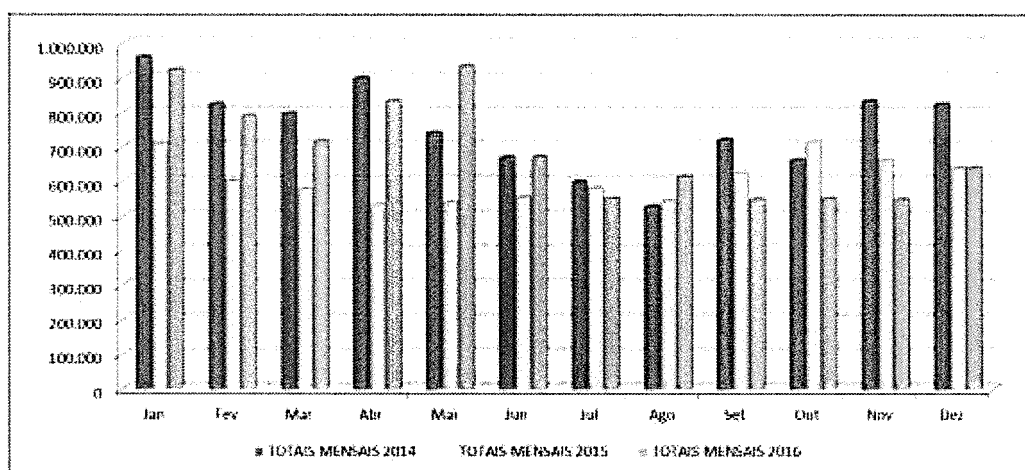


Na figura seguinte, que traduz a variação mensal dos caudais tratados em ETAR em períodos homólogos de anos anteriores, pode constatar-se a elevada contribuição de águas pluviais nos primeiros meses do ano de 2016 que atinge valores da ordem dos 300.000 m³/mês. Esta preocupante realidade ultrapassa os 50 % dos caudais médios mensais de tempo seco em 7 bacias de drenagem, e, a contribuição pluvial chega a ultrapassar os 100% do caudal médio mensal em tempo seco em 8 bacias de drenagem. Destas últimas bacias de drenagem destacam-se as que estão afetas às ETAR de Várzea Fresca e Glória do Ribatejo no município de Salvaterra de Magos, São José da Lamarosa no município de Coruche e Arripiado no município da Chamusca.

Nos grandes subsistemas de saneamento as contribuições pluviais atingem os 31% na bacia da ETAR de Almeirim/Alpiarça, 53% na ETAR de Torres Novas e 84% na ETAR de Riachos.

Tendo em conta os resultados laboratoriais da análise à carga orgânica afluenta às ETAR, o volume de água residual representa a produção de 111.259 equivalentes populacionais.

Figura – Volumes Tratados em ETAR por mês (m³):



ENERGIA ELÉTRICA

Os dados a seguir apresentados, representam uma análise global aos **340 pontos de fornecimento de energia**, diretamente ligados à operação dos subsistemas (excluindo oficinas, armazéns, lojas e sede), sendo 138 destes pontos no abastecimento de água e 202 no saneamento.

Os locais fornecidos em Média Tensão, maiores consumidores, totalizam 20 instalações no abastecimento de água e 30 no saneamento, enquanto que a Baixa Tensão Especial representa 28 instalações no abastecimento e 6 no saneamento e a esmagadora maioria das instalações restantes é abastecida em Baixa Tensão Normal.

No quadro seguinte apresenta-se o valor total de consumo de energia, em kWh de energia ativa para a atividade de produção de água e elevação e tratamento de águas residuais. A variação dos consumos totais no abastecimento acompanha a variação nos volumes de água produzida, já no saneamento é visível o impacto da operação dos subsistemas de Riachos e Torres Novas, principalmente este último que sozinho representa um consumo na ordem dos 890.000 kWh/ano.

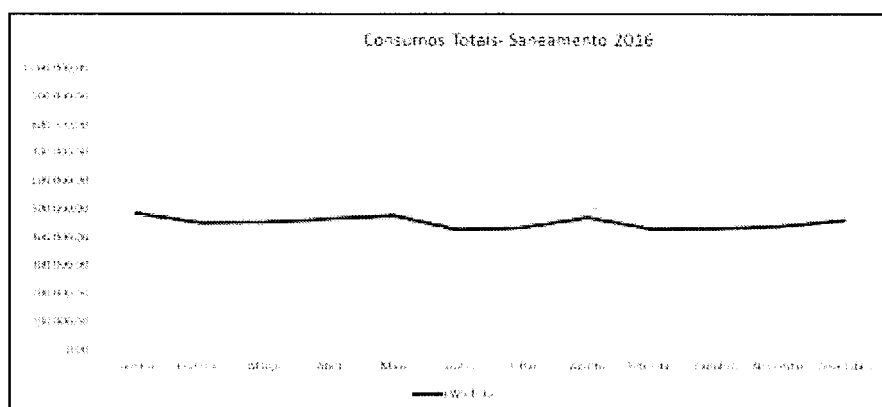
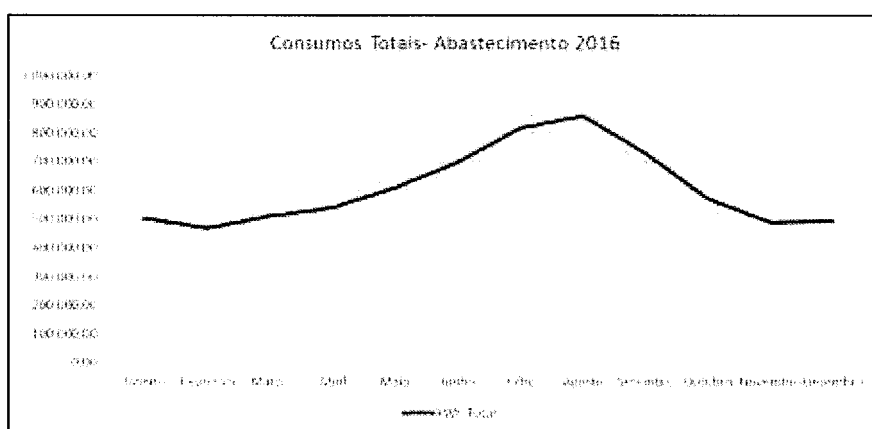
	Produção de Água	Elevação e Tratamento Esgotos	Total
2015	7 382 388,81 kWh	4 849 073,80 kWh	12 231 462,61 kWh
2016	7 303 504,66 kWh	5 432 861,47 kWh	12 736 266,13 kWh
Variação	- 1,1 %	+ 12,0 %	+ 4,1 %

Os custos associados a estes consumos são apresentados no quadro em baixo, alertando-se que não incluem custos com taxas e contribuição audiovisual.

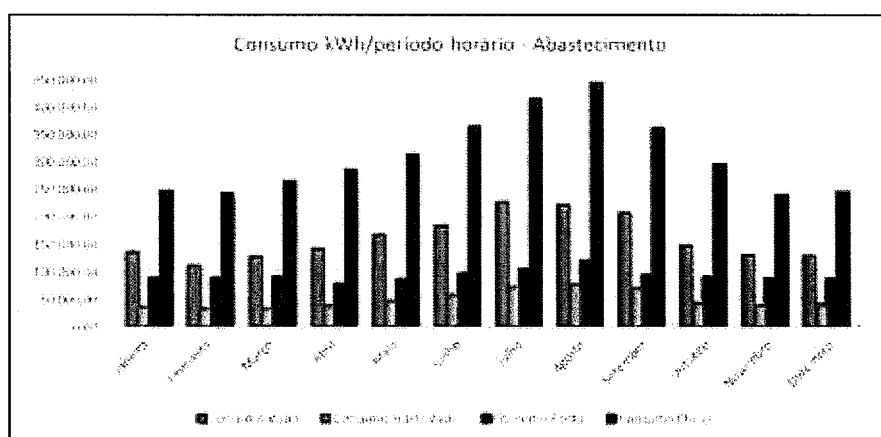
	Produção de Água	Elevação e Tratamento Esgotos	Total
2015	1 049 524,25 €	696 005,86 €	1 745 530,11 €
2016	978 714,56 €	709 501,20 €	1 688 215,76 €
Variação	- 6,7 %	+ 1,9 %	- 3,3 %

O ano de 2016 apresenta uma significativa melhoria no que respeita aos custos de energia da atividade no abastecimento de água, reflexo do investimento realizado na instalação de equipamentos mais eficientes e também da descida das tarifas. No saneamento, refira-se ainda que no período homólogo do ano anterior não estavam ainda em serviço pleno os sistemas de saneamento de Riachos e de Torres Novas.

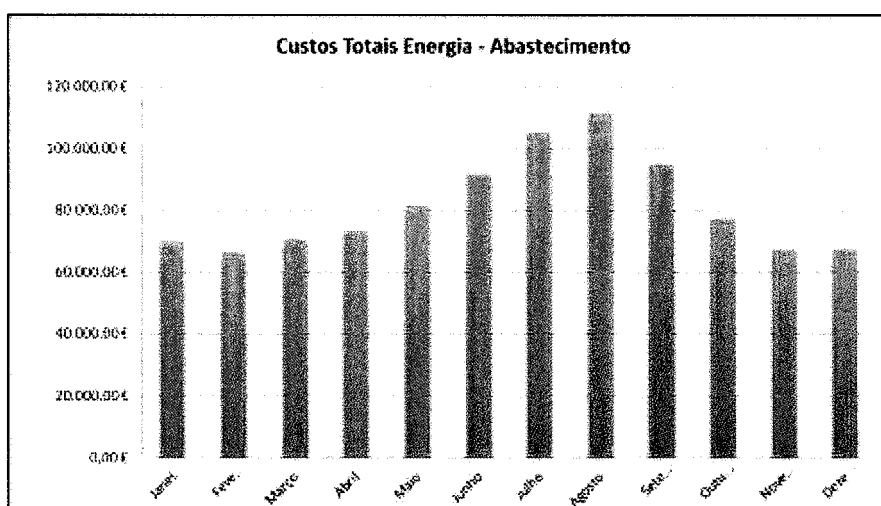
As figuras seguintes são demonstrativas da variação dos consumos de energia nas diferentes áreas de atividade ao longo do ano e da influência da meteorologia nessas mesmas atividades, seja no aumento dos consumos de água nos meses de verão, seja pelo aumento de períodos de bombagem de água residual em meses de chuva, ainda que no saneamento os maiores consumidores de energia são as estações de tratamento e estas mantêm um consumo constante ao longo do ano.



As figuras seguintes traduzem os consumos e os custos energéticos nos vários períodos horários no total das atividades de abastecimento de água e de saneamento em 2016. No abastecimento verifica-se o normal aumento de consumo de energia nos meses mais quentes devido ao maior número de horas de funcionamento dos equipamentos que, no entanto, é perceptível em todos os períodos horários, exceto nas horas de ponta.

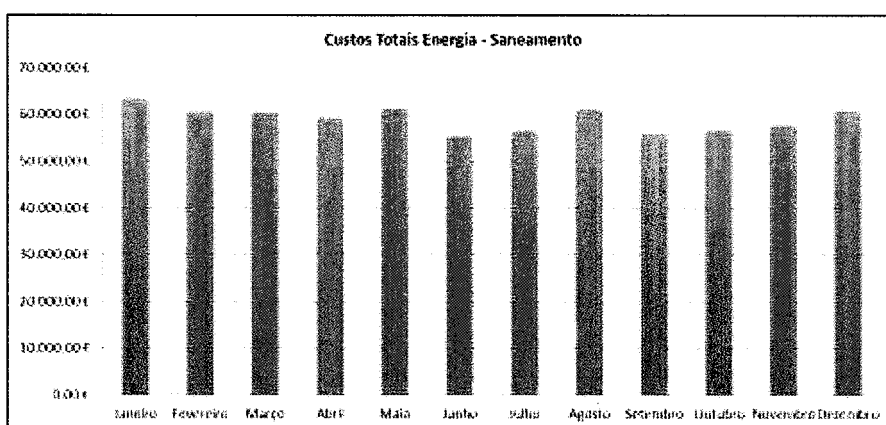
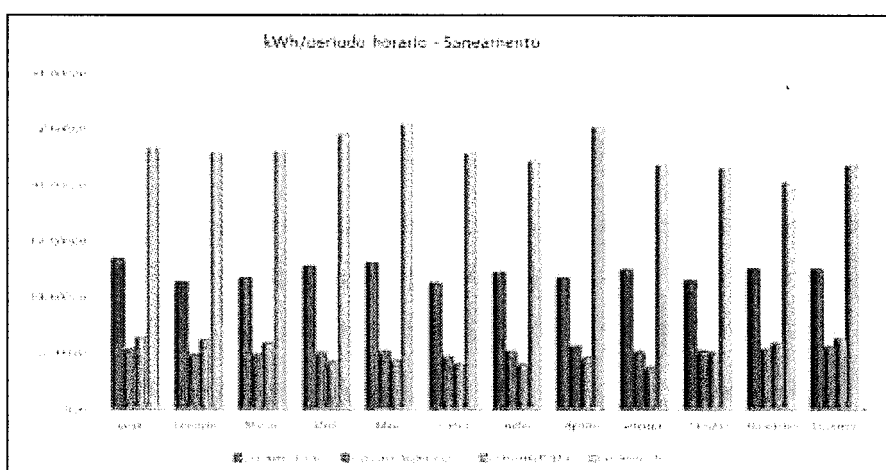


A variação do custo mensal de energia para produção de água, acompanha a variação verificada nos volumes de água produzidos, apresentando um **custo medio mensal na ordem dos 80.000 €** e índices energéticos ligeiramente inferiores quando comparados com índices de anos anteriores.



ABASTECIMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2016	0,570	0,134	0,076
2015	0,568	0,142	0,081
2014	0,589	0,137	0,081

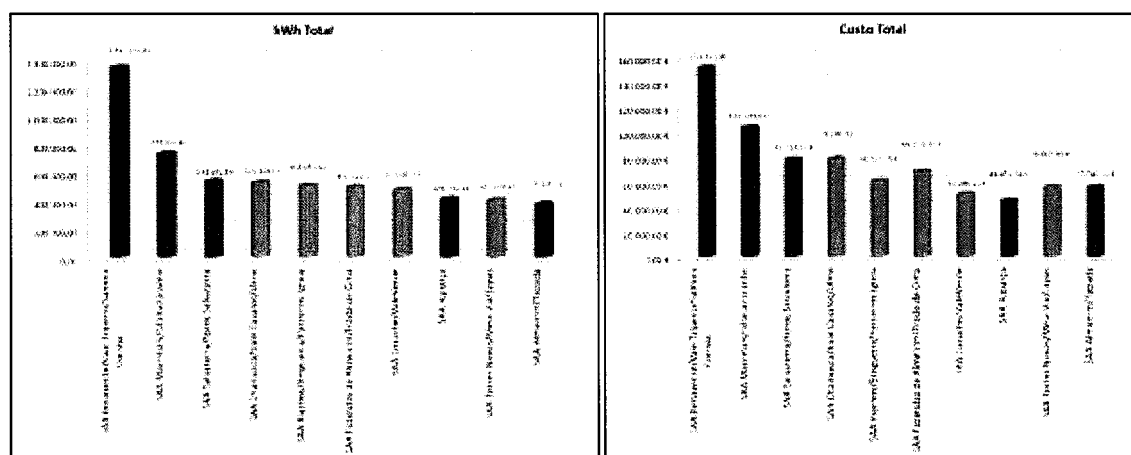
No saneamento, tal como dito anteriormente, os consumos não verificam grandes alterações entre os meses, apresentando apenas uma ligeira descida nos meses sem precipitação. A exceção do mês de agosto deve-se ao elevado número de valores estimados em BTN por dificuldades de leitura dos consumos reais.

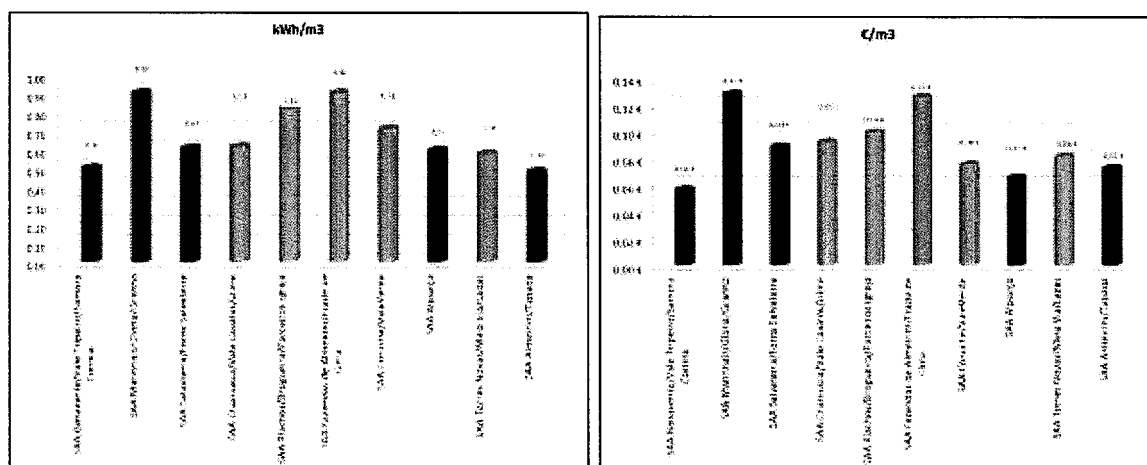


A atividade de elevação e tratamento de águas residuais apresenta em 2016 um **custo médio mensal na ordem dos 59.000 €** e índices energéticos inferiores ao período homólogo de anos anteriores consequência também de investimentos realizados ao nível dos equipamentos e da descida das tarifas.

SANEAMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2016	0,652	0,131	0,085
2015	0,665	0,144	0,095
2014	0,534	0,137	0,073

Para melhor caracterizar o universo do consumo energético na atividade de abastecimento de água foram analisados os 10 subsistemas que consomem mais energia. Os gráficos a seguir mostram os consumos energéticos absolutos de cada um destes subsistemas, assinalando-se a difremtes cores os subsistemas com ETA, assim como os custos totais de energia, e ainda os índices associados a estes valores totais.

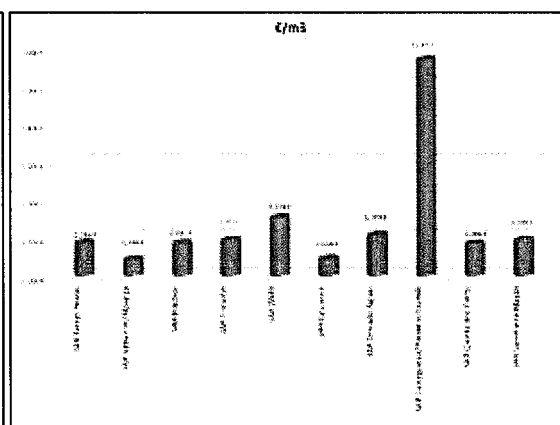
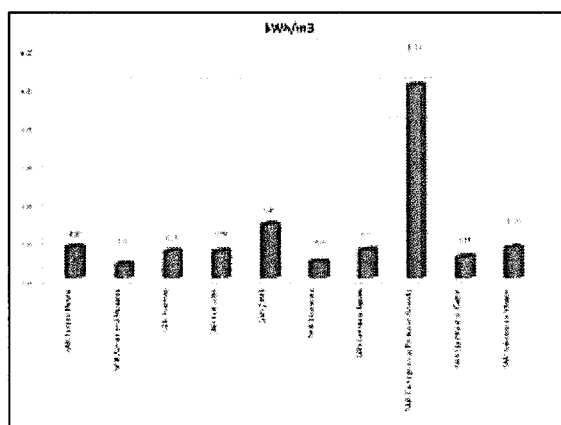
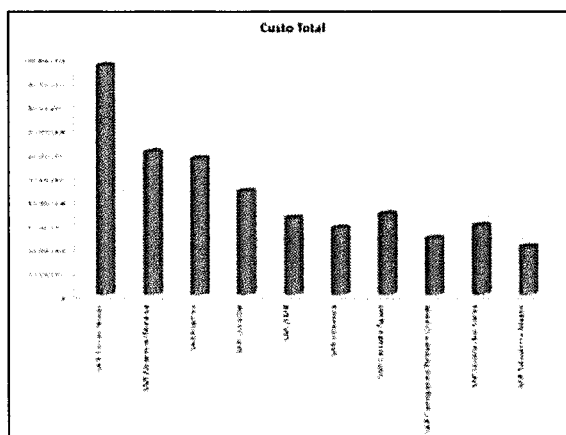
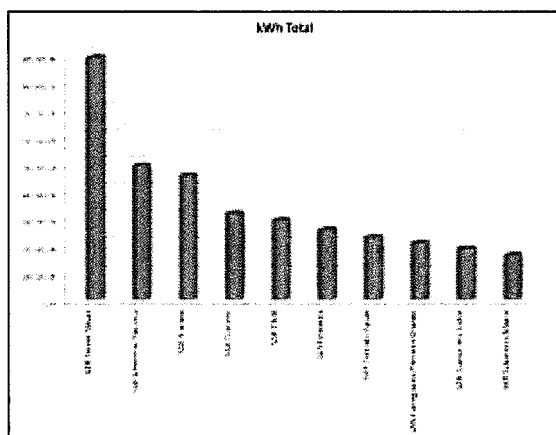




Dos 44 subsistemas de abastecimento sob gestão da AR, os 10 subsistemas apresentados representam cerca de 80% do total do consumo de energia e custos associados na atividade de abastecimento de água, e podemos ver que se em termos absolutos o subsistema de Benavente/Samora/Vale Tripeiro é o maior consumidor, é também um dos que tem melhor eficiência energética (0,50 kWh/m³) e o que apresenta o menor custo unitário (0,06 €/m³) evidenciando que neste subsistema em particular a atenção para a redução de consumos de energia deverá ser focada na redução de perdas de água.

O subsistema de abastecimento entre os 10 maiores consumidores menos eficiente e com maior custo unitário em 2016 foi o SAA Fazendas de Almeirim/Frade de Cima, resultado da entrada em funcionamento da captação FR4 de Frade de Cima para abastecer o novo reservatório de Fazendas de Almeirim. Refira-se que é um subsistema sem ETA mas cujas captações alimentam uma conduta adutora/distribuidora com elevadas perdas de carga.

Analisando os 10 subsistemas de saneamento com maior consumo de energia, que representam 60% do volume de água residual recolhida e tratada, temos os gráficos em baixo. Verifica-se que o subsistema de Torres Novas é, em termos absolutos, o maior consumidor de energia e o mais caro, no entanto, o subsistema de saneamento menos eficiente continua a ser o da Carregueira/Pinheiro Grande sendo também o que apresenta um maior custo unitário (0,569 €/m³) devido à pouca afluência de água residual.



MANUTENÇÃO

Inserido na Direção de Produção e Tratamento, o serviço de Manutenção tem a seu cargo a manutenção das infraestruturas de produção de água e de tratamento de águas residuais.

As atividades de Manutenção são asseguradas pelas equipas internas da Águas do Ribatejo nas áreas da eletricidade e eletromecânica e por prestadores de serviços nas áreas específicas da potência, automação, comunicações e telegestão.

A resposta da Manutenção às solicitações dos serviços de operação deu prioridade a situações que apresentassem manifestamente risco de segurança para pessoas, falhas no abastecimento de água e descargas de águas residuais não tratadas nas linhas de água, por esta ordem.

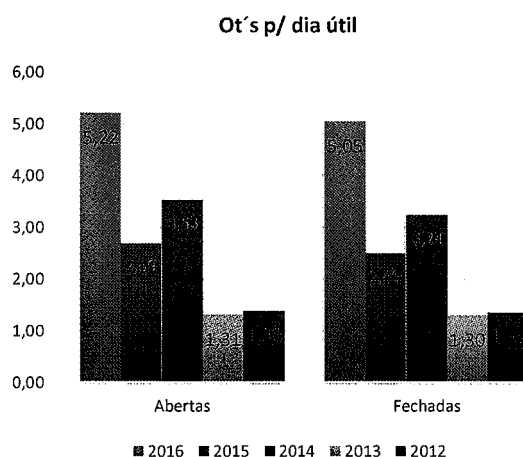
O quadro seguinte resulta dos indicadores de gestão da manutenção, e demonstra a capacidade de resposta da área da Manutenção na realização dos trabalhos:

Área Operacional	OT. Abertas					OT. Fechadas					% Resolução				
	2016	2015	2014	2013	2012	2016	2015	2014	2013	2012	2016	2015	2014	2013	2012
Abastecimento	374	273	438	106	114	357	258	418	106	112	95%	95%	95%	100%	98%
Saneamento	930	413	455	228	236	905	378	401	225	231	97%	92%	88%	99%	98%
Total AR	1304	686	893	334	350	1262	636	819	331	343	97%	93%	92%	99%	98%

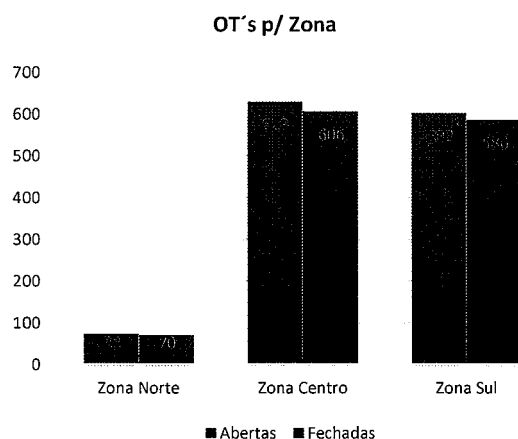
Pelo quadro anterior podemos ver que o serviço de manutenção registou durante 2016, 1304 Ordens de Trabalho (OT), o que significa um aumento de 90% em comparação ao ano de 2015. Este aumento deve-se ao registo das atividades de manutenções preventivas, no âmbito das prestações de serviço relacionadas com a Responsabilidade Técnica de Postos de Transformação, Manutenção dos Sistemas de Telegestão e Manutenção Eletrónica e de Automação. Nestes serviços, foram registadas 873 OT representando 63% das OT abertas.

Foram concluídas/fechadas 1262 Ordens de Trabalho, o que representa uma taxa de execução de 97%, valor um pouco superior à taxa de execução no período de 2015 que foi de 93%. Esta taxa de resolução reflete o estado das instalações, após conclusões das respetivas empreitadas.

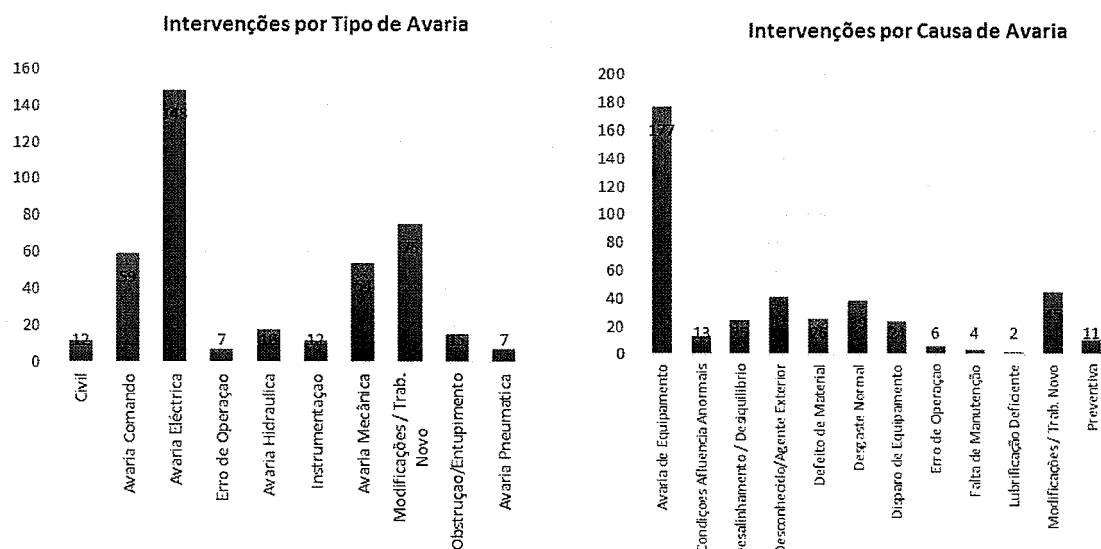
Reportadas à manutenção através de Pedidos de Intervenção e abertura direta sem referência a pedidos, foram registados no software, uma média de 5,22 intervenções por cada dia útil, tendo sido resolvidas 5,05 das intervenções solicitadas por cada dia útil, revelando uma excelente capacidade de resposta, tendo em conta o número de instalações, a área geográfica e número de equipas ao serviço.



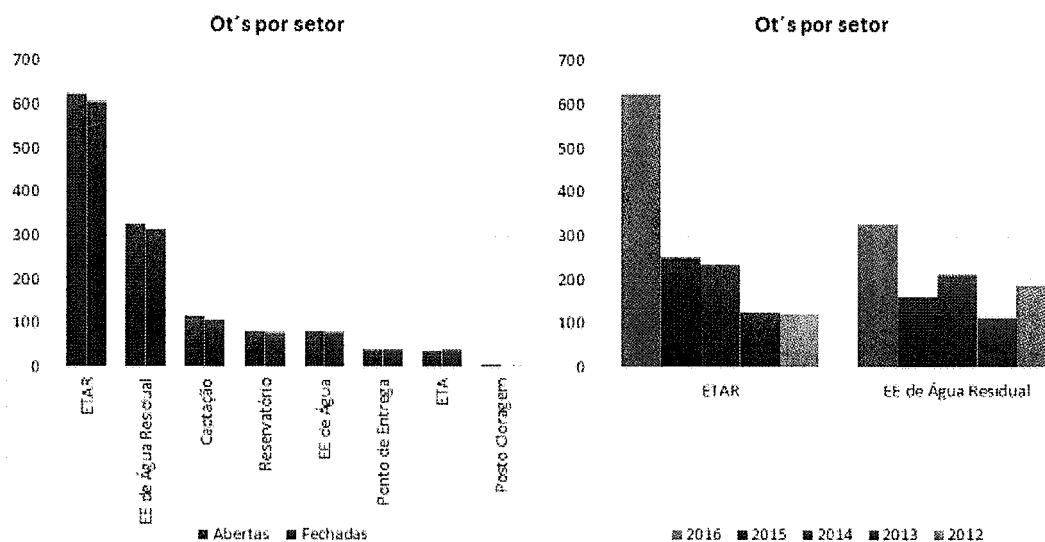
A figura seguinte traduz o desempenho da Manutenção por Zona Operacional sendo a Zona Centro, constituída pelos municípios de Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Salvaterra de Magos, a que apresenta um maior número de OTs.



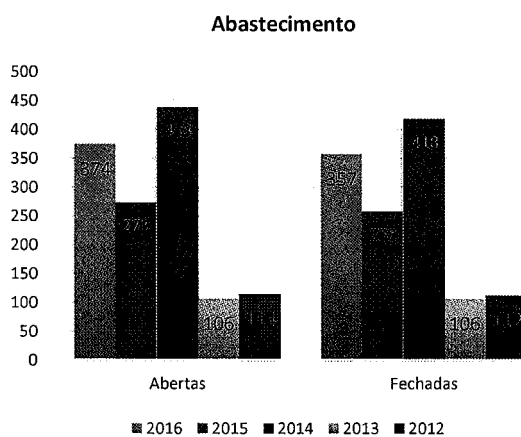
Num universo de 10.077 ativos registaram-se as intervenções abaixo tipificadas, destacando-se as intervenções por avaria de equipamento e as avarias elétricas.



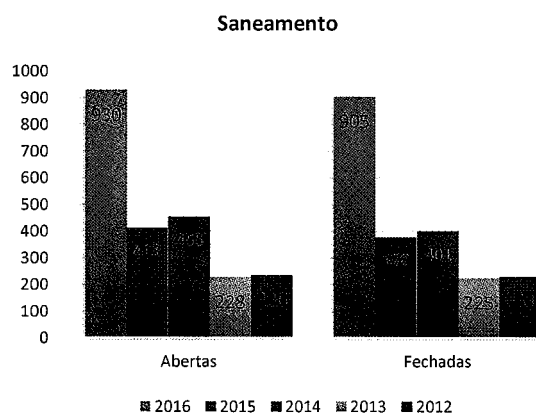
No que respeita à área da atividade, continua a ser no saneamento que se encontra a maior percentagem de avarias, o que está diretamente relacionado com o meio agressivo em que os equipamentos são obrigados a trabalhar.



No abastecimento foram registadas 374 ordens de trabalho, comparando com o ano de 2015, representa um aumento de 37%.



No saneamento foram registadas 930 OT que representa um aumento de 125% em relação ao ano de 2015.



Este aumento de OT, tanto no abastecimento como no saneamento, deve-se, em grande parte, a operações de manutenção preventiva.

Durante 2016 foram executadas 873 OT no âmbito da Manutenção Preventiva e distribuíram-se pelas atividades que constam da tabela em baixo.

	2016
Manutenção de Postos de Transformação de Média Tensão e Geradores de Emergência	99
Manutenção de Comunicações e Telegestão	120
Manutenção Eletrónica e de Automação	651

GESTÃO DE REDES

EXPLORAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO

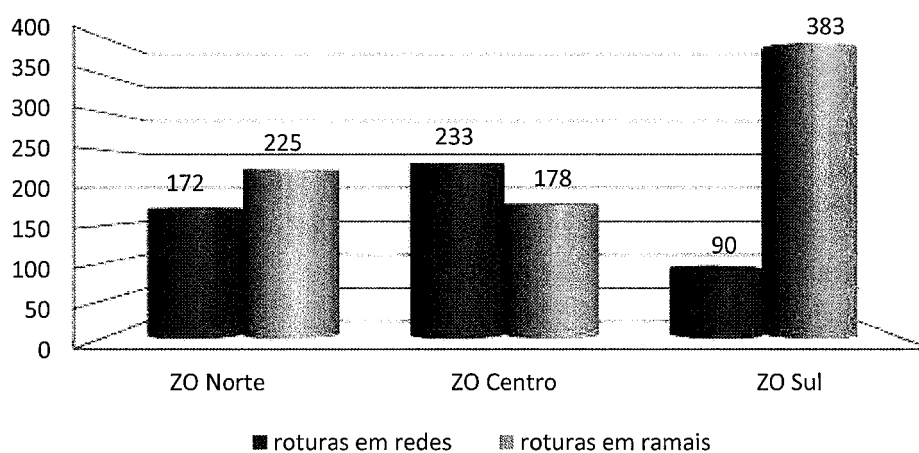
No exercício dos serviços de exploração e manutenção das redes de abastecimento e ramais domiciliários, destacam-se as seguintes ações realizadas no ano de 2016:

MANUTENÇÃO DE REDES - REPARAÇÃO DE ROTURAS

Neste período a DGR procedeu a **1281** reparações de roturas nos sistemas de abastecimento, num total de **2.186,9** Km de rede. Foram assim executadas 495 reparações de roturas em redes e 786 reparações em ramais domiciliários de água. Relativamente a 2015, observa-se um número idêntico de roturas, tanto nas condutas como em ramais, em que tinham ocorrido 1282 roturas.

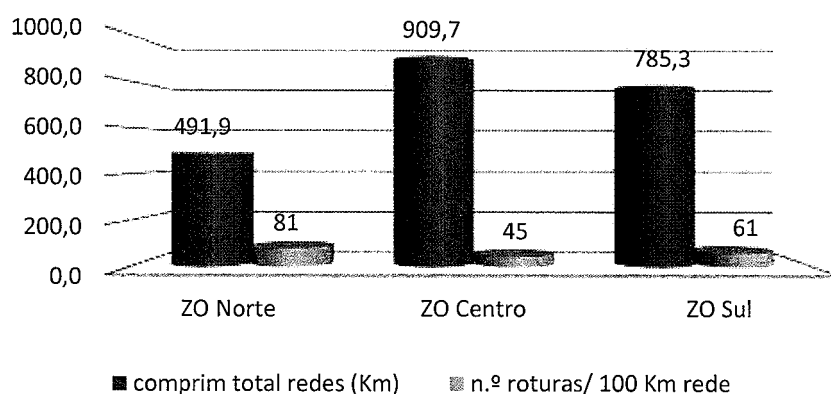
No global, a média de ocorrências neste período foi de 3.53 roturas/dia, valor semelhante a 2015, em que se observaram 3.51 roturas/dia.

TOTAL DE ROTURAS – ANO 2016



As ocorrências de roturas deveram-se maioritariamente ao desgaste dos materiais e/ou ao mau estado das condutas e ramais, das quais, no âmbito da campanha de controlo ativo de perdas, iniciada em 2016, foram detetadas 151 fugas não visíveis - 23 situações em condutas e 128 em ramais.

TOTAL DE ROTURAS por cada 100 Km de REDE



Analisados as quantidades de roturas em relação à extensão de rede nas três zonas operacionais, observa-se uma maior incidência nas zonas operacionais Norte, num total de 81 ocorrências por cada 100 quilómetros de rede, contra 45 roturas na ZO Centro e 61 roturas na Zona Sul.

ROTURAS EM REDES E RAMAIS – ANOS 2014-2015-2016

Zona Operacional	2014		2015		2016	
	redes	ramais	redes	ramais	redes	ramais
ZO Norte	191	230	135	189	172	225
ZO Centro	328	139	213	151	233	178
ZO Sul	189	454	145	449	90	383
totais	708	823	493	789	495	786
	1531		1282		1281	

Nos sistemas de abastecimento do Município de Torres Novas observa-se, no global, um aumento de 19% de roturas relativamente a 2015, sendo 22% em condutas e 16% em ramais.

No sistema de abastecimento de Torres Novas/Meia Via/Lapas nota-se maior incidência de roturas em condutas, designadamente nas zonas de abastecimento dos reservatórios do Babalhau, Cerejal e Lapas. Verifica-se igualmente maior ocorrência de roturas em condutas no sistema de Riachos/Brogueira/Parceiros de Igreja, nas zonas de distribuição do reservatório da Brogueira e em ramais associada às redes de Carvalhais e Parceiros de Igreja.

Na ZO Centro observa-se um aumento de roturas de 14% relativamente ao ano 2015, sendo 12% em condutas e 17% em ramais.

Houve maior incidência nos sistemas de abastecimento de Chamusca /Vale Cavalos/ Ulme, nas redes associadas aos reservatórios da ETA de Vale Cavalos, Bonfim, Bairro e Ulme e em ramais na zona de abastecimento do reservatório do Mirante.

Nas redes de abastecimento de Alpiarça e Almeirim observou-se um aumento de roturas em ramais face ao ano 2015. Nas redes associadas aos reservatórios de Paço dos Negros e Marianos observa-se ainda o aumento de ocorrências de roturas tanto em condutas como em ramais.

Nos sistemas de abastecimento de Marinhais/ Glória/ Granho, as roturas incidiram em ramais nas zonas de distribuição do reservatório da ETA e em condutas nas zonas associadas aos reservatórios da Glória do Ribatejo e Granho. No sistema de abastecimento de Salvaterra/ Foros de Salvaterra nota-se maior número de ocorrências em condutas nas redes associadas aos reservatórios de Vila Magos e Foros de Salvaterra.

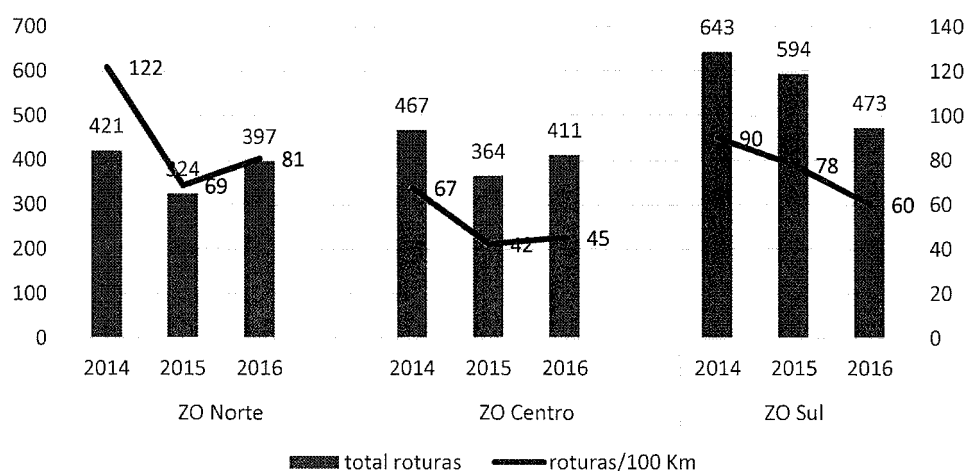
Pelo contrário, na zona operacional Sul, verifica-se em 2016 uma redução do número de roturas quando comparado com o ano 2015, na ordem de 29% de ocorrências. Observa-se, assim, uma diminuição de 37% de casos de roturas em condutas e uma diminuição de 14% de casos de roturas em ramais.

Contudo, e à semelhança do ano anterior, verifica-se uma elevada incidência de roturas em ramais, que correspondem a 81% do total de roturas ocorridas nesta zona operacional.

Assim, no sistema de Coruche/ Valverde as roturas ocorreram maioritariamente em ramais nos Foros de Coruche. Situação idêntica verifica-se nos sistemas do Couço, Fajarda e Branca/ Fazendas das Figueiras, dada a incidência de roturas em ramais de grande comprimento e em material já degradado, situação relativamente à qual está em curso a sua substituição e alteração dos locais dos contadores para os limites das propriedades.

No sistema de Benavente/ Vale Tripeiro/ Samora Correia de Benavente regista-se um maior número de ocorrências em condutas e ramais associadas aos reservatórios da Murteira e Estaleiro. Nas redes abastecidas pelos reservatórios do Porto Alto e Piscinas verifica-se maior incidência de roturas em ramais.

TOTAL DE ROTURAS – ANOS 2014-2015-2016



FALHAS NO ABASTECIMENTO

No âmbito da gestão de redes, as falhas no abastecimento ocorrem na sua grande maioria na sequência de ocorrências de roturas nas redes, procedendo os serviços à suspensão do abastecimento público para a reparação das condutas e restabelecimento da qualidade da água. Efetuou-se ainda a

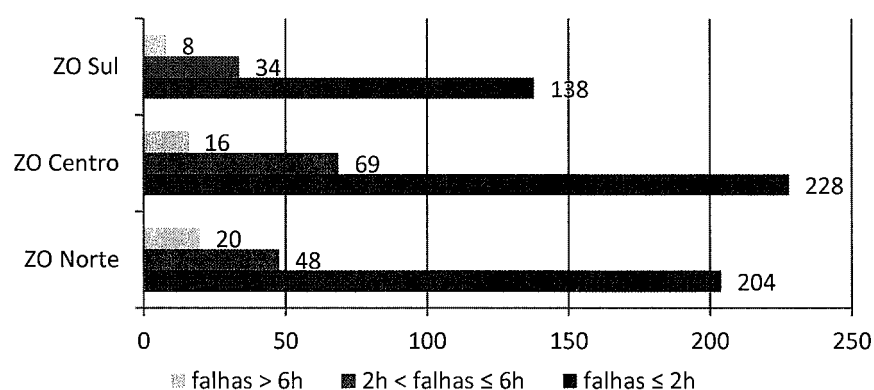
suspensão do abastecimento devido a intervenções programadas de construção e reabilitação de redes, sendo, nestes casos, emitidos avisos aos moradores nas zonas afetadas.

Em 2016 houve um total de 765 situações de suspensão do abastecimento das quais mais de 97% se deveram a ocorrências não programadas, num total idêntico ao de 2015 em que ocorreram 757 suspensões.

Suspensões de abastecimento	Programadas	Não programadas	Total
Zona Operacional Norte	3 falhas	269 falhas	272 falhas
Zona Operacional Centro	11 falhas	302 falhas	313 falhas
Zona Operacional Sul	8 falhas	172 falhas	180 falhas

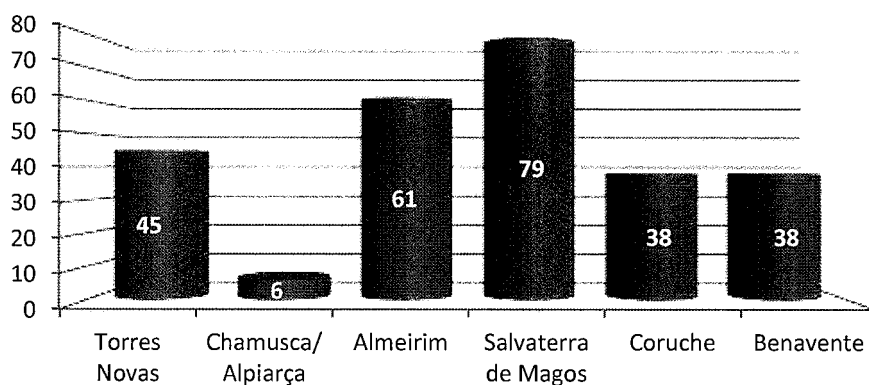
No gráfico seguinte reporta-se a duração das falhas ocorridas no ano de 2016 nas várias zonas operacionais, tendo por base os intervalos de tempo definidos: menor que 2 horas; entre 2 e 6 horas, e superior a 6 horas. Observa-se ter havido um menor número de casos em que as suspensões do abastecimento decorreram em períodos mais longos. Foram, na maioria, casos de intervenções programadas, de maior complexidade, no âmbito da reabilitação das infraestruturas. Verifica-se que, pelo contrário, o maior número de casos de falhas ocorre em curtos períodos de tempo.

NÚMERO DE FALHAS E DURAÇÃO NO DECURSO DAS OPERAÇÕES



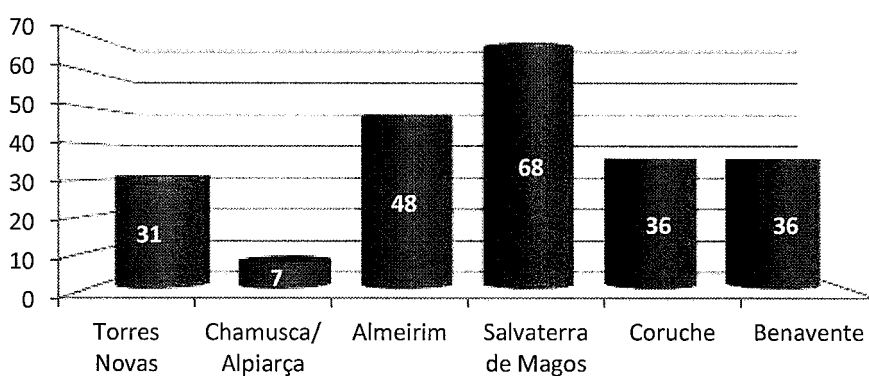
ORÇAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS

ORÇAMENTAÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO



No ano de 2016 foram orçamentados pelos serviços de exploração 242 ramais de abastecimento de água, uma média de 20 ramais por mês, cerca de 8% mais do que em 2015, em que haviam sido executados 224 orçamentos de ramais de ligação de água.

CONSTRUÇÃO / ALTERAÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO



EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DE RAMAIS – ANOS 2014-2015-2016

Municípios	2014	2015	2016
Torres Novas	20	28	31
Chamusca/ Alpiarça	15	24	7
Almeirim	25	36	48
Salvaterra de Magos	54	60	68
Coruche	36	71	36
Benavente	48	60	36
Totais	198	279	226

No que respeita à construção/ alteração de ramais de ligação de água, no ano 2016 foram executados 226 ramais. Comparativamente aos 279 ramais executados em 2015 verifica-se, no global das zonas operacionais, uma diminuição de 19%. Foi, no entanto, este valor é superior ao número de ramais executados em 2014.

Em 2016 observou-se um maior número de execução de ramais de ligação nas redes de abastecimento dos Municípios de Salvaterra de Magos (30%) e Almeirim (21%). Nos restantes Municípios as percentagens de execução de ramais foram as seguintes: Coruche (16%), Benavente (16%), Torres Novas (21%) e Chamusca/ Alpiarça (3%).

SUBSTITUIÇÃO E PROLONGAMENTOS DE REDES

Em 2016 procedeu-se à substituição de condutas nos seguintes subsistemas de abastecimento de água, num total de 1.494 metros.

- SAA003 – Fazendas Almeirim/ Frade de Cima – 305m (Marianos)
- SAA012 - Benavente/ VT/ Samora Correia - 843 metros
- SAA015 – Gaviãozinho / Chouto - 38 metros
- SAA015 – Marinhais / Glória / Granho - 206 metros
- SAA 042 - Riachos/Brogueira e Parceiros de Igreja - 100 metros

Procedeu-se ainda aos seguintes prolongamentos de rede, num total de 1.135 metros:

- SAA003 – Fazendas Almeirim/ Frade de Cima – 360m (ZI Paço dos Negros)
- SAA015 – Marinhais / Glória / Granho - 375 metros
- SAA038 – Salvaterra/ Foros Salvaterra – 400m (Estrada da Roseira Alta)

GESTÃO PATRIMONIAL DE INFRAESTRUTURAS (GPI)

A Águas do Ribatejo, EM, SA, está em fase de implementação do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas tendo decorrido, designadamente, as seguintes tarefas:

- Substituição de condutas em polietileno de baixa densidade em Samora Correia;
- Realização de ações de controlo ativo de perdas com equipa externa;
- Remodelação das redes de abastecimento de água com roturas frequentes;
- Instalação de medidores de caudal e pressão e sectorização da rede (ZMC);
- Análise de dados de consumos e pressão na rede;
- Substituição de contadores;
- Melhoria do cadastro e implementação de procedimentos de atualização;
- Integração entre bases de dados de operação relevantes e o cadastro;
- Empreendimento de ações de combate aos consumos ilícitos;

- Elaboração de modelos hidráulicos.

GESTÃO DE PERDAS REAIS

Na sequência da estratégia de redução de perdas de água adotada pela Águas do Ribatejo, EM, SA, ocorreram as seguintes atividades:

- Aquisição de serviços para realização de pesquisa ativa de fugas de água na rede de abastecimento;
- Aumento de 23 para 45 zonas de medição e controlo (ZMC). Os dados das ZMC são analisados diariamente com base em indicadores. O aumento do número de ZMC deveu-se essencialmente ao seguinte:
 - conclusão da empreitada para a construção de câmaras de medidores de caudal no subsistema de Benavente/ Vale Tripeiro/ Samora Correia e subsistema da EPAL, que incluiu a criação de condições para instalação de equipamento de medição em 14 pontos, complementado com a aquisição e instalação de equipamento de medição;
 - criação de condições para instalação de equipamento em 6 locais do subsistema de Torres Novas/ Meia Via/ Lapas, complementado com a aquisição e instalação de equipamento de medição.
- Conclusão do projeto piloto *Stoperdas* no subsistema Coruche/ Valverde, com vista à redução de perdas.
- Aprovação de norma de procedimento que tem por objetivo estabelecer o fluxo de informação relevante para a gestão de perdas/ ZMC.

Refere-se ainda que, os resultados da pesquisa ativa de fugas de água referida no primeiro ponto, que teve início a 14/03/2016, resumem-se da seguinte forma:

Município	TOTAL	Fugas não visíveis - FNV			Fugas visíveis e outras perdas	Extensão de rede pesquisada (km)
		Suspeitas de fuga	Confirmadas	Não confirmadas		
Almeirim	2	2	2	0	0	8
Alpiarça	10	9	7	2	1	61
Benavente	75	56	47	9	19	479
Chamusca	9	8	6	2	1	60
Coruche	19	18	12	6	1	204
Salvaterra de Magos	33	25	24	1	8	291
Torres Novas	71	61	53	8	10	398
TOTAL	219	179	151	28	40	1501

Verifica-se que foram pesquisados em média cerca de 8 km de rede e identificada uma suspeita de fuga não visível por dia.

Note-se que a pesquisa de fugas na rede de abastecimento do município de Almeirim teve início apenas no final de 2016, tendo continuado durante o mês de janeiro de 2017.

EXPLORAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO

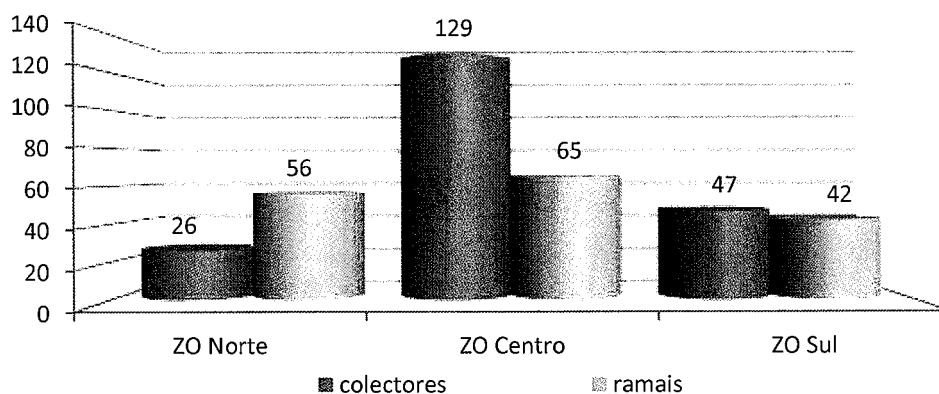
No âmbito dos serviços de exploração de redes de saneamento destacam-se as seguintes ações realizadas no ano de 2016.

DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES

As equipas de exploração da AR procederam neste período a **365** intervenções de desobstrução de coletores. Foram, assim, executadas nas várias redes de saneamento 202 serviços de desobstrução de coletores e 163 desobstruções de ramais de ligação domiciliária de esgotos.

A ocorrência de obstruções deveu-se na sua maioria ao mau estado dos coletores e caixas de visita, nomeadamente em redes unitárias com coletores em betão, normalmente associadas a entrada de areias e afluições indevidas.

DESOBSTRUÇÕES EM REDES DE SANEAMENTO



Na ZO Norte verificou-se uma maior incidência de obstruções nas redes dos sistemas de saneamento de Torres Novas e Riachos, o que representa 83% das ocorrências no município de Torres Novas.

Na ZO Centro observou-se uma maior incidência de obstruções em coletores e ramais nos sistemas de Almeirim/Alpiarça, Benfica do Ribatejo, Salvaterra de Magos, Marinhais, Glória do Ribatejo e Chamusca.

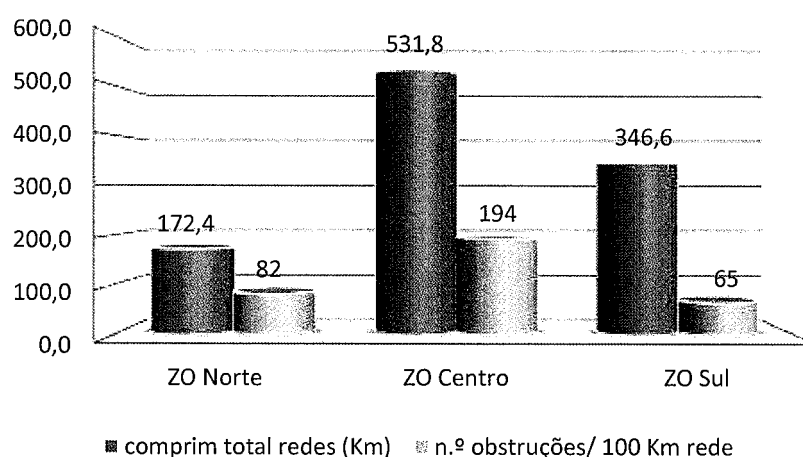
Na ZO Sul as obstruções ocorreram maioritariamente nos sistemas de saneamento de Quinta dos Gatos, Esteveira, Cerrado das Águas e Coruche.

DESOBSTRUÇÃO EM REDES DE SANEAMENTO

ANOS 2014-2015-2016

Zona Operacional	2014		2015		2016	
	coletores	ramais	coletores	ramais	coletores	ramais
ZO Norte	87	109	67	72	26	56
ZO Centro	143	140	82	96	129	65
ZO Sul	74	82	123	58	47	42
Totais	304	331	272	226	202	163
	635		498		365	

TOTAL DE DESOBSTRUÇÕES/ 100 KM DE REDE



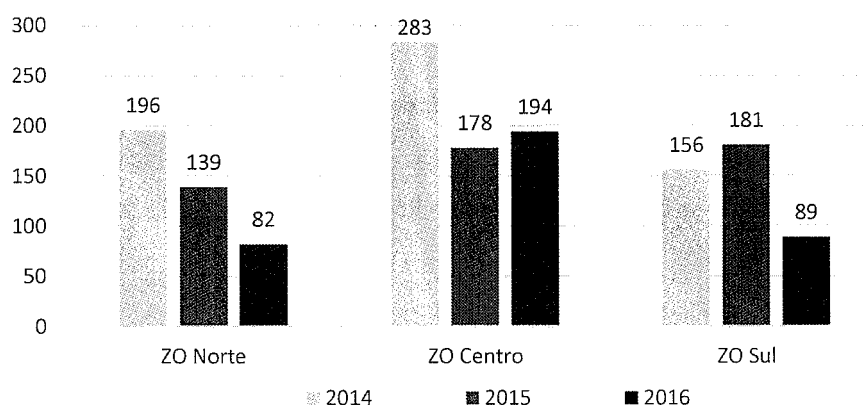
Analisados as quantidades de obstruções em relação à extensão de rede nas três zonas operacionais, observa-se uma maior incidência nas zonas operacionais Centro, num total de 194 situações por cada 100 quilómetros de rede, contra 82 casos na ZO Norte e 65 casos na Zona Sul.

Tendo por base a extensão total de redes de saneamento de **1.050,8 Km**, a média de desobstruções foi, neste ano, de 34.7 ocorrências em cada 100 km.

A média diária de serviços de desobstrução de coletores foi em 2016 de 1,00 caso/dia. Verifica-se, assim, uma diminuição de ocorrências face ao ano de 2015 com 1,36 casos/ dia, mantendo a tendência de diminuição relativamente aos anos anteriores.

TOTAL DE DESOBSTRUÇÕES

ANOS 2014-2015-2016

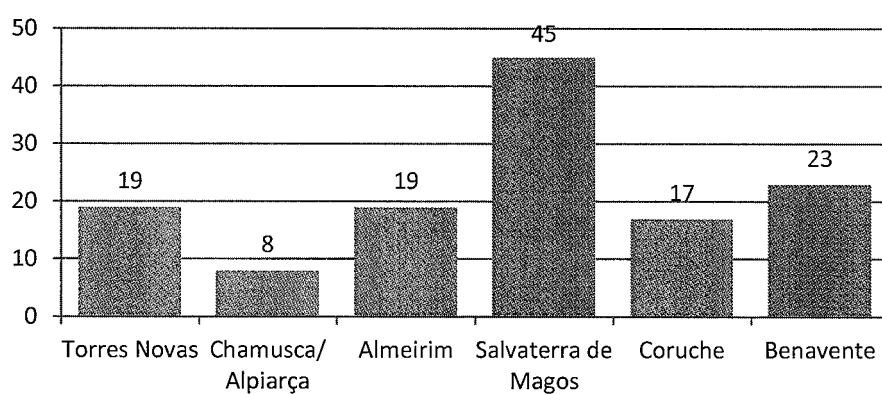


Comparativamente ao ano anterior, observa-se uma significativa diminuição de obstruções nas zonas operacionais Norte e Sul e um ligeiro acréscimo de casos na ZO Centro, expressivamente inferior, no entanto, relativamente ao ano 2014. Nota-se ainda na ZO Norte uma tendência de diminuição de obstruções de ano para ano, tanto em coletores como em ramais.

RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ESGOTOS

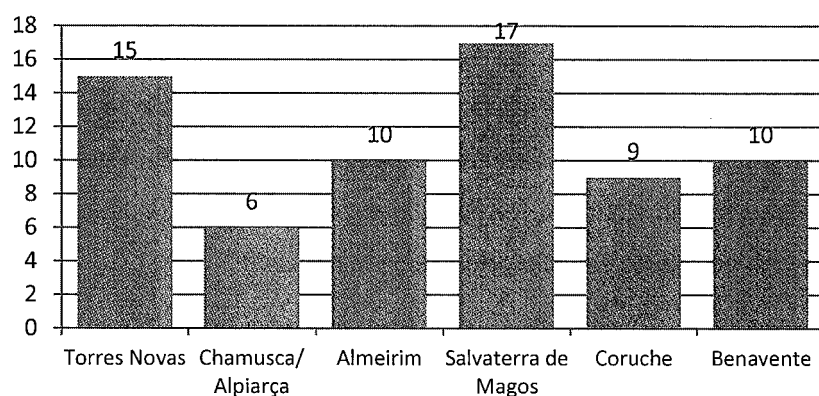
No ano de 2016 ocorreram 131 pedidos de orçamento de ramais de ligação à rede pública de saneamento, na sua maioria nos municípios de Salvaterra de Magos.

ORÇAMENTAÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO



Foram executados 67 ramais de ligação de saneamento. Face aos 60 ramais executados em 2015, observa-se um ligeiro aumento, na ordem dos 12%, mantendo a tendência do ano anterior relativamente a 2014. Incluem-se os ramais alterados a fim de permitir a ligação das redes prediais ao sistema público.

CONSTRUÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO



Os ramais de ligação foram executados maioritariamente nos seguintes locais:

- ZO Norte: Torres Novas e Riachos;
- ZO Centro: Benfica do Ribatejo, Foros de Salvaterra, Várzea Fresca e Glória do Ribatejo;
- ZO Sul: Coruche e Samora Correia.

EXECUÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO

2014-2015-2016

Município	2014	2015	2016
Torres Novas	8	12	15
Chamusca/ Alpiarça	3	4	6
Almeirim	14	11	10
Salvaterra de Magos	10	13	17
Coruche	18	10	9
Benavente	12	10	10
Totais	65	60	67

MANUTENÇÃO DE REDES

Para além dos serviços de desobstrução e limpeza de coletores, destacam-se as seguintes ações realizadas âmbito dos serviços de exploração de redes de saneamento:

- Reparação de coletores e caixas de visita;
- Reparação de ramais de ligação;
- Execução e/ou remodelação de caixas de ramal e nivelamento de tampas às cotas dos passeios;
- Execução de ramais de ligação;

- Reparação de pavimentos;
- Inspeção vídeo de coletores para identificação de patologias nas redes de drenagem;
- Obstrução de ramais industriais face a incumprimentos dos parâmetros de descarga estabelecidos em Autorização de Descarga de Águas Residuais emitida pela AR.

DESINFESTAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO

Dando cumprimento à calendarização estabelecida para a desinfestação das redes de saneamento, a DGR procedeu à desratização e desbaratização dos coletores. No ano 2016 foram levadas a cabo 4 campanhas de desinfestação nos sistemas de saneamento de Benavente, Samora Correia e Porto Alto e 3 campanhas nas restantes redes. Foram igualmente efetuados reforços de desratização e desbaratização nos ramais de saneamento, na sequência de reclamações apresentadas pelos clientes.

ELABORAÇÃO DE CADASTRO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

Durante o ano de 2016 decorreu o concurso público, com prévia qualificação, para a aquisição de serviços de elaboração de cadastro de todo o sistema de drenagem de águas residuais domésticas, sob gestão da AR, tendo o respetivo contrato sido assinado a 17/11/2016.

O trabalho produzido em 2016 resultou no levantamento de 15 km de coletores e no processamento de telas finais de 1 km de coletores.

OUTROS SERVIÇOS

REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS NA MANUTENÇÃO DE REDES

Na sequência das intervenções de manutenção das redes e ramais de abastecimento e saneamento, os serviços procederam à repavimentação das áreas intervencionadas, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Tipo de pavimento	Zona Operacional Norte		Zona Operacional Centro		Zona Operacional Sul		Totais	
	Serviços executados (Un)	Áreas totais executadas (m2)	Serviços executados (Un)	Áreas totais executadas (m2)	Serviços executados (Un)	Áreas totais executadas (m2)	Serviços executados (Un)	Áreas totais executadas (m2)
Pavimentos betuminosos	304	1.369,4	233	2.138,2	229	1.616,2	766	5.123,8
Calçada	56	163,9	50	125,1	327	3.194,0	433	3.483,0
Pavimentos em betão	20	52,9	32	142,0	14	33,9	66	228,8
Pavês de betão	2	18,3	21	86,2	23	619,2	46	723,7
Total	382	1.604,5	336	2.491,5	593	5.463,3	1.311	9.559,3

Observa-se uma área total repavimentada em 2016 de 9.559,3 m2, da qual 90% foi efetuada em pavimentos betuminosos e em calçada, 54% e 36%, respetivamente, representando um total de 1.311 serviços executados.

Observa-se igualmente que 57% das repavimentações efetuadas ocorreram na ZO Sul, 26% ocorreram na ZO Centro e 17% na ZO Norte.

ANÁLISE DE PROJETOS E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

Em 2016 houve desenvolvimentos em 135 processos. A grande maioria dos pedidos de parecer respeitam a construção/alteração ou a ligação de edifícios/edificações destinadas a atividades económicas, nos vários sectores. Os edifícios de utilização residencial ocupam uma posição secundária em termos de volume de trabalho. A tabela 1 segrega os processos com desenvolvimentos em 2016.

Tabela: Número de processos em que houve desenvolvimentos por tipologia (ano 2016)

Municípios	Área (km²)	População (2011)	Redes Gerais		Redes Prediais		Total
			Atividades Económicas / Serviços	Habitação	Atividades Económicas / Serviços	Habitação	
Almeirim	222	23376	0	0	7	1	8
Alpiarça	95	7702	0	1	1	1	3
Benavente	521	29019	0	3	28	4	35
Chamusca	746	10120	0	0	6	0	6
Coruche	1116	19944	2	6	6	3	17
Salvaterra de Magos	244	22159	0	2	17	10	29
Torres Novas	270	36717	0	4	23	10	37
Total	3214	149037	2	16	88	29	135

Da análise da tabela, compreende-se o maior volume de processos associado aos municípios de Torres Novas e de Benavente, em especial sistemas prediais de edifícios destinados a atividades económicas. O município de Coruche apresentou maior atividade nos processos de loteamentos (associado à expansão da ZIMB e reabilitação de espaços públicos). Registou-se igualmente desenvolvimentos em loteamentos de iniciativa particular na generalidade dos edifícios.

QUALIDADE

ASPETOS GERAIS

A principal atribuição do Gabinete de Qualidade (GQ) recai na verificação da qualidade do produto e das emissões geradas nos processos de depuração de águas residuais. Aplicando-se a lógica de que a responsabilidade pelo controlo da qualidade deve ser independente das atividades de exploração dos sistemas de abastecimento e saneamento, compete ao Gabinete de Qualidade a conceção, implementação e gestão dos programas de monitorização e controlo de qualidade.

As ações de monitorização e verificação da qualidade centram-se nos requisitos legais obrigatórios, sendo sempre complementadas com ações operacionais periódicas, focadas no controlo de todas as componentes dos subsistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Impende assim, sobre o Gabinete de Qualidade, a responsabilidade pela gestão do Laboratório Interno de Processo, equipamento central para as ações de monitorização operacional realizadas.

Outra atribuição importante do GQ centra-se na mudança de comportamentos de gestão através do desenvolvimento e implementação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, cuja coordenação lhe compete. Nesta vertente incluem-se ainda os procedimentos de desenvolvimento e implementação de Planos de Segurança da Água, ferramentas de gestão do risco nos subsistemas de abastecimento de água.

QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO

PLANO DE CONTROLO DE QUALIDADE

O Plano de Controlo de Qualidade das águas destinadas ao consumo humano é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. A gestão do Plano de Controlo de Qualidade é desenvolvida pela implementação dos seguintes programas:

- Programa de Autocontrolo de Captações

- Programa de Controlo de Qualidade da Água
- Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Abastecimento de Água

PROGRAMA DE AUTOCONTROLO DE CAPTAÇÕES

O programa, que é efetuado para cumprimento das disposições legais em matéria de proteção das origens de águas, permite mapear o comportamento das águas brutas captadas e, assim, antecipar possíveis situações anómalas ou necessidades de alteração dos processos de tratamento a jusante. A determinação do número e tipo de análises é feita em cumprimento das especificações patentes das licenças de captação de água. A avaliação da conformidade das amostras toma como referencial o Decreto-lei n.º 236/98.

Os dados relativos à implementação do Programa de Autocontrolo de Captações são os seguintes:

Tabela - execução do Programa de Autocontrolo de Captações

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa de Autocontrolo de Captações	42	86	164	5840

A avaliação qualitativa dos dados demonstra conformidade com os valores máximos admissíveis estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 236/98, para a classe A1, em 99,45% das análises.

PROGRAMA DE CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA

O programa é elaborado para cumprimento das disposições legais relativas ao controlo da qualidade da água na torneira do consumidor. O plano de amostragem e análise estabelecido anualmente é

aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Todas as determinações são realizadas no total cumprimento das disposições legais constantes do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, nomeadamente no que se refere a parâmetros, frequência de amostragem e análise, métodos analíticos e publicitação de resultados.

O número de zonas de abastecimento (ZA) controladas tem vindo a evoluir, notando-se um decréscimo gradual devido à concretização dos projetos de remodelação dos subsistemas de abastecimento. De notar que, no decurso do 1.º semestre, as zonas de abastecimento Casal João Dias e Pedrógão, no concelho de Torres Novas, passaram a integrar um único subsistema agora denominado Pedrógão/Adofreire.

Estas alterações refletem-se no PCQA em termos de número e tipo de controlos face ao período de funcionamento de cada uma das zonas de abastecimento. De notar que a remodelação do sistema de abastecimento se traduz, em termos anuais, numa redução do número de zonas de abastecimento exploradas, com consequente redução do número de análises efetuadas na torneira do consumidor, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela – Evolução do número de zonas de abastecimento

Ano	N.º de Zonas de Abastecimento	Nº análises realizadas na torneira do consumidor
2016	48	8362
2015	50	8725
2014	55	8857
2013	56	8936
2012	66	10366

No que refere à execução do PCQA, verificou-se a colheita de 698 amostras, que se traduzem na seguinte percentagem de cumprimento dos valores paramétricos:

Tabela - execução do PCQA no Sistema de Abastecimento da AR

	N.º de Zonas Abastecimento		Nº análises realizadas		Nº análises realizadas com VP		Nº incumprimentos ao VP		% Água Segura	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ÁGUAS DO RIBATEJO	48	50	8.362	8.875	6.239	6.757	15	26	99,76 (*)	99,62

(*) Valor previsional, não estando contabilizado o número de análises efetuadas pela entidade gestora em alta

Verifica-se uma melhoria do indicador, face a 2015. De facto, ao longo do período de exploração da Águas do Ribatejo tem-se registado uma melhoria consecutiva no desempenho da qualidade da água.

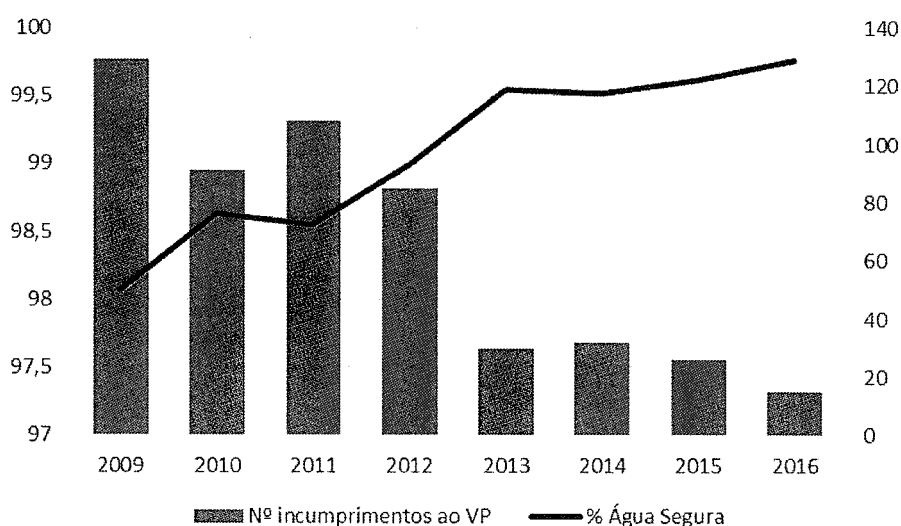


Figura – evolução do indicador de qualidade da água

Na análise por município, a variação homóloga do índice de qualidade da água é a observada no quadro infra. Refira-se que a soma não traduz o índice geral uma vez que estão refletidas as análises realizadas nas zonas de abastecimento na área de influência dos municípios e parte destas zonas abrangem mais do que um município.

Tabela - execução do PCQA, por Município

Município	N.º de Zonas Abastecimento		Nº análises realizadas		Nº análises realizadas com VP		Nº incumprimentos ao VP		% Água Segura	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Almeirim	4	4	936	924	700	700	1	1	99,86	99,86
Alpiarça	2	2	600	631	452	485	3	2	99,34	99,59
Benavente	8	8	1.788	1.842	1.336	1.398	2	4	99,85	99,71
Chamusca	7	7	1.194	1.066	893	816	2	1	99,78	99,88
Coruche	20	20	2.502	2.460	1.853	1.853	2	11	99,89	99,41
Salvaterra de Magos	5	6	1.024	1.108	767	844	3	6	99,61	99,29
Torres Novas	7	7	1.514	1.732	1.136	1.337	2	1	99,82	99,93

Da análise dos dados acima verifica-se uma melhoria significativa no desempenho ao nível dos municípios de Coruche e Salvaterra de Magos.

No município de Coruche verifica-se uma redução drástica no número de incumprimentos ao parâmetro pH, passando de uma verificação de 8 ocorrências para apenas 2.

No município de Salvaterra de Magos nota-se uma melhoria ao nível do parâmetro manganês, passando de uma situação de 3 ocorrências para zero incumprimentos ao valor paramétrico em 2016.

A evolução do cumprimento dos valores paramétricos ao longo do tempo reflete-se na figura seguinte.

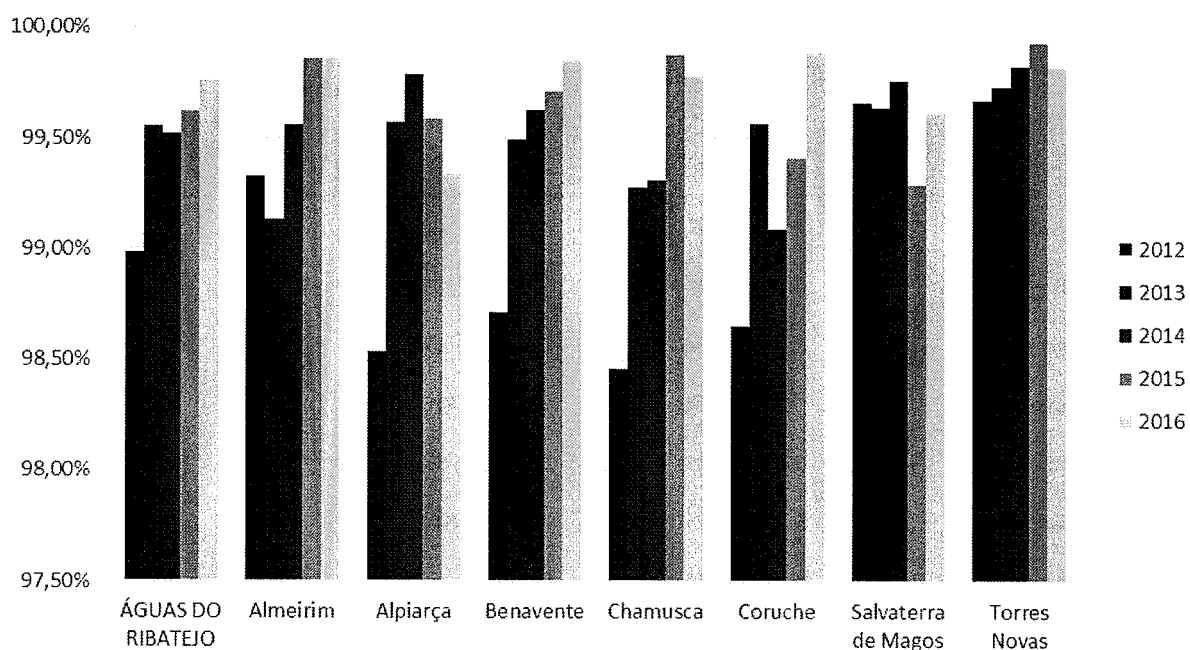


Figura – evolução do cumprimento dos parâmetros de qualidade da água de consumo humano

TRATAMENTO DE INCUMPRIMENTOS

Todos os resultados em incumprimento do valor paramétrico são alvo de investigação para qualificação das ocorrências em termos de causas e medidas necessárias à respetiva correção.

Todas as ocorrências registadas são imediatamente comunicadas às Autoridades de Saúde e à ERSAR, bem como os resultados e conclusões dos processos de investigação.

A evolução do índice de qualidade da água é corroborada pelo número de incumprimentos verificados durante ano de 2016, num total de **15 ocorrências**, com a seguinte distribuição.

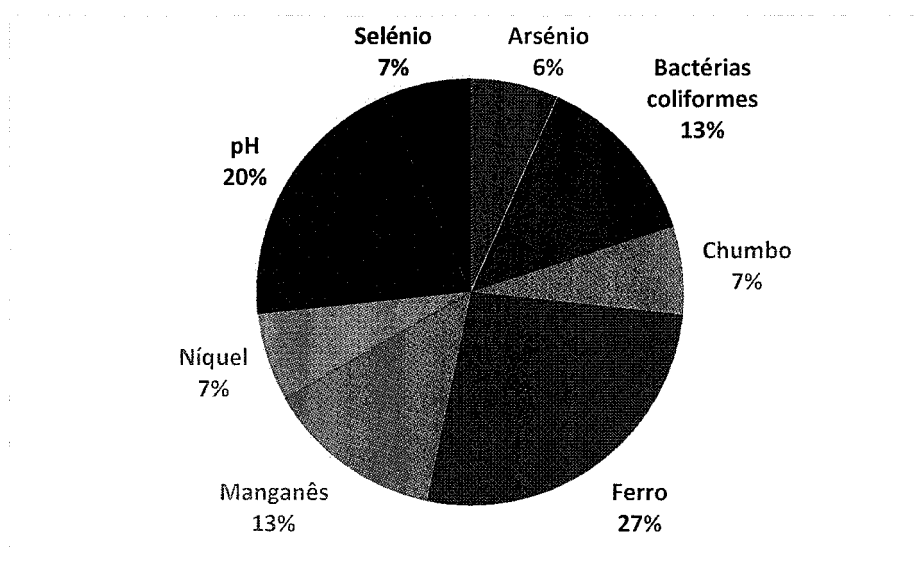


Figura - identificação de incumprimentos ao VP

As investigações sobre as ocorrências devolveram os seguintes resultados:

- **pH** – os incumprimentos deveram-se, por um lado, a situações pontuais de incorreto funcionamento dos sistemas de tratamento implementados, estando associados às dosagens de reagentes; por outro lado registou-se uma ocorrência de incumprimento devido às características da água bruta captada.
- **Arsénio** – a situação de incumprimento deveu-se a uma falha dos equipamentos de tratamento instalados, tendo a mesma sido atempadamente resolvida.
- **Bactérias coliformes** – a averiguação das causas dos incumprimentos foi, em ambas as situações, inconclusiva. Nestas situações são implementadas medidas corretivas, tais como a rápida renovação da água no sistema de distribuição e/ou o reforço da desinfecção. As análises de verificação realizadas no espaço de 24 horas, permitiram verificar a boa condição da água distribuída.
- **Chumbo e Níquel** – as ocorrências destes elementos na água na torneira do consumidor estão associados à composição da rede predial. Foi prestado esclarecimento escrito ao responsável pela gestão do ponto de amostragem em questão.

- **Ferro** – duas das ocorrências registadas verificaram-se devido à situação de manutenção das redes de distribuição. As suas correções foram possibilitadas graças a intervenções de descargas na rede, realizadas nos pontos críticos. A terceira ocorrência deu-se devido à migração do elemento dos componentes da rede predial para a água na torneira do consumidor, tendo este sido devidamente esclarecido sobre a situação. Uma quarta ocorrência de incumprimento do VP teve origem em situação de falha/avaria de equipamento de tratamento, tendo a mesma sido imediatamente resolvida.
- **Manganês** – verificaram-se duas ocorrências de manganês acima do VP. Uma delas deveu-se a rotura na rede de distribuição, tendo sido implementadas ações de manutenção da rede. A segunda ocorrência deu-se por acumulação na rede de distribuição, tendo também sido implementadas descargas da rede.
- **Selénio** – a ocorrência deste elemento em excesso na água de consumo humano deve-se às características da água bruta captada. A AR implementou um plano de monitorização mensal do parâmetro, para acompanhamento da evolução da situação.

PROGRAMA DE CONTROLO OPERACIONAL DO SUBSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Elaborado para o período do ano civil, o programa prevê a avaliação da eficiência de tratamento e, também, suprir as necessidades de monitorização e evidência sobre a situação de abastecimento. Dado o referido âmbito, o programa é elaborado de modo a abranger todas as componentes de cada subsistema de abastecimento, desde a captação até à distribuição na torneira do consumidor.

Os dados relativos à implementação do PCOSAA são os seguintes:

Tabela - execução do PCOSAA

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Controlo Operacional de Subsistemas de Abastecimento de Água	44	617	3.973	28.979

QUALIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS

PLANO DE CONTROLO DE QUALIDADE

O Plano de Controlo de Qualidade de águas residuais é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. A gestão da qualidade das águas residuais, carregada de elevado carácter ambiental, é efetuada nas seguintes vertentes:

- Programa de Controlo de Qualidade de Águas Residuais
- Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais

PROGRAMA DE CONTROLO DE QUALIDADE DAS ÁGUAS RESIDUAIS

O cumprimento das imposições legais relativas à descarga de águas residuais tratadas nas linhas de água dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas é uma preocupação constante da Águas do Ribatejo.

A avaliação da conformidade destas descargas faz-se face ao cumprimento das Licenças de Descarga de Águas Residuais Tratadas no Meio Hídrico, tituladas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A elaboração do programa obedece às disposições constantes das licenças de descarga águas residuais tratadas e demais legislação em vigor, nomeadamente no que respeita a periodicidade e tipologia das

colheitas, parâmetros e métodos de análise. O resumo de implementação do PCQAR em 2016 é o seguinte:

Tabela - execução do PCQAR

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais	49	138	1.516	8.212

De acordo com os critérios de avaliação da conformidade, a Entidade Reguladora – ERSAR - estabeleceu um indicador de desempenho para eficiências de ETAR com pelo menos 1 ano de exploração, medido face à percentagem do equivalente de população que é servido por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga. (Foi utilizada a metodologia de cálculo referenciada para os indicadores de qualidade do serviço do ano 2015 visto a metodologia para 2016 ainda não estar disponível.)

Das 50 ETAR sob gestão da Águas do Ribatejo, 47 ETAR apresentaram pelo menos 1 ano de exploração em 2016, pelo que o indicador do cumprimento dos parâmetros de descarga é o seguinte:

Tabela – cumprimento dos parâmetros de descarga

	N.º de ETAR Controlada		Equivalente de População Servido Por Instalação de Tratamento (e.p.)		Equivalente de População com Tratamento Satisfatório (e.p.)		Cumprimento dos parâmetros de Descarga (%)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ÁGUAS DO RIBATEJO	47	43	107.691	128.729	87.852	109.605	82	85

O equivalente de população servido é calculado com base na carga de CBO5 à entrada das instalações, tomando-se como valor de referência a capitação de 60 gr/hab.dia.

A análise dos dados da tabela anterior permite verificar que o total de equivalente de população servido por instalação de tratamento sofre redução quando comparado com o total do ano 2015. Esta verificação assenta no facto de o volume total recebido para tratamento e descarregado em 2016 ter aumentado face a 2015, tendo sido acompanhado de uma descida na carga média afluente.

O indicador percentagem de cumprimento dos parâmetros de descarga sofre ligeira redução face a 2015 devido, especialmente, ao aumento do número de ocorrências de incumprimento do parâmetro sólidos suspensos totais (SST).

Numa análise por município obtêm-se as variações da tabela seguinte.

Tabela – cumprimento dos parâmetros de descarga, por município

Município	N.º de ETAR Controladas		Equivalente de População Servido Por Instalação de Tratamento (e.p.)		Equivalente de População com Tratamento Satisfatório (e.p.)		Cumprimento dos parâmetros de Descarga (%)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Almeirim/ Alpiarça	6	6	32.276	24.349	23.254	22.863	72	94
Benavente	11	11	20.410	27.436	16.029	24.817	79	90
Chamusca	8	6	6.457	6.970	6.208	5.119	96	73
Coruche	10	9	9.379	11.902	9.032	10.783	96	91
Salvaterra de Magos	7	6	8.955	10.382	7.458	8.760	83	84
Torres Novas	6	6	30.320	48.516	25.974	37.408	86	77

A redução, em 2016, do indicador cumprimento dos parâmetros de descarga no conjunto dos municípios de Almeirim e Alpiarça acontece, especialmente, devido aos resultados de incumprimento ao parâmetro SST na ETAR Almeirim/Alpiarça. Esta instalação será alvo de obra de reabilitação para reformulação da obra de entrada com a instalação de um tamisador, que aumente a eficiência de gradagem atual do sistema de drenagem a montante.

Outras situações de não cumprimento neste conjunto de municípios estão identificadas na ETAR Raposa, estando igualmente prevista intervenção para dotação de gradagem mecânica.

No município de Benavente regista-se também uma redução do indicador de cumprimento dos parâmetros de descarga que tem origem na ETAR Quinta dos Gatos. Futuramente esta ETAR será alvo de desativação em virtude da remodelação do subsistema de saneamento de Samora Correia, estando prevista a construção de uma nova ETAR.

A melhoria do indicador nos restantes municípios deve-se ao facto de se verificar uma melhoria geral nas condições de funcionamento das instalações, conjuntamente com a entrada em plena exploração de algumas novas ETAR.

PROGRAMA DE CONTROLO OPERACIONAL SUBSISTEMAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Elaborado para o período do ano civil, o programa prevê a avaliação da eficiência de tratamento de depuração de águas residuais e, também, suprir as necessidades de monitorização e evidência sobre afluências indevidas à rede de drenagem.

A implementação do PCOSAR durante 2016 resume-se do seguinte modo:

Tabela - execução do PCOSAR

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Controlo Operacional de Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais	49	164	1.673	6.031

PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA

O ano de 2016 trouxe avanços no que refere ao desenvolvimento e implementação de PSA.

Assim, e incorporado em projeto da ERSAR para desenvolvimento e teste de ferramenta para elaboração de PSA para pequenas ZA (<5000 habitantes), foi iniciado o Plano de Segurança para o subsistema AA006 Barrosa.

Deste projeto, está em curso a validação da análise de risco, tendo já sido efetuada a caracterização do sistema e o levantamento de eventos perigosos e perigos.

Neste âmbito continuam também os trabalhos do PSA SAA012 – Benavente/Samora Correia/Vale Tripeiro, encontrando-se em desenvolvimento as seguintes ações:

- Implementação do Plano de Ações de Melhoria
- Implementação do Plano de Monitorização das Medidas de Controlo
- Desenvolvimento dos procedimentos de gestão.

GESTÃO AMBIENTAL

MONITORIZAÇÃO DO MEIO RECETOR DAS DESCARGAS DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS

Com a intenção de monitorizar o efeito que as descargas de águas residuais tratadas têm no meio ambiente, é implementado o Programa de Monitorização de Meios Recetores de Descargas, em parte para cumprimento das disposições legais aplicáveis aos meios recetores.

Devido a dificuldades logísticas relacionadas com o acesso às linhas de água, devido ao seu estado de conservação, o programa é elaborado com vista à monitorização do efeito das descargas no final da época húmida (maio/junho) e no final da época seca (setembro/outubro). Os locais de colheita devem situar-se a cerca de 50 metros a montante e jusante dos pontos de descarga de águas residuais tratadas em instalações geridas pela Águas do Ribatejo.

Os dados de execução do programa são os que constam da tabela.

Tabela - execução do Programa de Monitorização do Meio Recetor

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Monitorização do Meio Recetor de Descargas	22	43	126	452

GESTÃO DE RESÍDUOS

Parte de uma gestão sustentável dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais passa por uma gestão responsável de resíduos gerados no âmbito das atividades de exploração.

Em 2016 foram produzidas 4.593,5 toneladas de resíduos, distribuídos pelas seguintes frações:

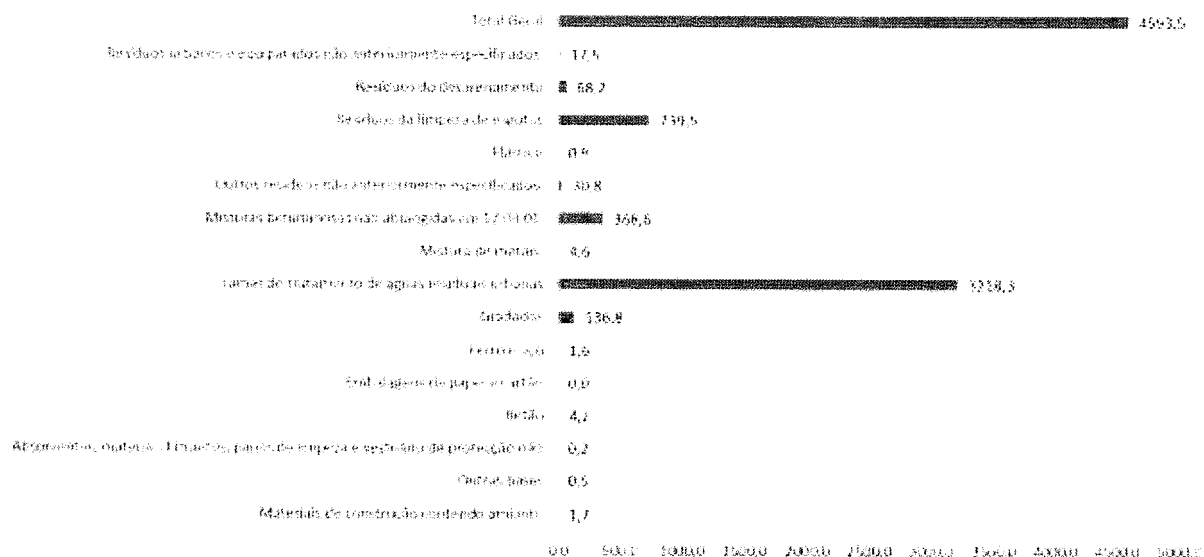


Figura – produção anual de resíduos, por fração face ao total

Pretendendo-se uma gestão sustentável dos resíduos gerados na atividade, as opções de gestão de resíduos preferenciais passam pelas operações de recuperação e/ou reciclagem dos resíduos (operações do tipo R). No entanto, e atendendo à sua tipologia, são pontualmente efetuadas operações de eliminação dos resíduos (operações do tipo D).

A distribuição pelas diferentes operações de gestão é a seguinte, em toneladas:

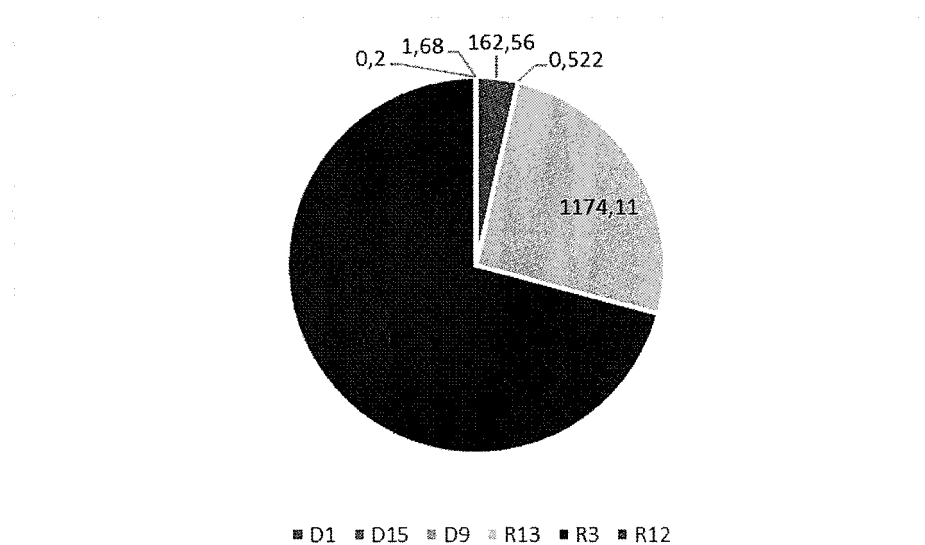


Figura – operações de gestão de resíduos, em toneladas

Da observação das duas figuras anteriores, pode destacar-se a produção de lamas de depuração biológica, resultados do tratamento de águas residuais, cuja fração foi inteiramente encaminhada sob operação de recuperação e/ou reciclagem.

A distribuição da produção deste tipo de resíduo foi a seguinte:

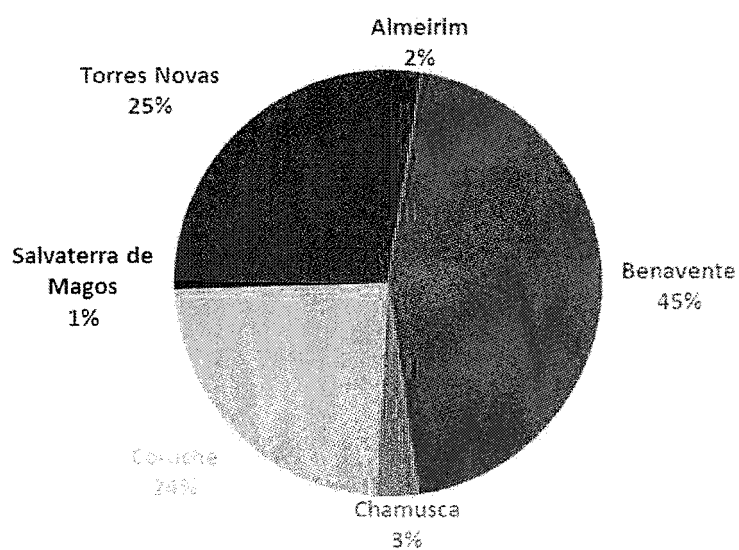
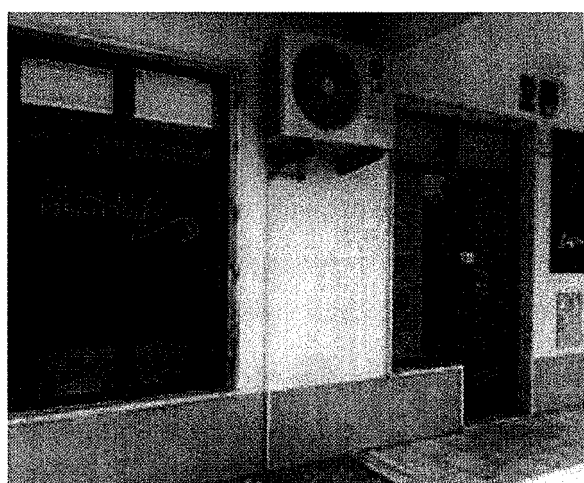


Figura – distribuição da produção de lamas de depuração, por município

COMERCIAL

ATENDIMENTO COMERCIAL

No decorrer do ano de 2016 foi concluído o projeto de alteração da imagem das Unidades de Atendimento Comercial.



Samora Correia



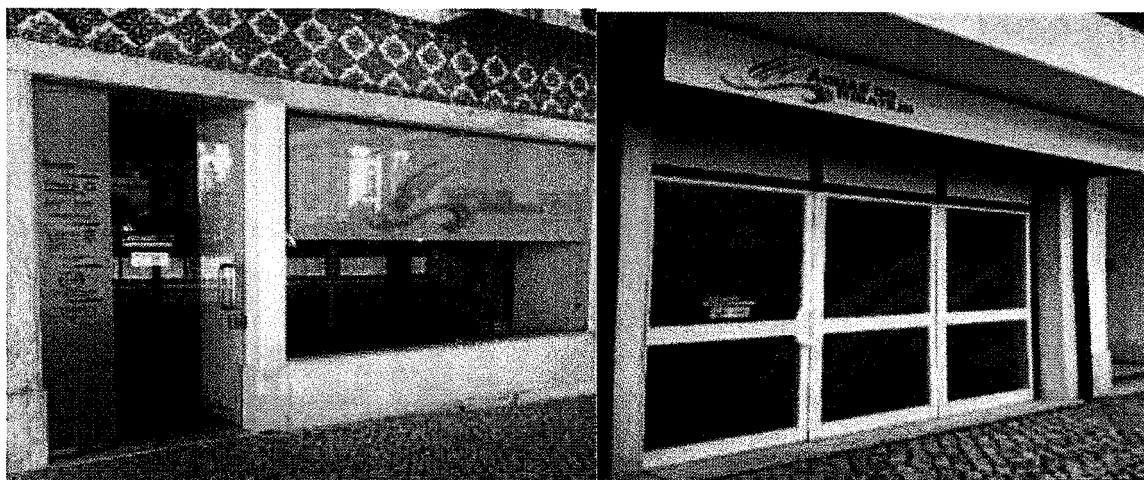
Chamusca



Torres Novas



Almeirim



Coruche

Benavente

Esta nova imagem da Águas do Ribatejo, mais simples, uniforme e que permitirá também uma maior durabilidade ao longo da vida útil da mesma, foi aplicada nas unidades de Almeirim, Coruche, Samora Correia e Chamusca. Nas restantes unidades a imagem já havia sido aplicada na génese das lojas.

Podemos através das várias estatísticas recolhidas nas oito UAC que dispõem de sistema de senhas, observar a disponibilidade do serviço prestado, em que o atendimento em média chega a atingir os 107 clientes por dia, na UAC de Almeirim.

Unidade de Atendimento Comercial	Nº de atendimentos	Média diária
Almeirim	26.851	107
Alpiarça	8.019	32
Benavente	13.637	54
Samora Correia	18.607	74
Chamusca	7.684	31
Coruche	14.280	57
Salvaterra de Magos	11.608	46
Torres Novas	20.825	83
Total	121.511	477

O número de atendimentos em 2016 foi de 121.511, o que significa uma média de 477 atendimentos diários, no conjunto das unidades da AR.

O número médio de chamadas atendidas diariamente neste ano foi de 161, relativamente ao ano anterior em que a média foi de 168 chamadas.

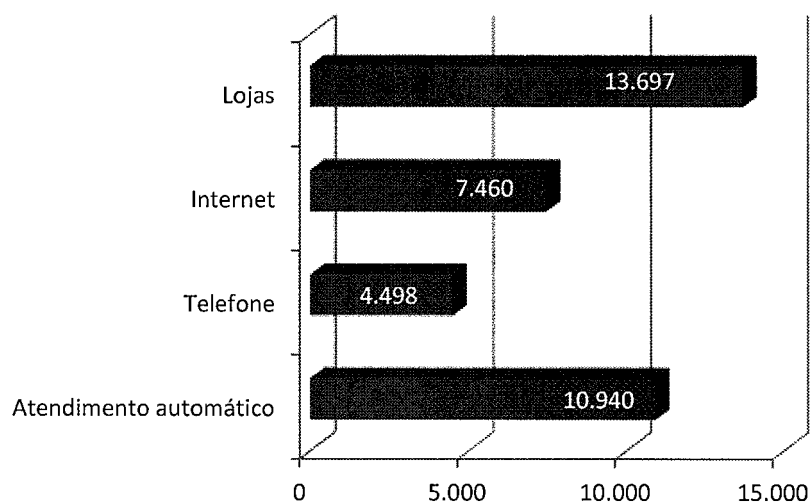
Verificou-se um decréscimo de 3,7 % relativamente aos valores obtidos em 2015. Este decréscimo poderá revelar uma tendência para a estabilização deste canal de comunicação, continuando no entanto a ser o meio preferencial para comunicar com a empresa.

Durante 2016, a atividade do “Call Center” externo, registou diariamente, em período não laboral, uma média de 3,5 ocorrências, correspondendo a uma média diária de 8,5 chamadas telefónicas. Este valor teve uma ligeira redução em relação ao ano anterior, o que está coerente com o facto de as ocorrências registadas durante este período terem sofrido uma redução de 11%.

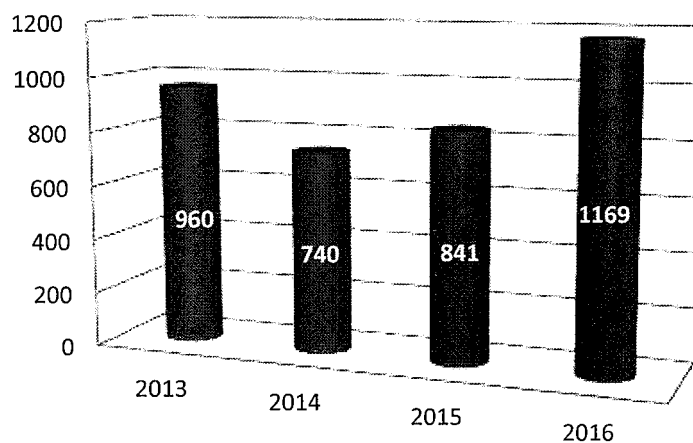
Podemos também observar durante este ano qual o meio preferencial, utilizado pelos clientes da AR para fornecimento de leituras:

- As leituras fornecidas junto das lojas, que reúnem as leituras para faturação periódica e as leituras de rescisão de contrato, ou alteração de titular, são as que evidenciam maior peso;
- As leituras fornecidas através da central telefónica de modo automatizado representam um valor que se começa a aproximar do valor das lojas;
- Por último e apresentando valores mais próximos, são as leituras fornecidas pela Internet (balcão digital) e pelo telefone;

Podemos ainda registar que as nossas equipas de leitura, recolheram 514.419 leituras.

Número de Leituras


O balcão digital onde o cliente pode observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato começa a ganhar alguma dimensão, sendo este crescente interesse não só suportado pela fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras, bem como, pela perceção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, entre outros.

Número de adesões ao balcão eletrónico


No final do ano de 2016, existem 4.902 clientes a usufruir desta ferramenta. A adesão em 2016 foi de 1.169 clientes o que representa um acréscimo de 39% em relação a 2015.

A fatura eletrónica é enviada neste momento, para um total de 2.219 clientes. A adesão a este sistema continua a evidenciar uma tendência positiva, registando-se um aumento relativamente ao ano anterior de 46%.

Este valor de adesões ao envio eletrónico de fatura representa 2,9% do universo de clientes da AR.

CLIENTES – RECLAMAÇÕES

Foram registadas 520 reclamações escritas relativas às várias áreas de atividade da AR, durante o corrente ano.

Ano	Nº reclamações	Prazo médio de resposta em dias úteis	Reclamações respondidas dentro do prazo em %
2016	520	14	100
2015	458	14	94,1
2014	572	13	99,1
2013	777	13	97,4

Podemos observar pelo quadro acima que todas as reclamações foram respondidas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito.

O tempo médio utilizado para responder às reclamações foi de 14 dias úteis, que neste caso é consistente com o ano anterior.

CLIENTES – CARACTERIZAÇÃO

Os clientes da AR encontram-se caracterizados a nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

Tipo de Utilização	2016	2015	2014	2013
<i>Doméstico</i>	62.784	63.043	63.249	63.349
<i>Tarifário Social</i>	4.426	4.296	4.185	4.197
<i>Tarifário Familiar</i>	325	305	269	232
<i>Comércio e Indústria</i>	5.063	5.005	5.034	5.072
<i>Instituições</i>	605	597	581	555
<i>Estado</i>	124	125	125	119
<i>Autarquias</i>	1.322	1.276	1.199	1.209
<i>Consumos Temporários</i>	241	219	242	255
Total	74.890	74.866	74.884	74.988

O que perfaz um total de 74.890 clientes, ou seja, através do quadro anterior podemos observar a evolução dos clientes, bem como, a sua distribuição pelos vários tipos de consumo.

No quadro anterior podemos observar um acréscimo redução de 24 clientes. As classes de consumidor que sofreram redução de clientes foram a Doméstico e Estado, no entanto, verifica-se a transferência de clientes da classe Doméstico para a classe de Tarifário Social.

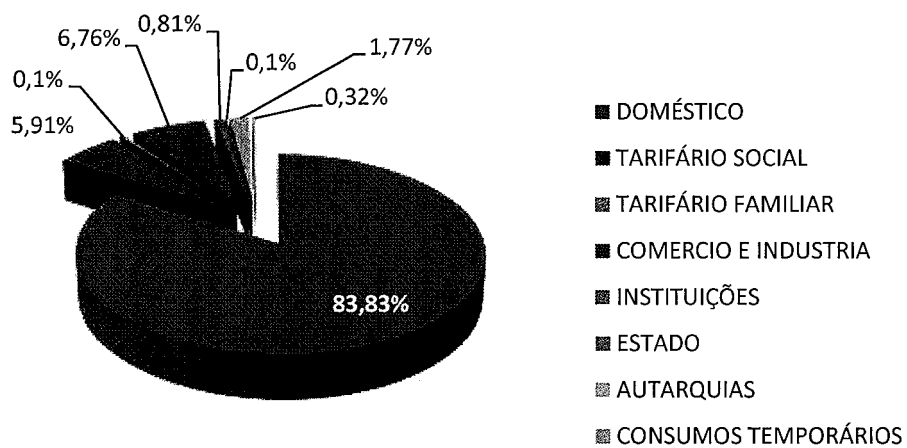
A tendência de decréscimo contínuo do número de clientes inverteu-se, sendo que a AR regista um aumento de clientes

A tendência positiva, ainda que ténue, relativamente ao número de clientes, pode revelar que a política contínua de deteção de fraudes, que implica a realização de contratos começa a revelar resultados.

O tarifário social já representa 5,9% dos clientes e está coerente com os dados do ano anterior, enquanto o tarifário familiar, beneficiando agregados familiares numerosos vai crescendo

gradualmente à medida que os clientes se apercebem das suas vantagens e reúnem as condições necessárias para beneficiar do mesmo.

Distribuição de clientes por tipo de uso



A distribuição dos clientes por município e por tipo de uso é a seguinte:

MUNICÍPIO	DOMÉSTICO	TARIFÁRIO SOCIAL	TARIFÁRIO FAMILIAR	COMERCIO E INDUSTRIA	INSTITUIÇÕES	ESTADO	AUTARQUIAS	CONSUMOS TEMPORÁRIOS	TOTAL
ALMEIRIM	9.720	800	38	794	65	18	105	30	11.570
ALPIARÇA	2.908	405	18	218	16	9	76	5	3.655
BENAVENTE	11.843	680	125	1.204	86	15	295	33	14.281
CHAMUSCA	4.101	816	13	262	55	16	187	0	5.450
CORUCHE	9.095	590	12	545	103	14	175	36	10.570
SALVATERRA DE MAGOS	7.829	1.024	64	603	62	24	182	79	9.867
TORRES NOVAS	17.288	111	55	1.437	218	28	302	58	19.497
Ano de 2016	62.784	4.426	325	5.063	605	124	1.322	241	74.890
Ano de 2015	63.043	4.296	305	5.005	597	125	1.276	219	74.866
Ano de 2014	63.249	4.185	269	5.034	581	125	1.199	242	74.884
Ano de 2013	63.349	4.197	232	5.072	555	119	1.209	255	74.988
Evolução (2015 - 2016)	-0,41%	3,03%	6,56%	1,16%	1,34%	-0,80%	3,61%	10,05%	0,03%

MUNICÍPIO	TOTAL DE CLIENTES	% DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES
ALMEIRIM	11.570	15%
ALPIARÇA	3.655	5%
BENAVENTE	14.281	19%
CHAMUSCA	5.450	7%
CORUCHE	10.570	14%
SALVATERRA DE MAGOS	9.867	13%
TORRES NOVAS	19.497	26%
TOTAL	74.890	-

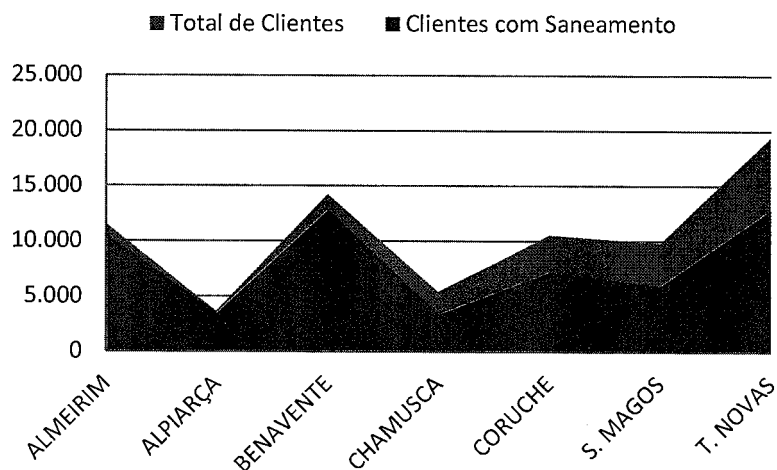
A distribuição dos clientes abrangidos por rede de saneamento, por município e por tipo de uso é a seguinte:

MUNICÍPIO	DOMÉSTICO	TARIFÁRIO SOCIAL	TARIFÁRIO FAMILIAR	COMERCIO E INDUSTRIA	INSTITUIÇÕES	ESTADO	AUTARQUIAS	CONSUMOS TEMPORÁRIOS	TOTAL
ALMEIRIM	8.911	683	38	769	60	18	63	2	10.544
ALPIARÇA	2.796	388	17	210	13	8	31	0	3.463
BENAVENTE	10.873	618	121	1.049	74	15	78	1	12.829
CHAMUSCA	2.555	511	6	191	41	14	40	0	3.358
CORUCHE	6.248	374	7	423	77	14	74	0	7.217
SALVATERRA DE MAGOS	4.769	560	37	485	36	23	59	0	5.969
TORRES NOVAS	11.465	60	33	1.074	131	24	91	0	12.878
Ano de 2016	47.638	3.204	262	4.202	433	117	438	3	56.297
Ano de 2015	47.576	3.048	243	4.173	425	118	426	10	56.019
Ano de 2014	46.056	2.741	218	4.125	400	115	394	2	54.051
Ano de 2013	45.281	2.660	187	4.167	388	107	388	2	53.180
Evolução (2015 - 2016)	0,13%	5,12%	7,82%	0,69%	1,88%	-0,85%	2,82%	-70,00%	0,50%

No quadro seguinte podemos observar a cobertura de saneamento faturado nos sete municípios:

MUNICÍPIO	Total de Clientes	Clientes com Saneamento	Cobertura da rede de
ALMEIRIM	11.570	10.544	91%
ALPIARÇA	3.655	3.463	95%
BENAVENTE	14.281	12.829	90%
CHAMUSCA	5.450	3.358	62%
CORUCHE	10.570	7.217	68%
SALVATERRA DE MAGOS	9.867	5.969	60%
TORRES NOVAS	19.497	12.917	66%
Total	74.890	56.297	75%

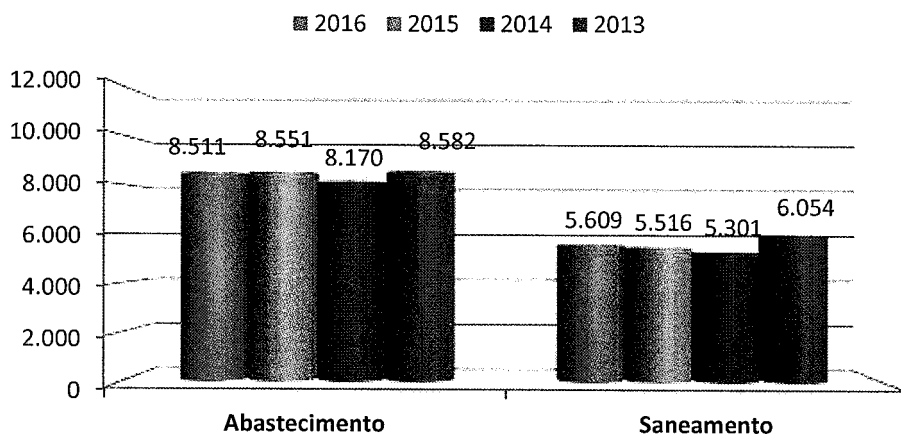
Cobertura de Saneamento



CONSUMOS E FATURAÇÃO

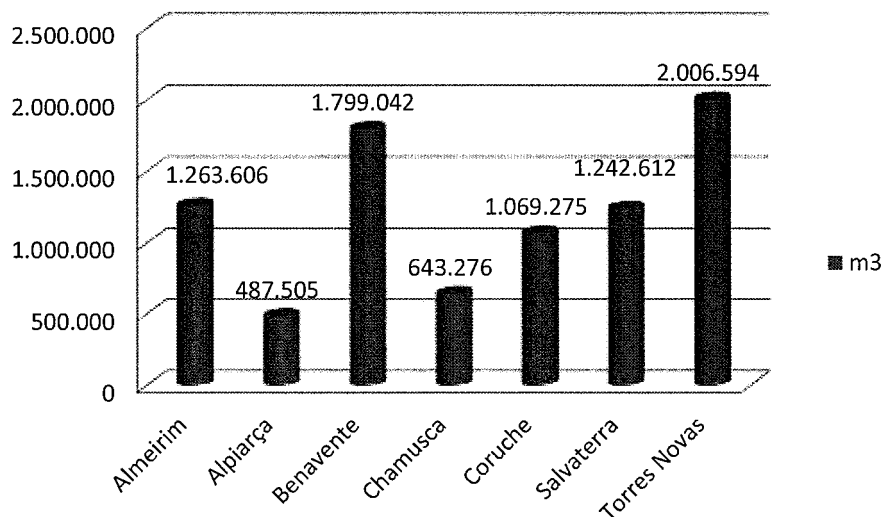
O volume de Água e Saneamento faturado no ano de 2016 em comparação com os períodos homólogos dos anos anteriores foi o seguinte:

Volume Anual Faturado



valores em milhares de m3

Volume anual faturado por Município



A AR remete de uma forma regular, uma média de 5.261 avisos de corte por mês, perfazendo em 2016, um total de 63.143 avisos. Este processo é controlado através de um calendário e de um conjunto e normas de procedimento.

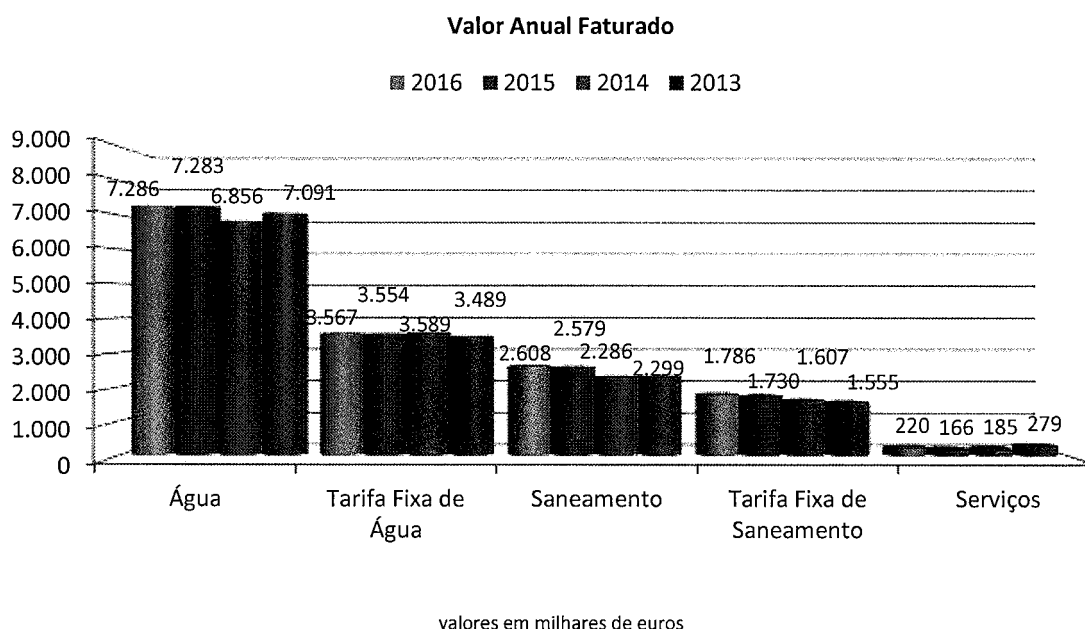
No processo de recuperação de dívida, desenvolveram-se um conjunto de intervenções durante o corrente ano, que podem ser observadas no quadro seguinte

Ano	Ações de Fiscalização	Suspensão de Abastecimento	Restabelecimentos
2016	1.674	3.225	2.562
2015	1.187	2.708	1.938
2014	1.742	2.841	2.390
2013	2.364	4.381	3.724

Verificou-se um acréscimo de 19% nas suspensões de abastecimento, que implicou um aumento nos serviços complementares de ações de fiscalização e reabertura.

Este processo é de extrema importância dado o impacto que tem na sustentabilidade financeira da AR e como tal temos vindo a adotar um conjunto de procedimentos que permitam a recuperação das dívidas, em conjugação com a celebração de acordos de pagamento, nos casos em que se constata dificuldades nas famílias economicamente vulneráveis.

No gráfico seguinte estão expressos os valores faturados em Tarifa Variável de Água, Tarifa Fixa de Água, Tarifa Variável de Saneamento, Tarifa Fixa de Saneamento e Serviços por ano.

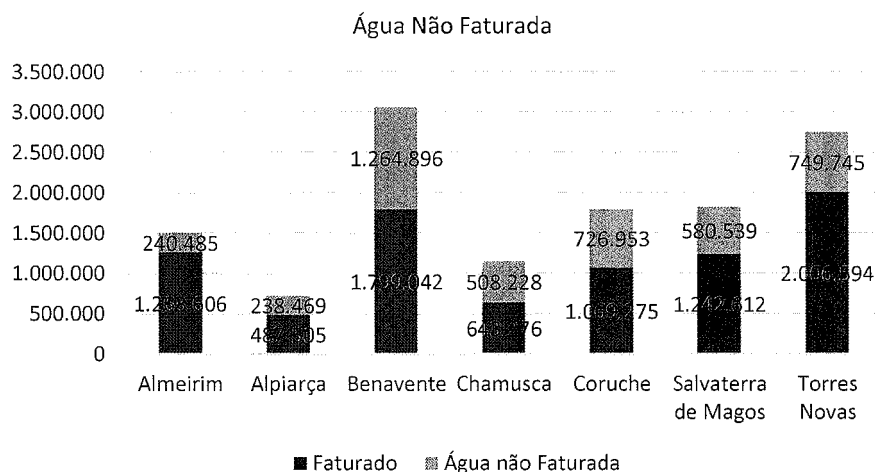


A faturação proveniente da componente “Água” (Tarifa Fixa de Água e Venda de Água) ascende a 10,83 Milhões de Euros, continua a ser determinante na composição das receitas, representando cerca de 70.16 % do total 15,47 Milhões de Euros.

Registou-se um acréscimo de 1,07% em relação ao ano de 2015, com maior relevância nos itens de saneamento e serviços.

ÁGUA NÃO FATURADA

No quadro e gráfico seguintes podemos observar a diferença entre o volume de água produzido e o volume de água faturado por município, podendo assim obter o volume da água não faturada.



Ano	2016				2015	2014
Município	Produzido	Faturado	Não Faturado	% Não Faturado	% Não Faturado	% Não Faturado
Almeirim	1.504.091	1.263.606	240.485	15,99%	11,08%	17,34%
Alpiarça	725.974	487.505	238.469	32,85%	36,92%	35,28%
Benavente	3.063.937	1.799.042	1.264.896	41,28%	42,79%	37,36%
Chamusca	1.151.504	643.276	508.228	44,14%	41,14%	51,91%
Coruche	1.796.227	1.069.275	726.953	40,47%	41,31%	38,80%
Salvaterra de Magos	1.823.151	1.242.612	580.539	31,84%	33,14%	33,29%
Torres Novas	2.756.340	2.006.594	749.745	27,20%	28,80%	30,23%
Total	12.821.224	8.511.909	4.309.315	33,61%	34,17%	34,40%

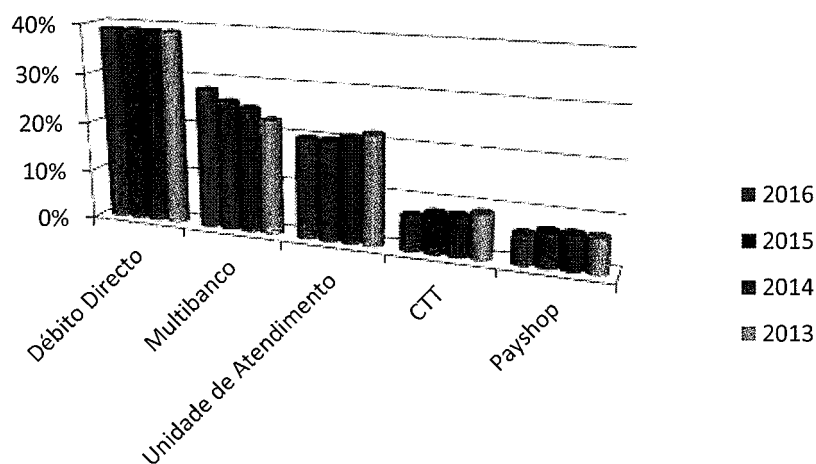
Estas perdas poderão ser explicadas por roturas que geram perdas de água não visível, descargas de água para limpeza de condutas, uso não autorizado da água para diversos fins, entre outros.

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento através dos vários canais de cobrança disponibilizados pela AR apresenta uma distribuição idêntica em 2016, quando comparada com a verificada durante o ano de 2015,

Canal de Cobrança	2016
Débito Direto	39%
Multibanco	28%
Unidade de Atendimento Comercial	20%
CTT	7%
Payshop	6%

Podemos ainda observar a evolução da distribuição dos vários canais de cobrança desde o ano de 2013, através do seguinte gráfico, sendo que de uma forma consolidada regista-se um acréscimo de pagamentos por via do multibanco desde 2013.



A análise da distribuição da utilização dos vários canais de cobrança existentes revela uma estabilização ao nível dos débitos directos e uma flutuação entre o pagamento por multibanco e os CTT e Payshop.

SERVIÇOS

No decorrer do ano de 2016, o resultado da operação das equipas sob a responsabilidade da Direção Comercial, poderá ser observada no quadro seguinte:

Tipo de Serviço	Nº de Serviços Executados		
	2016	2015	%
Colocação de Contador	2.613	2.485	5,15
Retirada de Contador	2.453	2.441	0,49
Selagem de Contador	7.464	821	809,14
Substituição de contador	5.720	5.157	10,92
Confirmação Rotura Rede Predial	546	522	4,60
Verificação de Falta de Pressão	348	436	-20,18
Reparações Várias	897	1017	-11,80
Verificações	3.131	3.024	3,54
Ações de Fiscalização	1.674	1.187	41,03
Restabelecimento de Serviço	2.562	1.938	32,20
Fecho de Água	3.225	2.708	19,09
Total	30.633	21.736	40,93

Esta operação totaliza 30.633 serviços, realizados por colaboradores afetos à DC e equipas externas.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A empresa municipal AR é hoje uma referência de uma gestão eficiente e sustentável dos serviços de abastecimento de água e saneamento. O seu modelo inovador, desde logo por congregar a gestão em alta e em baixa, por ter os municípios como únicos acionistas e por incluir sete concelhos de características diferentes entre si.

No exercício de 2016 evidenciámos as ações mais relevantes no domínio dos investimentos, da manutenção dos sistemas e da sensibilização/educação ambiental.

Destacamos as campanhas de adesão à fatura eletrónica e débito em conta e de promoção do consumo da água da torneira que decorrem em simultâneo de forma propositada.

Ambas as campanhas são um fator de aproximação dos clientes / utilizadores mas também um reforço da confiança que devemos partilhar.

Realçamos o apoio da Direção Geral de Saúde, Quercus, Deco e APDA à nossa campanha com reconhecimento do mérito da mesma e da sua eficácia junto das populações.

No âmbito da valorização da água da torneira foram instaladas 84 fontes de água fixas em locais públicos indicados pelos municípios e ao abrigo de protocolos com os mesmos. Nos eventos pontuais a AR colocou fontes de água em regime temporário e distribuiu água da rede aos visitantes.

A AR esteve nos principais eventos do setor, com destaque para a participação em vários seminários, conferências e workshops promovidos pela APDA, Ministério do Ambiente, PPA, Quercus, Deco, EMAS, EPAL, Águas de Coimbra, Serviços Municipalizados de Almada, Câmara Municipal de Peniche, entre outros.

Os investimentos realizados nos sete Municípios foram divulgados através de ações junto dos cidadãos, dos autarcas e das entidades locais. Promovemos encontros com os jornalistas, Conferências de Imprensa, visitas de trabalho e estudo com eleitos, estudantes e comunicação social, seminários e sessões de esclarecimento a pedido das Autarquias e outras entidades.

Na área da sensibilização ambiental, o programa “Escolas Amigas da Água”, em parceria com a QUERCUS e as ações promovidas neste semestre permitira chegar a cerca de 3000 crianças e jovens, dezenas de professores e assistentes operacionais nas escolas da região que servimos.

O sítio internet da empresa revelou-se fundamental na comunicação com os clientes e utilizadores e com as entidades externas com uma média de 243 visitas/dia.

Na continuidade do programa de sensibilização ambiental, foram reforçadas as campanhas desenvolvidas nas rádios locais em parceria com a QUERCUS e a DECO.

Dezenas de notícias, reportagens e entrevistas publicadas com frequência nos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, aproximaram o nosso público-alvo da informação e reforçaram a importância do serviço que a AR presta. Realçamos as reportagens televisivas na RTP, SIC, CM TV, ECONÓMICO TV, REDE REGIONAL, MÉDIO TEJO NET e MIRANTE TV e 187 notícias em órgãos de comunicação social de âmbito nacional que resultam da notoriedade que a marca AR consolidou.



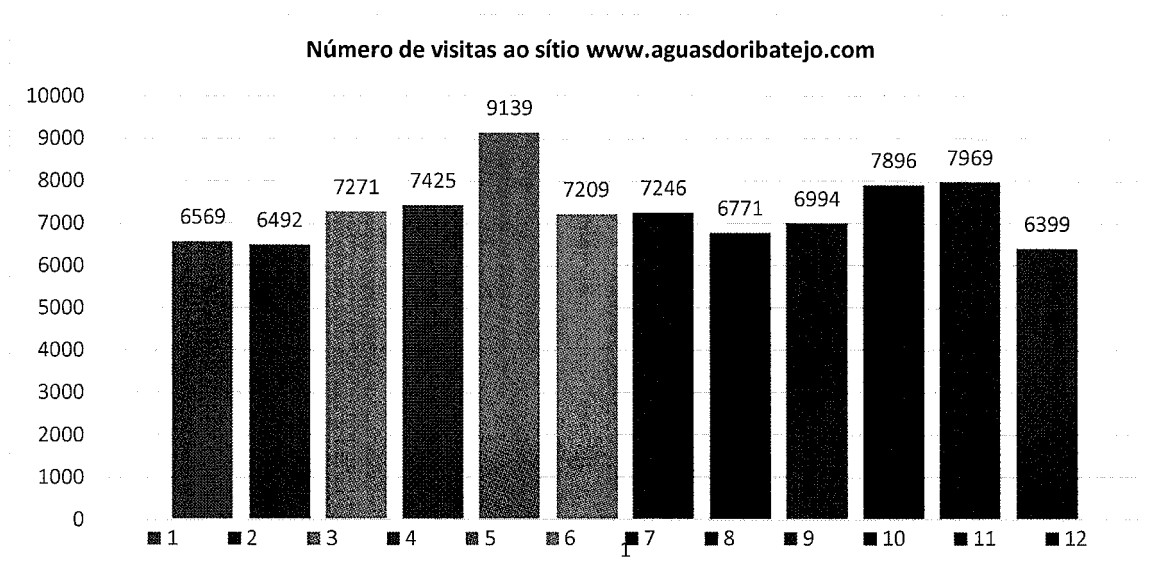
SÍTIO INSTITUCIONAL

O sítio institucional da AR revela-se uma plataforma fundamental para a relação de proximidade com o cliente e público. No ano de 2016, registaram-se 87.380 visitas. A média mensal de entradas no sítio foi de 7.282 e a média diária de 243 visitas, ligeiramente inferior ao ano transato. Esta ferramenta permite aos clientes / utilizadores acompanhar a atividade da AR através das notícias na página

principal, como também, serem alertados para situações imprevistas (roturas, avarias e outras situações que provoquem falhas ou constrangimentos no abastecimento), bem como intervenções programadas na rede de abastecimento e saneamento, além de outras informações de interesse.

Neste exercício de 2016 produzimos dezenas de conteúdos de informação que foram publicados no sítio e mantivemos a atualização regular das notícias referentes à atividade da empresa.

No gráfico seguinte é apresentada a evolução do número de visitas ao sítio da AR ao longo dos meses:



IMPRENSA

Durante o ano de 2016 foram distribuídas à comunicação social 55 notas de imprensa e 112 comunicados (roturas e constrangimentos nas redes de abastecimento de água

A AR manteve uma relação de proximidade com os jornalistas que trabalham na região no sentido de os manter ao corrente das várias iniciativas da empresa.

As publicações em jornais, rádios, televisões e portais locais, regionais e nacionais permitiram chegar com um formato credível junto da maioria dos 150 mil consumidores / utilizadores, mas também a

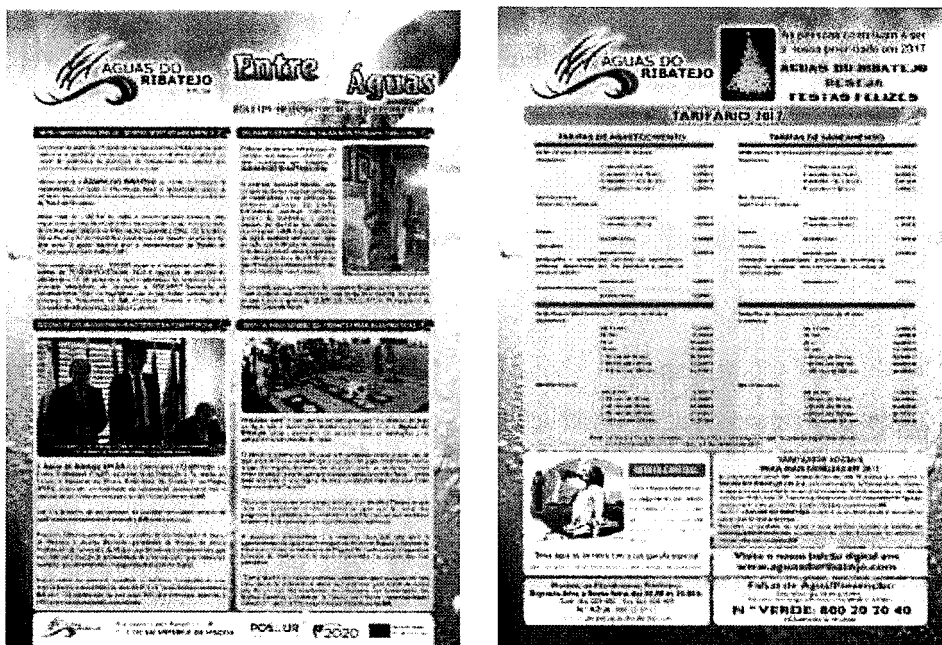
outros públicos com quem nos relacionamos: entidades do setor, gestores, autarcas, regulador e fornecedores, entre outros.

Registou-se um aumento significativo do número de publicações sobre a empresa reportando intervenções, investimentos e eventos realizados.

A colaboração com as rádios: IRIS FM, MARINHAIS FM, RÁDIO VOZ DO SORRAIA e RÁDIO TORRES NOVAS FM permitiu a emissão de seis mil “spots” com informações úteis e de sensibilização nas quatro emissoras.

As emissoras locais, incluindo os respetivos sites e páginas nas redes sociais, revelaram-se uma forma rápida e eficaz de comunicar com as populações que servimos. As quatro estações garantem a cobertura total dos sete Municípios onde intervimos com grande proximidade com as comunidades locais.

PUBLICAÇÃO DO BOLETIM INFORMATIVO “ENTRE ÁGUAS”



A AR publicou o boletim informativo “Entre Águas” com uma periodicidade quadrimestral. Este boletim foi remetido aos clientes em abril, agosto e dezembro com uma tiragem de 76 mil exemplares.

Promovemos as campanhas em curso, divulgámos as ações de sensibilização nas escolas e noticiámos os investimentos a realizar a curto/médio prazo. No Boletim de Dezembro publicámos ainda o tarifário para 2017 que desta forma chegou a todos os clientes.

VISITAS DE ESTUDO A EQUIPAMENTOS

Em 2016, foram realizadas 38 visitas de estudo às ETAR de Almeirim/Alpiarça, Torres Novas, Coruche, ZIMB, Esteveira, Pinheiro Grande e Cerrado das Águas em Benavente.

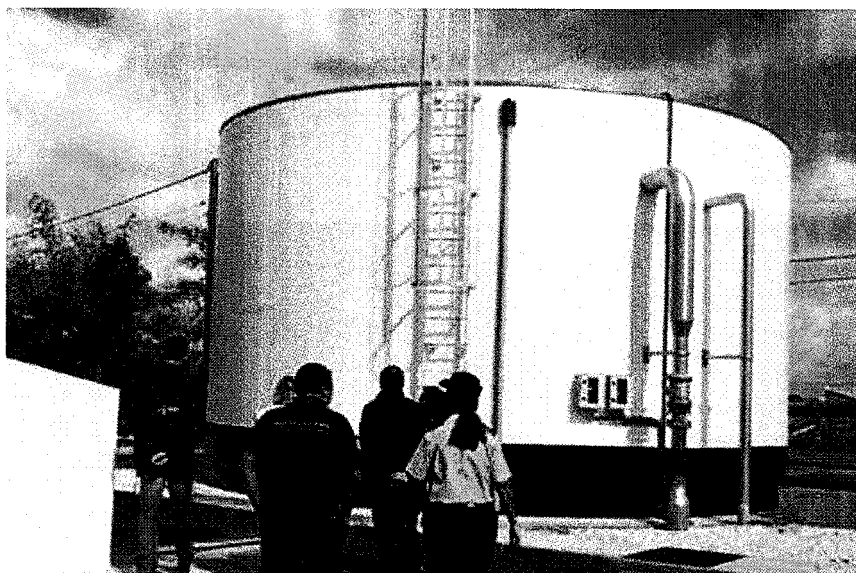
Escolas do 1º ciclo ao secundário, Universidades, Associações e estudantes a nível individual solicitam com frequência a oportunidade de conhecer os sistemas de abastecimento e saneamento e respetivos equipamentos.



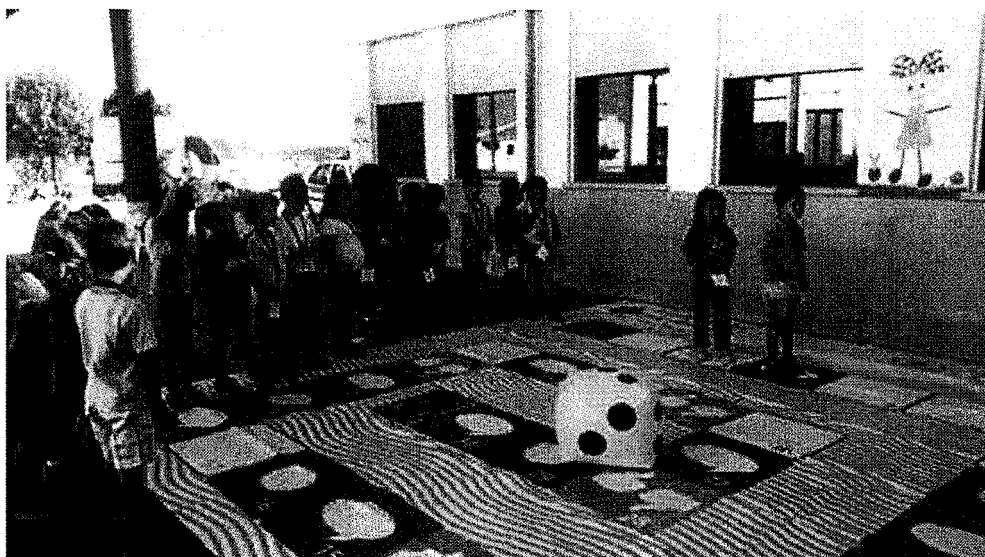
SENSIBILIZAÇÃO / EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A sensibilização e a educação ambiental são fundamentais para garantirmos o equilíbrio dos sistemas e a sua sustentabilidade no futuro. Clientes / utentes mais esclarecidos serão parceiros fundamentais nos objetivos que nos propomos atingir no curto / médio prazo.

Para além das campanhas nas rádios, jornais e revistas, procurou-se cativar os alunos e professores através de uma relação de proximidade e da promoção conjunta de ações de sensibilização e visitas a equipamentos envolvendo as escolas, universidades e as várias entidades da Proteção Civil.



PARCERIAS COM A QUERCUS E DECO



A AR e a Associação Nacional para a Conservação da Natureza QUERCUS deram continuidade ao protocolo estabelecido. Ao longo de 2016 promovemos ações de sensibilização em parceria com os Municípios e Agrupamentos de Escolas que envolveram mais de 2000 crianças nos vários concelhos.

Renovámos a rubrica “Uma Gota Pelo Planeta” com a gravação de 90 novos textos com dicas de poupança de água e boas práticas ambientais no uso da água, na recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos.

A QUERCUS dedicou Um Minuto Verde, rubrica que passou na RTP e RTP Internacional, à campanha da AR de promoção do consumo da água da torneira e colocação de fontes de água da rede em locais públicos.

A QUERCUS produziu vários materiais didáticos de sensibilização/educação ambiental que foram distribuídos aos alunos, professores e deixados nas escolas, bibliotecas e espaços públicos.

De referir ainda que a empresa foi considerada parceira da QUERCUS nas atividades promovidas pela associação, relacionadas com as temáticas da água e tratamento de águas residuais.

A DECO participou em atividades promovida pela AR, no âmbito do Dia Mundial da Água e Dia Internacional da Poupança com o envolvimento de mais de 600 crianças e adultos.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS

A AR patrocinou a Conferência da APDA sobre o Futuro da Indústria da Água nos próximos 30 anos. O evento decorreu no dia 27 de abril na Ordem dos Engenheiros, em Lisboa e contou com mais de uma centena de participantes.

A AR participou na “2ª Sessão Pública Inaugural do Projeto P3LP – Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa”, que decorreu a 12 de abril nas instalações da Águas do Centro Litoral na ETA da Boavista, em Coimbra.



Num reforço da aproximação aos clientes / utentes e às comunidades, e na continuidade da afirmação da marca “ÁGUAS DO RIBATEJO”, a empresa marcou presença em alguns dos eventos mais importantes dos sete Municípios com um *stand* ou, com a presença se suportes publicitários, destacando-se os seguintes: Feira Nacional da Agricultura / Feira do Ribatejo, FICOR Feira Internacional da Cortiça em Coruche, na Semana da Ascensão na Chamusca, Alpiagra em Alpiarça, Feira dos Frutos Secos em Torres Novas e Festas de Samora, Benavente, Marinhais, Salvaterra de Magos e Glória do Ribatejo.

O espaço interativo promoveu as campanhas incentivadoras do consumo da água da rede pública com a disponibilização de água através de uma fonte ligada à rede. Promovemos também as campanhas e da adesão à fatura eletrónica e débito em conta com uma resposta interessante dos clientes que manifestaram interesse em conhecer detalhes das campanhas.

O stand da AR refletiu os investimentos em curso nos sete Municípios e promoveu a sensibilização ambiental para as boas práticas. A exposição foi complementada com a distribuição de “flyer’s” e publicações alusivas ao abastecimento de água e saneamento e às campanhas em curso.

PLANEAMENTO E OBRAS

Durante o início de 2016, foram elaborados e entregues dos relatórios finais das operações apoiadas pelo POVT - Programa Operacional Valorização do Território (QREN 2007-2013), que ficaram concluídas até final de 2015.

No âmbito do novo quadro comunitário para a execução de investimentos apoiados pelo POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (2014-2020), foram apresentadas em 2015, 4 candidaturas para os Subsistemas de Saneamento de Almeirim/Alpiarça, Quinta do Papelão, Chancelaria/Pedrogão e Lapas/Ribeira, representando um montante global de investimento de cerca de 11.5 M€. As candidaturas referentes a Almeirim/Alpiarça e Quinta do Papelão, mereceram aprovação ainda no decorrer do ano de 2015, sendo que as relativas a Chancelaria/Pedrogão e Lapas/Ribeira, foram aprovadas já no 1.º semestre de 2016.

Ainda no decorrer do 1.º semestre de 2016, foram preparadas 6 novas candidaturas para os Subsistemas de Saneamento de Lamarosa, Fungalvaz, Murteira, Samora Correia, Alcorochel, e para o Subsistema de Abastecimento de Torres Novas. Estas candidaturas, cuja apresentação ocorreu no início do 2.º semestre de 2016, representam um montante global de investimento de cerca de 9.1 M€.

Das 6 candidaturas referidas, foram aprovadas as relativas a Fungalvaz, Murteira, Samora Correia e Alcorochel, o que se traduz num total de 8 operações aprovadas, perfazendo um montante global de investimento de 17.7 M€ para os quais fica assegurado o financiamento comunitário.

Associado a esta atividade, foi dada continuidade às ações desenvolvidas para a aquisição dos terrenos e ónus de passagem necessários à concretização das obras de infraestruturas. Até final de 2016 atingiu-se um total de 506 parcelas constituídas e um valor total de indemnizações calculadas de 1.528.347,50€. Do total de parcelas, 345 são referentes apenas à passagem subterrânea de coletores e condutas, e as restantes 161 parcelas constituídas para a aquisição dos terrenos afetos às infraestruturas à superfície. Até agora no âmbito dos processos de expropriações e servidões administrativas, resultaram mais de 90% de autorizações de entrada e o pagamento das respetivas

indemnizações em cerca de 306 das parcelas mencionadas, perfazendo um montante de cerca de 1.207.700,59€ de indemnizações pagas.

ESTUDOS E PROJETOS

Dos estudos e projetos elaborados ou em elaboração no decorrer de 2016, destacam-se, entre outros, os seguintes:

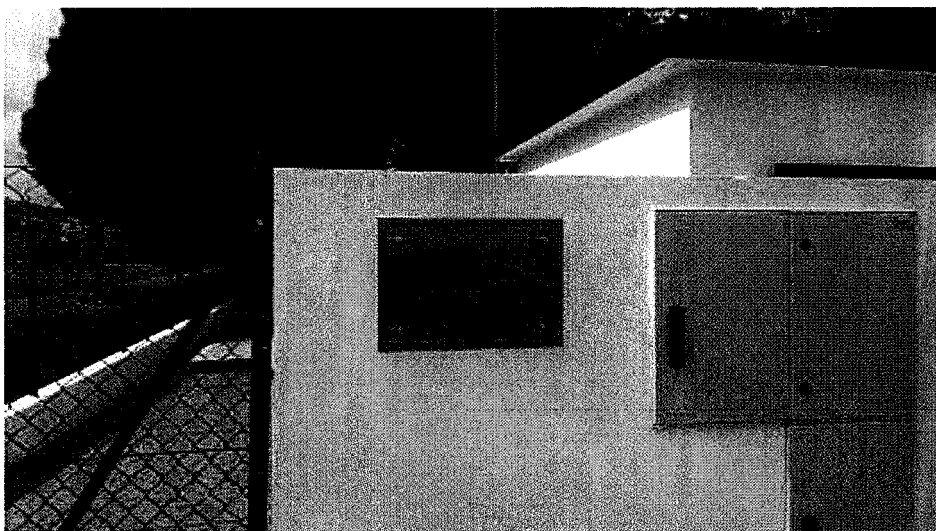
- Subsistema de Abastecimento de Torres Novas
- Subsistema de Saneamento de Almeirim/Alpiarça
- Subsistema de Saneamento da Raposa
- Subsistema de Abastecimento de Riachos
- Subsistema de Saneamento de Samora Correia
- Subsistema de Saneamento e Abastecimento de Coruche – Redes em baixa
- Subsistema de Saneamento e Abastecimento de Salvaterra de Magos – Redes em baixa
- Subsistema de Saneamento e Abastecimento de Torres Novas – Redes em baixa
- Subsistema de Saneamento de Marinhais

Os projetos acima referidos, tiveram os seus procedimentos de contratação abertos em anos anteriores ou no início do ano de 2016, sendo que o seu desenvolvimento se prolongou ou iniciou durante o ano.

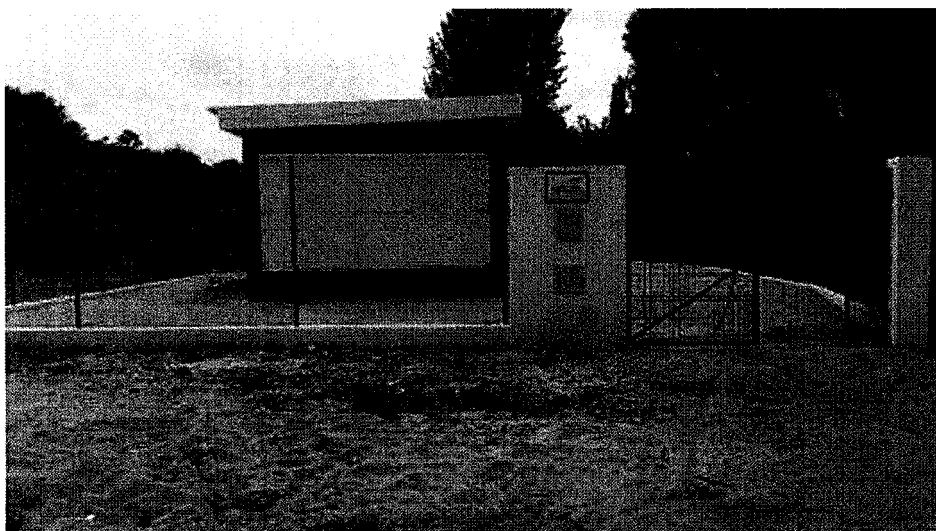
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Relativamente a 2016, destacam-se as seguintes empreitadas executadas ou em execução, num total de cerca de 10M€ de investimento:

- Empreitada de execução de Trabalhos de Reabilitação e Arranjos exteriores na Captação em Salvaterra de Magos – 43.514,83 €



- Empreitada de execução de Trabalhos de Reabilitação e Arranjos exteriores na Captação da Mata em Torres Novas – 64.986,00 €



- Empreitada de remodelação da ETAR de Almeirim / Alpiarça (obra de entrada e lagoa de maturação) – 240.000,01 €



- Empreitada de execução da remodelação da ETAR da Quinta do Papelão – 658.624,17 €



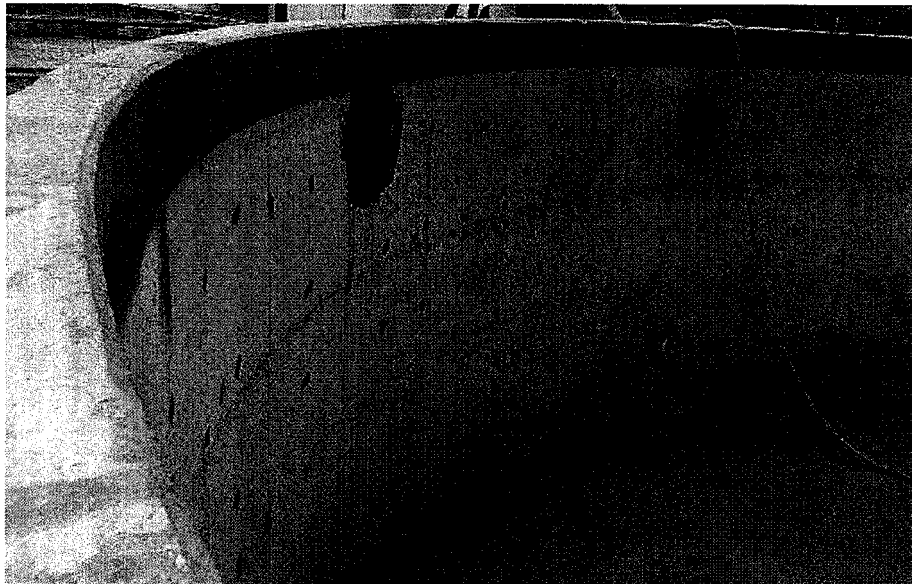
- Empreitada de Execução de Sistema Elevatório de Águas Residuais em Santo Estevão –
73.314,64 €



- Empreitada de Execução de Conduta Elevatória de Abastecimento de Água a Torres Novas –
241.112,68 €



- Empreitada de Remodelação da ETAR de Murteira – 659.552,20 €



- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Chancelaria / Pedrógão – 4.339.976,51 €



- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Lapas / Ribeira Branca – 3.542.476,87 €



Saliente-se que em 2016, foi ainda adjudicada a seguinte empreitada:

- Empreitada de Remodelação da Captação AC15 em Riachos – 134.433,91 €

Além das já descritas, há que referir que estão abertos e a decorrer os procedimentos de contratação para as seguintes empreitadas, cujos valores base ascendem a cerca de 4.2 M€:

- Empreitada de Execução do Subsistema de Saneamento da Lamarosa, Torres Novas – 2.500.000,00 €
- Empreitada de remodelação da ETAR de Raposa – 100.000,00 €
- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Alcorochel – 900.000,00 €
- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Fungalvaz – 700.000,00 €

De referir ainda que para a fiscalização e coordenação de segurança e acompanhamento arqueológico em empreitadas, foi adjudicado em 2016 o seguinte contrato:

- Prestação de Serviços de Fiscalização, de CSO e de Arqueologia em Empreitadas de Abastecimento e Saneamento da Águas do Ribatejo – 330.000,01 €

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA



Durante 2016 foi dada continuidade ao projeto de Sistema de Informação Geográfica, desenvolvendo um conjunto de atividades, nomeadamente:

- Validação do cadastro existente nos vários municípios;
Esta tarefa é uma operação recorrente em curso que permite manter o cadastro atualizado.
- Levantamento e validação dos locais de abastecimento.

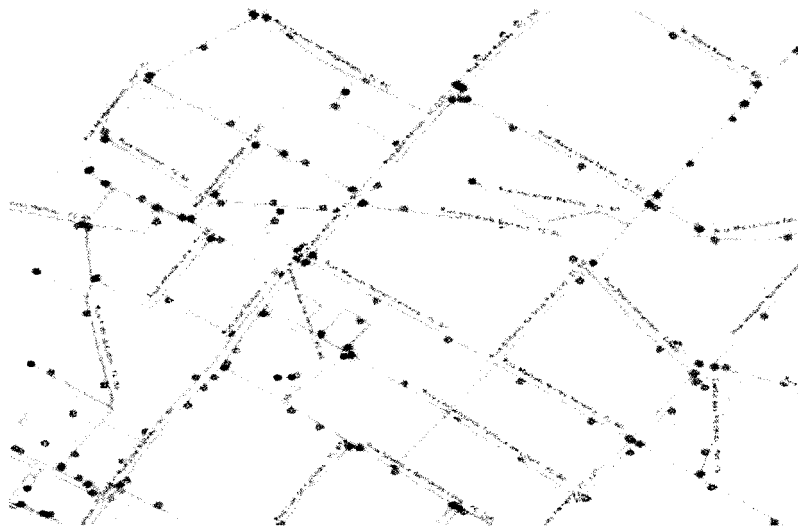


A realização desta tarefa permitiu disponibilizar todos os locais existentes nos municípios, com exceção de Torres Novas, na ferramenta SIG.



Neste momento está a ser realizada a validação dos mesmos, com interligação com o Aquamatrix, no município de Salvaterra de Magos.

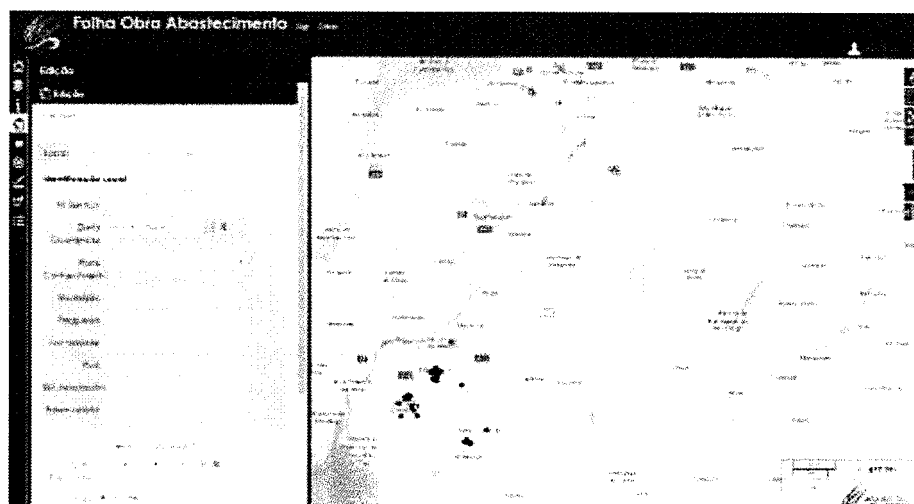
- Introdução do cadastro obtido, nos SIG, através de processos automáticos e manuais.
- O município de Torres Novas encontra-se em fase de conversão e caracterização;



Através da ferramenta utilizada nos SIG, Quantum GIS, entre outras, foi desenvolvido e parametrizado um módulo da aplicação que permite efetuar a gestão das ocorrências e serviços programados para a DGR.

O software após ter decorrido o período de testes junto das diversas equipas da DGR, já se encontra em plena produção.

Isto não invalida a contínua avaliação do programa, podendo sofrer alterações/correções consoante as necessidades encontradas.



ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ao longo do ano de 2016 foram desenvolvidas diversas iniciativas e atividades, quer no âmbito específico da Direção, quer em termos de apoio às restantes Direções.

De entre essas atividades, destacam-se algumas, organizadas em várias áreas, a saber:

- Aprovisionamento
- Segurança e Saúde no Trabalho
- Recursos Humanos

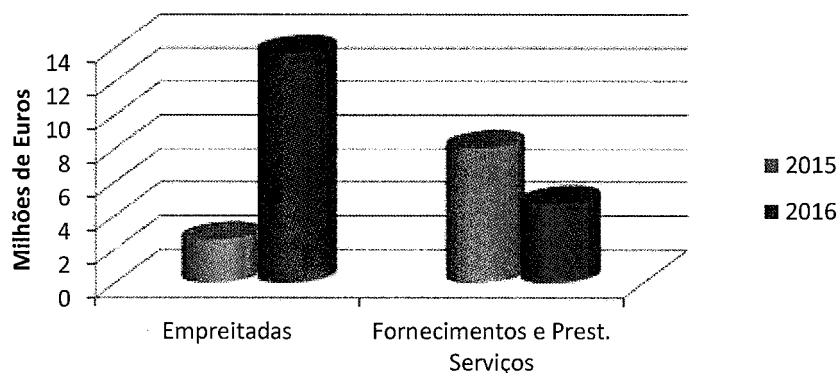
APROVISIONAMENTO

Ao longo do ano de 2016 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública na AR, ao longo do ano foram desenvolvidos 75 procedimentos de contratação (em comparação com os 93 do período homólogo) de valor superior a 5.000 €, dos quais 17 respeitam a empreitadas, e 58 a aquisições de bens e / ou prestações de serviços. Estes procedimentos de contratação correspondem a uma despesa que ascende a mais de 18,38 Milhões de Euros, valor bastante superior ao do período homólogo (10,58 Milhões).

Como se pode verificar, em termos de quantidade os procedimentos de contratação referentes a empreitadas são bastante menos que os restantes, situação inversa à que se verifica quando comparados os valores dos preços base dos procedimentos:

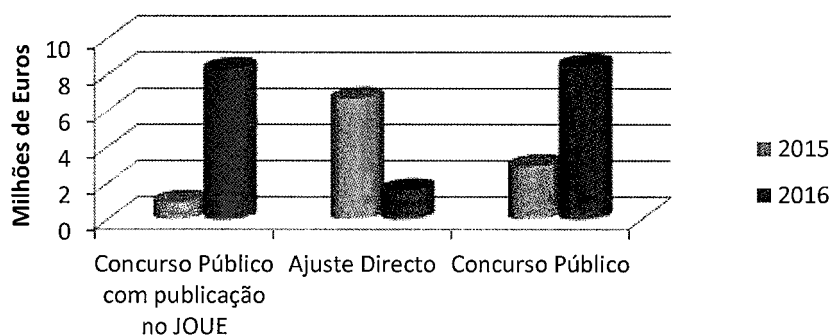
Valor dos procedimentos de contratação



Esta situação é justificada pelo facto de terem sido lançados procedimentos para empreitadas de grande dimensão ao longo do ano de 2016, nomeadamente no âmbito das Operações apoiadas pelo POSEUR (Portugal 2020).

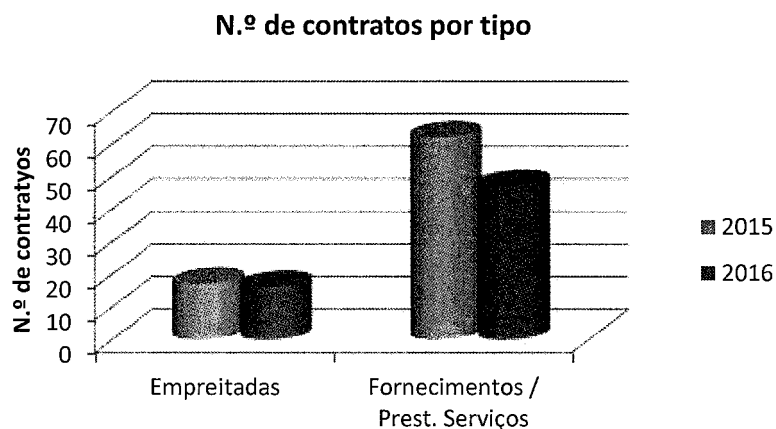
Quanto ao valor associado a cada tipo de procedimento, temos:

Valores dos procedimentos de contratação, por tipo de procedimento

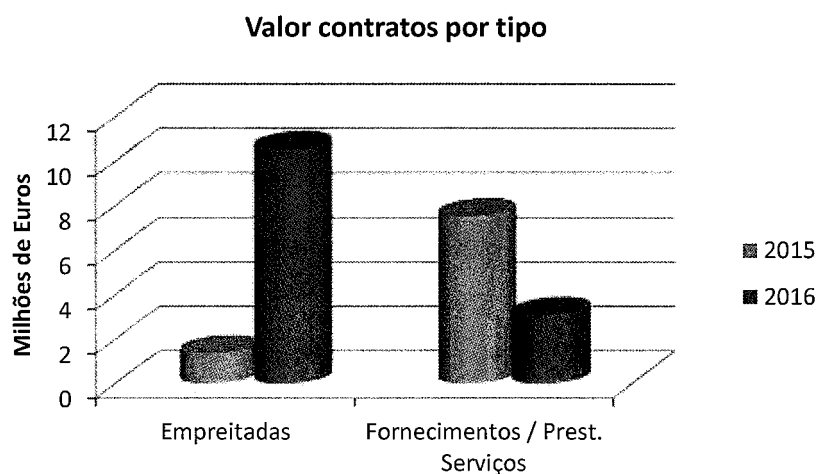


Neste quadro é possível constatar que a maior fatia da despesa respeita a Concursos Públicos, com e sem publicação no JOUE, e por fim o Ajuste Direto.

No decurso do ano de 2016 foram celebrados 63 contratos (menos 16 que em igual período de 2015), divididos da seguinte forma:



O valor desses contratos ascendeu a cerca de 13,64 Milhões de Euros, distribuídos da seguinte forma:



Em termos práticos, constata-se que o valor referente aos contratos de empreitada, pelas razões já enunciadas, é bastante inferior aos dos Fornecimentos / Prestação de Serviços.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A criação de condições para que o trabalho diário dos colaboradores da AR possa ser efetuado em conformidade com as melhores práticas em matéria de segurança e saúde, é uma das prioridades da empresa.

Assim, durante o ano 2016, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Elaboração das FPS - Ficha de Procedimento de Segurança para as seguintes atividades identificadas como sendo de risco:

- Mudança do meio filtrante para remoção de arsénio;
- Trabalhos em altura;
- Limpeza de poços de bombagem;
- Remoção de lamas das lagoas anaeróbias da ETAR de Almeirim/Alpiarça método Geotubo;
- Desmontagem e montagem de equipamentos em espaços confinados;
- Prestação de serviços de limpeza e higienização de Reservatórios
- Remodelação das Zonas de Abastecimento do Mirante e Bairro – Chamusca
- Aquisição de Serviços de Manutenção de Redes de Saneamento e Abastecimento
- Reabilitação de Reservatórios
- Reposição de Pavimentos em Redes de Abastecimento e de Saneamento
- Prestação de serviços de aluguer de grua
- Prestação de Serviços de desobstrução e limpeza de coletores
- Prestação de Serviços de desmatação de terrenos.

- Continuação da implementação e gestão do Plano de Vacinação, incorporação da vacina da pneumonia;

- Implementação e gestão do plano de controlo de limpezas em todas as infraestruturas;

- Criação de uma zona para tomada de refeições por Município para todos os colaboradores (aquisição de mobiliário, micro-ondas e frigoríficos, etc...);

- Aquisição de 7 novos equipamentos de monitorização da qualidade do ar;
- Acompanhamento e elaboração de relatório de SHT em diversas instalações da empresa;
- Acompanhamento de trabalhos de risco: trabalho em espaços confinados, trabalhos em altura tais como verificação de boiadores nos reservatórios elevados, mudança do meio filtrante, roturas com proximidades de postes em tenção, execução de ramais em locais com solos instáveis, entre outros;
- Coordenação de segurança e análise da documentação e acompanhamento de diversas empreitadas;
- Realização de diversas ações de formação / sensibilização aos colaboradores;
- Elaboração de plano de verificação e aquisição de meios de 1ª Intervenção para todas as infraestruturas da AR;
- Promoção da aquisição e acompanhamento de montagem de várias plataformas, acessos e tampas em PRFV, com vista à minimização de riscos nas infraestruturas da AR.

RECURSOS HUMANOS

A AR- Águas do Ribatejo (AR) procurou, à semelhança dos períodos anteriores ao do ano de 2016, realizar uma gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos e a criação de sistemas que garantam o bem-estar dos colaboradores.

Neste contexto, a política de Recursos Humanos é definida e monitorizada no sentido de dotar os colaboradores de maiores competências, melhorar o seu envolvimento no projeto empresarial, estimulando a criatividade individual e a participação em equipas de trabalho.

É de grande importância que a estratégia global da empresa tenha um forte suporte em fatores como a responsabilidade social e a motivação dos colaboradores, reconhecendo que estes, em última análise, serão sempre a sua base principal de suporte, pelo que os indicadores de Recursos Humanos são essenciais para demonstrar os resultados dos investimentos em gestão de pessoas.

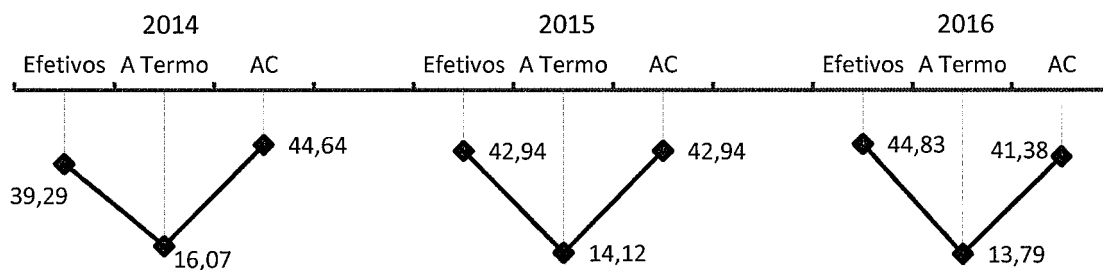
POPULAÇÃO ATIVA

Comparativamente ao final do ano de 2015 (referência a 31 de dezembro) a AR em 2016 (referência a 31 de dezembro) conta com mais 4 colaboradores na sua população ativa, i.e., 174 colaboradores, justificado pela entrada de 9 colaboradores (1 DC, 3 DGR e 5 DPT) e a saída de 5 colaboradores (3 da DGR e 2 da DPT).

Para uma melhor análise do movimento de pessoal, atente-se no quadro seguinte:

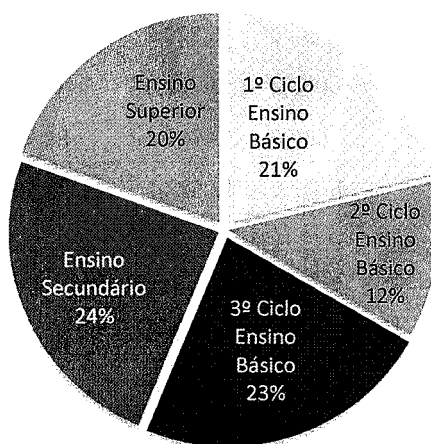
População ativa						
Ano	31 de dezembro			Média		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Pessoal Efetivo	66	73	78	56	70	77
Pessoal A Termo	27	24	24	31	27	22
Acordo de Cedência	75	73	72	79	74	72
Total	168	170	174	166	171	171

Veja-se a taxa de contratados por tipo de vínculo no último dia dos períodos referenciados (%):



HABILITAÇÕES E NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO

No que se refere às habilitações escolares, a situação é a descrita no gráfico seguinte (com referência a 31/12/2016):



Em termos de níveis de qualificação, a sua distribuição é a seguinte (com referência a 31/12/2016):



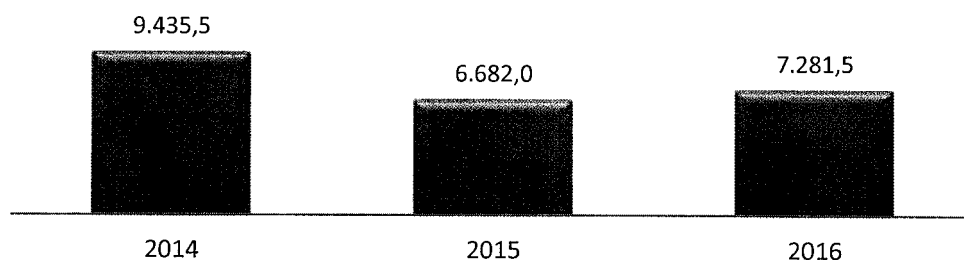
DURAÇÃO E PRESTAÇÃO DO TRABALHO

Quanto ao número total de horas reais trabalhadas, o ano de 2016 apresentou 279.449,3 horas, tendo-se verificado, no cômputo geral das horas reais trabalhadas, um decréscimo de cerca de 8,25% (-25.128,7 horas em termos absolutos) relativamente ao período homólogo, justificando-se esta ocorrência, em grande parte, pelo facto de os colaboradores com ACIP terem retomado, a partir do 2º semestre de 2015, a prática de 35 horas semanais.

Áreas	Horas normais			Horas Extras	Horas Reais
	Potenciais	Ausência	Trabalhadas		
Direção Geral	1.750,0	216,0	1.534,0	0,0	1.534,0
Gabinete Qualidade	6.000,0	1.388,0	4.612,0	0,0	4.612,0
Gabinete de Comunicação	2.000,0	88,0	1.912,0	0,0	1.912,0
Direção Administrativa e Financeira	25.500,0	2.600,0	22.900,0	0,0	22.900,0
Direção Comercial	91.680,0	14.675,0	77.005,0	451,5	77.456,5
Direção Gestão de Redes	87.582,0	16.829,0	70.753,0	5.315,5	76.068,5
Direção Planeamento e Obras	14.000,0	2.468,0	11.532,0	0,0	11.532,0
Direção Produção e Tratamento	95.680,0	13.760,2	81.919,8	1.514,5	83.434,3
TOTAL	324.192,0	52.024,2	272.167,8	7.281,5	279.449,3

Para que a interpretação destes dados seja o mais clara possível, deve ser tido em conta que nas ausências são contabilizadas todas as horas não trabalhadas, seja por que motivo for. Assim, as férias, por exemplo, são igualmente contabilizadas como ausência.

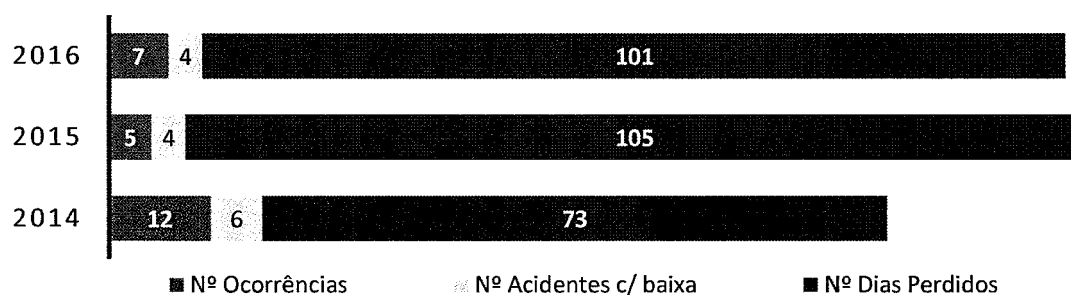
No que se refere à evolução do trabalho extraordinário, atente-se o gráfico seguinte:



O ano de 2016, comparativamente ao ano de 2015, registou um acréscimo de 599,5 horas (8,97%). Contribuiu para este acréscimo a Direção de Gestão de Redes com 585,5 horas, com maior significado na zona de Almeirim (+ 261 horas) e na zona de Benavente (+ 243 horas).

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Acidentes de Trabalho



De referir, e uma vez que o índice de frequência (If) e o índice de gravidade (Ig) considerados aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS) situam-se em valores inferiores a 100 e a 2, respetivamente, que o If e o Ig têm valores bastante aceitáveis (sem expressão), nomeadamente 10,73 e 0,22, respetivamente.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A AR procura contribuir de forma (pro)ativa para a qualificação dos seus colaboradores, visando o acesso a novas competências bem como à atualização das já adquiridas. É entendimento da organização que esta formação e qualificação é uma enorme mais-valia, quer para os colaboradores, quer para a própria empresa nas mais variadas competências. Nessa medida, foram desenvolvidos durante o ano de 2016, 29 cursos de formação, envolvendo 103 colaboradores, representando 2.074,5 horas, tal como se ilustra no gráfico abaixo indicado.

Formação profissional - 2016



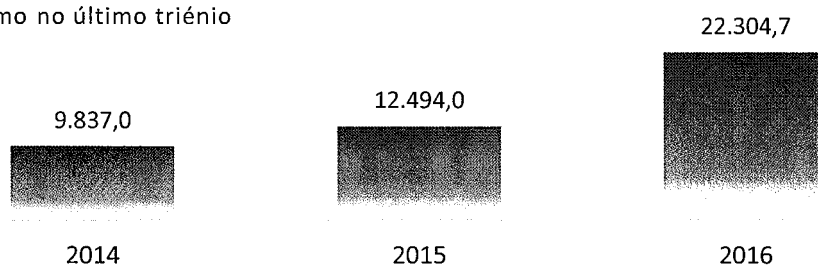
Ao número de horas de formação indicadas no gráfico ilustrado, acrescem 168 horas referentes ao estatuto do trabalhador estudante, todas elas de nível 6, i.e., licenciaturas e/ou mestrados.

ABSENTISMO

O ano de 2016 apresentou um acréscimo de 78,5% (+ 9.810,8 horas) no absentismo total (remunerado + não remunerado), comparativamente ao ano de 2015. Este acréscimo foi motivado por baixas médicas de longa duração (anuais).

A taxa de absentismo situou-se em 6,9%, significando um aumento de 3,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2015.

Absentismo no último triénio



INVESTIMENTO

O investimento realizado pela AR – Águas do Ribatejo abrange a execução física e financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e de Outros Investimentos.

Neste ponto, é apresentada informação relativamente aos investimentos constantes do PPI previstos para 2016 executados durante o ano.

O Plano de Investimentos da AR, que ascende a um total de 131 Milhões de Euros até 2017, engloba os investimentos apoiados no âmbito do Fundo de Coesão II, POVT e POSEUR, investimento em capital em espécie e outros investimentos não incluídos nas candidaturas.

Para além das intervenções no âmbito da candidatura aprovada pelo Fundo de Coesão II, que foram integralmente concluídas em 2011, as intervenções no âmbito da 2.ª fase (abastecimento e saneamento) bem como as da 3.ª fase (Abastecimento) foram igualmente concluídas no ano de 2015.

No decurso do ano de 2016 teve início a execução de várias Operações apoiadas pelo POSEUR, destacando-se as referentes à intervenção na ETAR de Almeirim / Alpiarça, à construção dos subsistemas de saneamento de Chancelaria / Pedrógão e Lapas / Ribeira Branca, ambos no Concelho de Torres Novas e às remodelações das ETAR da Quinta do Papelão e da Murteira, ambas no Concelho de Benavente.

Com o investimento realizado em 2016, **o valor global investido desde a criação da empresa, em 2007, ascende já a mais de 115 Milhões de Euros**, o que representa cerca de 88% do valor do investimento previsto até final de 2017.

Feita esta introdução, passemos então aos dados concretos: o investimento total previsto para 2016 no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos era de aproximadamente **10,72 Milhões de Euros** (este montante inclui também os investimentos de carácter operacional), distribuído da seguinte forma:

- Investimentos em saneamento: 8,73 M€

- Investimentos em abastecimento: 0.72 M€

- Outros investimentos: 1,27 M€

Deste investimento previsto, foi realizado durante o ano um volume que ascende a cerca de **2,38 Milhões de Euros**, distribuído da seguinte forma:

- Investimentos realizados em saneamento: 1,34 M€

- Investimentos em abastecimento: 0,24 M€

- Outros investimentos: 0,8 M€

O nível de execução do investimento ficou, portanto, aquém do previsto. A principal justificação para esta situação deve-se ao facto das intervenções com maior peso em termos de investimento (em especial as empreitadas dos subsistemas de saneamento de Chancelaria / Pedrógão e Lapas / Ribeira Branca) se terem iniciado já perto do final do ano.

Sem prejuízo do acima exposto, o facto destas intervenções estarem a decorrer, aliado ao facto de outras estarem nesta altura em Concurso, aponta no sentido de que em 2017 se registará uma subida significativa do nível de investimento, em comparação com os anos de 2015 e 2016, visando alcançar a meta prevista no Plano de Investimentos global.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A situação económica e financeira da AR, no do ano de 2016, confirma a tendência positiva que se vem registando ao longo dos últimos anos.

A AR está a levar a cabo um Plano de Investimentos ambicioso, que ascende a 131 Milhões de Euros, a realizar até 2017. O financiamento deste investimento é assegurado, em grande medida, através de subsídios a fundo perdido, mas ainda assim é necessário assegurar uma parte significativa do financiamento com recurso a capital alheio, nomeadamente financiamento bancário.

Assim, é fundamental que a empresa consiga libertar fluxos financeiros da sua exploração que lhe permitam fazer face aos custos com o serviço da dívida e com as amortizações de capital da mesma. Com base nos dados apurados, quer relativamente a 2016, quer em relação ao que vem sucedendo nos anos anteriores, verificamos que a AR está a conseguir gerar esses fluxos financeiros, fazendo face aos seus compromissos e apresentando resultados globalmente positivos.

A relação entre os custos e os proveitos de exploração continua a ser bastante favorável, apesar de registar em 2016 uma ligeira diminuição (1,2%) da Rendibilidade Operacional quando comparada com a do período homólogo.

No final do ano de 2016, a empresa atingiu Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) positivos, no valor de 2.723.269,95 €. Este Resultado, inferior ao registado no ano anterior (que ascendeu a 3.056.714,41 €), é explicado sobretudo pelo aumento das amortizações.

Merece ainda destaque o facto de, em 2016, os gastos de financiamento terem registado uma diminuição superior a 30% (!) em comparação com o período homólogo. Parte desta diminuição está naturalmente relacionada com o facto dos montantes em dívida serem menores, por força das amortizações, mas o maior impacto decorre do esforço efetuado pela AR para melhorar as condições associadas aos diversos empréstimos passando inclusivamente, num dos casos, pela substituição por um novo financiamento com condições mais favoráveis.

O Balanço traduz igualmente a evolução positiva da situação económico-financeira da empresa. Apesar da diminuição do Ativo Líquido, explicada sobretudo pela diminuição da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (que reflete o menor nível de investimento neste período em contraponto com o elevado valor de amortizações), o Passivo registou igualmente uma diminuição (superior a 14%). De salientar, neste caso, a descida superior a 16% no valor dos Financiamentos Obtidos em comparação com o período homólogo.

A situação atual permite gerir de forma adequada os recursos, atendendo à necessidade de fazer face às despesas correntes, de investimento, serviço de dívida e respetivas amortizações.

A generalidade dos indicadores económico-financeiros continuam a apresentar valores muito positivos, pese embora alguns dos mesmos, em comparação com o período homólogo, tenham registado descidas.

O Resultado Líquido do exercício apurado foi de 1.592.314,51 €.

As contas do exercício de 2016 são apresentadas em anexo ao presente relatório.

FACTOS SUPERVENIENTES A 31 DE DEZEMBRO

Não se verificaram factos relevantes supervenientes a 31 de dezembro de 2016.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 24º dos Estatutos da Sociedade, propõe-se que do Resultado Líquido de Exercício apurado, no valor de 1.592.314,51 € €, seja constituída Reserva Legal de 5% e o restante transferido para a conta de Resultados Transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A. assentou na firme convicção de que o modelo adotado e a união dos Municípios em torno de um objetivo comum permitiria assegurar um serviço de qualidade aos cidadãos, praticando tarifas com um nível adequado face à realidade da região, salvaguardando simultaneamente a sustentabilidade futura do serviço, não onerando as gerações futuras com encargos desproporcionados.

Os resultados que têm vindo a ser alcançados confirmam que esta foi, de facto, a melhor opção.

É certo que ainda há muito trabalho a fazer. Existem sempre aspetos a melhorar, e acreditamos que a concretização dos investimentos que estão a ser levados a cabo permitirá reforçar a capacidade e qualidade do serviço prestado.

Deve ser salientado que a AR tem conseguido consolidar a sua situação económico-financeira, apesar das suas tarifas se manterem em níveis compatíveis com a realidade socioeconómica da região.

Assim, esta é a prova de que com trabalho, uma gestão rigorosa e profissional, sem desperdícios, despesismos e muito realismo, é possível atingir os objetivos.

Por último, mas não menos importante, o Conselho de Administração quer transmitir o seu profundo apreço, reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, mais colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, nomeadamente:

- A todos os colaboradores da Empresa, pela grande competência, empenho e dedicação sempre evidenciados, apesar duma conjuntura que não tem sido a mais favorável. Sem eles, e o seu esforço, nada disto teria sido possível;
- Aos Acionistas / Municípios, pela confiança e apoio reiteradamente demonstrados;
- Aos Fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Aos Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;

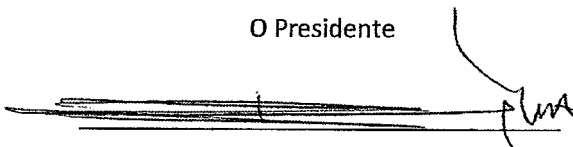
- Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração sempre dispensada.

Salvaterra de Magos, 16 de março de 2017

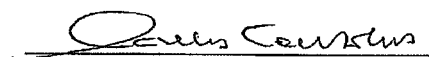
O Conselho de Administração

O Presidente

O Vogal

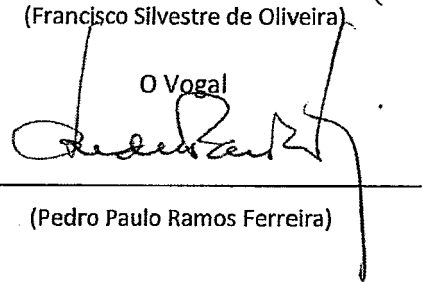


(Francisco Silvestre de Oliveira)



(Carlos António Pinto Coutinho)

O Vogal



(Pedro Paulo Ramos Ferreira)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL

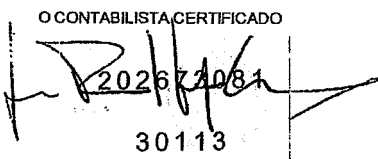
AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016

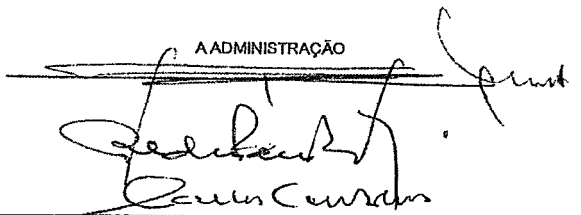
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	83.583.758,24	88.637.211,96
Activos intangíveis	5	622.919,97	629.212,46
Outros investimentos financeiros	6	3.722,12	2.142,22
Activos por impostos diferidos	7	0,00	284.714,16
Total dos Activos Não Correntes		84.210.400,33	89.553.280,80
Inventários	8	281.761,03	256.801,46
Clientes	9, 30	1.823.686,79	1.755.564,46
Estado e outros entes públicos	10	472.617,07	383.664,22
Outros créditos a receber	11, 30	2.151.221,65	3.606.034,50
Diferimentos	12	54.294,74	37.571,71
Caixa e depósitos bancários	13	2.871.547,30	3.035.301,91
Total dos Activos Correntes		7.655.128,58	9.074.938,26
		91.865.528,91	98.628.219,06
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	1, 14	6.871.681,00	6.871.681,00
Reservas legais	15	331.223,38	254.520,83
Outras reservas		345.093,54	345.093,54
Resultados transitados	16	4.819.208,74	3.361.860,24
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	17	40.690.469,34	42.972.987,41
Resultado líquido do exercício		1.592.314,51	1.534.051,05
Total dos Capitais Próprios		54.649.990,51	55.340.194,07
Passivo			
Provisões	18	0,00	2.250.000,00
Financiamentos obtidos	19, 20	18.197.910,46	21.843.120,71
Outras dívidas a pagar	21, 30	11.476.799,04	12.120.586,90
Total dos Passivos Não Correntes		29.674.709,50	36.213.707,61
Fornecedores	22, 30	861.820,01	514.442,98
Estado e outros entes públicos	10	272.657,79	242.155,49
Financiamentos obtidos	19, 20	2.790.000,01	3.003.606,47
Outras dívidas a pagar	21, 30	3.616.351,09	3.314.112,44
Total dos Passivos Correntes		7.540.828,90	7.074.317,38
Total do Passivo		37.215.538,40	43.288.024,99
		91.865.528,91	98.628.219,06

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 202671081
 30113

A ADMINISTRAÇÃO


Relatório de Gestão e Contas de 2016

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Vendas de mercadorias	23	7.286.072,91	7.283.664,88
Prestação de serviços	23	8.186.278,96	8.028.821,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	(1.138.929,10)	(1.016.695,26)
Fornecimentos e serviços externos	25	(5.550.731,29)	(5.401.020,72)
Gastos com o pessoal	26	(3.367.807,68)	(3.295.651,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(236.593,93)	(106.090,85)
Outros rendimentos	27	4.221.901,01	3.868.456,94
Outros gastos	28	(249.384,28)	(195.238,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.150.807,60	9.166.245,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(6.427.537,65)	(6.109.531,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.723.269,95	3.056.714,41
Juros e rendimentos similares obtidos	29	22.932,83	34.595,23
Juros e gastos similares suportados	29	(682.667,40)	(1.035.375,60)
Resultado antes de impostos		2.063.535,38	2.055.934,04
Imposto sobre o rendimento do período	10	(471.220,87)	(521.882,99)
Resultado líquido do período		1.592.314,51	1.534.051,05

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

202673081
30113

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes	9	18.113.127,26	17.005.866,64
Pagamentos a fornecedores	22	(4.580.178,13)	(4.324.302,28)
Pagamentos ao pessoal	26	(3.367.807,68)	(3.295.551,65)
Caixa gerada pelas operações		10.165.141,45	9.385.912,71
Pagamento/recobramento do imposto sobre o rendimento	10	(631.285,99)	(393.076,85)
Outros recebimentos/pagamentos	11, 21, 27, 28	(5.835.280,67)	(6.839.247,07)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		3.698.574,79	2.153.588,79
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	(2.909.689,12)	(6.094.983,90)
Activos intangíveis		(21.324,72)	(137.036,99)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		(2.931.013,84)	(6.232.020,89)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		8.500,00	56.935,23
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento	24	4.601.668,55	4.601.668,55
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		4.610.168,55	4.658.603,78
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		1.679.154,71	(1.573.417,11)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	19, 20	1.000.000,00	9.055.613,50
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17		
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		1.000.000,00	9.055.613,50
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19, 20	(5.858.816,71)	(8.627.298,06)
Juros e gastos similares	29	(682.667,40)	(1.035.375,60)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		(6.541.484,11)	(9.662.671,66)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		(5.541.484,11)	(907.058,16)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	13	(163.754,61)	(26.886,48)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	3.035.301,91	3.062.188,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	2.871.547,30	3.035.301,91

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras
Salvatera de Magos, 16 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS

AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

				Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
				Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do Período	1	Notas		6.871.681,00	254.520,83	345.093,54	3.361.860,24	42.972.987,41	1.534.051,05	55.340.194,07
Alterações no período										
Primeira adopção do novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças da conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos										
Excedente de revalorização de activos										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										
capital próprio	2	15, 16, 17		76.702,55			1.457.348,50	-2.282.518,07	-1.534.051,05	-2.282.518,07
				76.702,55			1.457.348,50	-2.282.518,07	-1.534.051,05	-2.282.518,07
Resultado Líquido do Período	3								1.592.314,51	1.592.314,51
Resultado Integral	4 = 2 + 3								58.263,48	-680.203,56
Operações com detentores de capital próprio										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	5									
Posição no fim do Período	= 1 + 2 + 3 + 5			6.871.681,00	331.223,38	345.093,54	4.819.208,74	40.690.469,34	1.592.314,51	54.649.980,51

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvadora da Mota, 18 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

203673081
30/113

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

			(Valores expressos em euros)						
			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	Notas	6.871.681,00	216.397,13	345.093,54	2.637.510,04	43.074.034,98	762.473,90	63.907.190,59
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos									
Excedente de revalorização de activos									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
capital próprio	2	15, 16, 17		38.123,70		724.350,20	-101.047,57	-762.473,90	-101.047,57
				38.123,70		724.350,20	-101.047,57	-762.473,90	-101.047,57
Resultado Líquido do Período	3							1.534.051,05	1.534.051,05
Resultado Integral	4 = 2 + 3							771.577,15	1.433.003,48
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações	5								
Posição no Fim do Período	1 + 2 + 3 + 5		6.871.681,00	254.520,83	345.093,54	3.361.860,24	42.972.987,41	1.534.051,05	55.340.194,07

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

2026/3081
30113

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. INTRODUÇÃO

A AR – Águas do Ribatejo EM, S.A. foi constituída em treze de dezembro de dois mil e sete, tem o número de identificação fiscal 508 345 464, sede social em Salvaterra de Magos. A Empresa tem como atividade principal a *captação e tratamento de águas e a recolha e drenagem de águas residuais*.

1.2. ACIONISTAS

São acionistas das AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.:

Accionistas	Tipo de acções	Accionistas	Valor nominal por acção	N.º de Acções	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	1.061.893,00	1,00	1.061.893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	371.134,00	1,00	371.134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	1.129.468,00	1,00	1.129.468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	559.907,00	1,00	559.907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	1.032.932,00	1,00	1.032.932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	975.011,00	1,00	975.011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	1.741.336,00	1,00	1.741.336	25,34%
		6.871.681,00		6.871.681,00	100,00%

1.3. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 16 de março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna e clara as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2016 as demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo EM, S.A. foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro apresentado na nota 14, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2009).

2.2. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. REGIME DO ACRÉSCIMO

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.4. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo EM, são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No exercício de 2009, no que se refere ao equipamento existente nas infraestruturas de abastecimento e de saneamento, foi utilizada, regra geral, uma taxa de 8,33% o que corresponderia a uma vida útil de 12 anos. No entanto face ao acréscimo de experiência e conhecimento adquirido ao longo dos últimos anos da realidade infraestrutural dos sistemas e das condições em que estes equipamentos e máquinas operam, e tendo em atenção o princípio da prudência, foi ajustada a expectativa de vida útil para estes equipamentos, passando esta a ser, em regra, de 8 anos, a que corresponde uma taxa de amortização de 12,5%. De salientar que esta opção serve igualmente para ajustar a vida útil contabilística deste tipo de ativos ao que é comum no sector, indo de encontro às referências existentes (“Gestão Patrimonial de infraestruturas de abastecimento de água”, Série “Guias Técnicos” da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Taxas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	2.5% - 5%	20 - 40
Equipamento básico	4% - 12.5%	8 - 25
Equipamento de transporte	25%	4
Ferramentas e utensílios	12,5% - 20%	5 - 8
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	12,5% - 20%	5 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é 1% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente, dando a diferença temporária origem ao registo de impostos diferidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou

estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.7. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.8. PROVISÕES

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DO GOVERNO

3.9.1. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações subjacentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e ou construção de ativos tangíveis e ou intangíveis são incluídos no Capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método de depreciação e ou amortização dos ativos subjacentes.

3.9.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

3.10. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Na data de relato, existem três contratos de locação em vigor, que pela sua substância se encontram classificados como financeiros.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, e as depreciações correspondentes, conforme definido nos pontos 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.13. RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularização	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	795.880,86	57.875,35				853.756,21
Edifícios e outras construções	102.967.039,34		-1.146.708,46	4.159.924,09		105.980.254,97
Equipamento básico	3.845.223,18	316.683,11	-33.549,46			4.128.356,83
Equipamento de transporte	396.279,28	68.198,22	-39.867,87			424.609,63
Equipamento administrativo	443.565,51	26.902,18	-1.321,90			469.145,79
Outros activos fixos tangíveis	345.494,98	48.453,63	-5.539,27			388.409,34
Investimentos em curso	3.818.546,53	1.858.310,64		-4.159.924,09		1.516.933,08
	112.612.029,68	2.376.423,13	-1.226.986,96			113.761.465,85
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	21.569.654,58	5.923.264,68	-158.049,41			27.334.869,85
Equipamento básico	1.513.469,59	346.577,37				1.860.046,96
Equipamento de transporte	360.652,80	37.840,84	-38.981,14			359.512,50
Equipamento administrativo	323.272,30	47.404,08				370.676,38
Outros activos fixos tangíveis	207.768,45	44.833,47				252.601,92
	23.974.817,72	6.399.920,44	-197.030,55			30.177.707,61
						83.583.758,24

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aqulsições / Dotações	Abates	Transferências	Regularização	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	718.794,32	77.086,54				795.880,86
Edifícios e outras construções	81.225.131,33	376.224,77	-56.935,23	21.422.618,47		102.967.039,34
Equipamento básico	3.572.666,22	272.556,96				3.845.223,18
Equipamento de transporte	396.279,28					396.279,28
Equipamento administrativo	353.354,01	90.211,50				443.565,51
Outros activos fixos tangíveis	284.842,13	60.652,85				345.494,98
Investimentos em curso	20.771.986,83	4.469.178,17		-21.422.618,47		3.818.546,53
	<u>107.323.054,12</u>	<u>5.345.910,79</u>	<u>-56.935,23</u>	<u></u>	<u></u>	<u>112.612.029,68</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	15.911.887,20	5.656.776,35	-6.389,46		7.380,49	21.569.654,58
Equipamento básico	1.202.874,02	310.595,57				1.513.469,59
Equipamento de transporte	333.558,27	27.094,53				360.652,80
Equipamento administrativo	276.604,79	46.667,51				323.272,30
Outros activos fixos tangíveis	169.703,86	38.163,19			-98,60	207.768,45
	<u>17.894.628,14</u>	<u>6.079.297,15</u>	<u>-6.389,46</u>	<u></u>	<u>7.281,89</u>	<u>23.974.817,72</u>
						88.637.211,96

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Os investimentos em curso, entre 2016 e 2015, tiveram a seguinte evolução:

Investimentos em Curso	2016	2015
SAR Chancelaria	219685,93	44625,00
SAR Fungalvaz	24183,25	24183,25
SAR Rexaldia	40104,14	31066,75
SAR Lamarosa (Torres Novas)	23214,57	22750,01
SAR Alcorochel	12511,73	12511,73
SAR Ribeira Branca	126314,44	29744,50
SAR Parceiros da Igreja	21493,77	21493,77
SAR Carreiro da Areia	14875,00	14875,00
Subs. Saneamento Foros de Almada	15732,00	15732,00
Remodelação SAA Torres Novas	86990,00	85853,00
Remodelação da ETAR da Murteira	234157,39	22365,00
ETAR Quinta do Papelão	266949,04	38493,75
Execução de Colector Gravitico em Boquilobo	31145,09	-----
Remodelação SS Samora Correia	34800,00	-----
Remodelação ETAR Almeirim/Alpiarça	198454,19	-----
Execução Sistema Elevatório Águas Residuais Santo Estevão	59171,72	-----
Conduta Elevatória de Abastecimento de Água a Torres Novas	102650,82	-----
Remodelação EE de Carvalhal da Aroeira	4500,00	-----
TOTAL	1.516.933,08	363.693,76

Em 31 de dezembro de 2016, os principais projetos de candidaturas aos subsídios registados são os seguintes:

Designação do projeto	Prazo de Amortização	Custo de Investimento	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Projeto 2004/PT/16/C/PE/009	30 ANOS	41.878.432,00 €	16.820.491,35 €	25.057.940,65 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000073	30 ANOS	28.259.368,05 €	4.721.612,38 €	23.537.755,67 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000126	30 ANOS	18.798.029,00 €	2.755.392,59 €	16.042.636,41 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000168	30 ANOS	4.278.766,25 €	406.985,17 €	3.871.781,08 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000281	30 ANOS	736.449,54 €	169.693,56 €	566.755,98 €

Estas candidaturas foram fundamentais para possibilitar a execução dos investimentos por parte da AR, uma vez que através das mesmas esses investimentos foram financiados (parcialmente) a fundo perdido.

A respeito desta matéria, existe um aspeto cuja relevância faz com que seja necessário abordá-lo neste Anexo, e que se refere aos diversos processos que, no final de 2015, corriam termos em Tribunal, e no âmbito dos quais a AR contestava a aplicação de correções financeiras por parte da Autoridade de Gestão do POVT.

Ora, na sequência do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, que veio confirmar a decisão favorável à AR do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, relativamente a um dos processos, e atento o teor do referido Acórdão, a Autoridade de Gestão do POVT decidiu retirar as correções financeiras que havia aplicado e, em face dessa decisão, todos os processos que corriam termos em Tribunal terminaram.

Tal como já havia sido referido anteriormente, o impacto (positivo) desta situação fez-se sentir em termos financeiros, designadamente no momento em que foram efetuados os pagamentos referentes ao encerramento das Operações, traduzindo-se numa revisão em alta dos valores a receber pela AR.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)						
Software	112.859,25					112.859,25
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis	574.431,86	21.324,72				595.756,58
	687.291,11	21.324,72				708.615,83
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)						
Software	58.078,65	27.617,21				85.695,86
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis	58.078,65	27.617,21				85.695,86
						622.919,97
31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-15
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)						
Software	31.385,34	81.473,91				112.859,25
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis	537.607,78	36.824,08				574.431,86
	568.993,12	118.297,99				687.291,11
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)						
Software	27.844,77	30.233,88				58.078,65
Propriedade industrial						
Outras activos intangíveis	27.844,77	30.233,88				58.078,65
						629.212,46

Os valores inscritos em outros ativos intangíveis referem-se a concessões de servidão.

6. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica refere-se única e exclusivamente à participação FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, tendo registado em 31 de dezembro de 2016 o valor de 3.722,12 Euros.

7. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de Dezembro de 2016				
	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios
Activos por Impostos diferidos					
Ajustamentos de Inventários					
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas					
Prejuízos fiscais reportáveis (i)					
Benefício Fiscal - CFEI	284.714,16			-284.714,16	0,00
Outros					
	<u>284.714,16</u>			<u>-284.714,16</u>	<u>0,00</u>
Passivos por Impostos diferidos					
Ganhos tributados em períodos futuros					
Reavaliações de activos fixos tangíveis					
(...)					
Outros					

31 de Dezembro de 2015						
	Constituição		Reversão			
	Saldo em 01-Jan-15	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31-Dez-15
Activos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários						
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas						
Prejuízos fiscais reportáveis (I)						
Benefício Fiscal - CFEI	646.973,28			-362.259,12		284.714,16
Outros						
				-362.259,12		284.714,16
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros						
Reavaliações de activos fixos tangíveis						
(...)						
Outros						

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Mercadorias		
Materias primas subsidiárias e de consumo	281.761,03	256.801,46
Produtos acabados		
Obras em curso		
	281.761,03	256.801,46
Perdas por imparidades de inventários		
	281.761,03	256.801,46

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		1.823.686,79		1.755.564,46
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa		1.510.760,38		1.274.166,45
		3.334.447,17		3.029.730,91
Perdas por imparidade acumuladas		-1.510.760,38		-1.274.166,45
		1.823.686,79		1.755.564,46

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	1.658.883,75	164.803,04	1.586.486,31	169.078,15
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa	1.510.760,38		1.274.166,45	
	3.169.644,13	164.803,04	2.860.652,76	169.078,15

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2016 apresentava-se como segue:

	0 - 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias	TOTAL
Clientes Conta Corrente	1.015.553,89 €	313.877,72 €	161.882,40 €	183.861,23 €	148.511,55 €	1.823.686,79 €
Clientes - Outros					1.510.760,38 €	1.510.760,38 €
	1.015.553,89 €	313.877,72 €	161.882,40 €	183.861,23 €	1.659.271,93 €	3.334.447,17 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	1.274.166,45	1.168.075,60
Aumento	236.593,93	107.748,47
Reversão		-1.657,62
Regularizações		
	<u>1.510.760,38</u>	<u>1.274.166,45</u>

A lei n.º 23/96, de 26 de Julho relativa aos serviços públicos essenciais, alterada e publicada através da lei n.º 12/98, de 26 de Fevereiro, é aplicável, entre outros, aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.

De acordo com o estabelecido no art.º10 da lei n.º 23/96, o direito ao recebimento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

Assim, e uma vez que no âmbito da atividade desenvolvida pela Empresa, a faturação dos serviços prestados que não for liquidada no período de 6 meses após a prestação do serviço encontra-se tecnicamente prescrita, sendo portanto razoável assumir que a Empresa não vai conseguir reaver esse valor, constituindo uma provisão para clientes cobrança duvidosa a 100%.

Em 2009 foi constituída um ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa, correspondente a 25% do valor total em dívida de clientes, não tendo a mesma, de acordo com a legislação em vigor, sido considerada para efeitos fiscais. Em 2010, foi efetuada a reversão deste valor e constituída uma imparidade a 100% considerando o total de dívida de clientes com antiguidade superior a 6 meses.

Em 2012 foi constituída uma imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa no valor de 216.876,73 Euros. Já em 2012, a imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa foi reforçada até ao total da dívida. No decurso de 2013 foi constituída imparidade no valor de 293.101,69 Euros, tendo em 2014 atingido o valor de 130.455,42 Euros. Por fim, e no decurso de 2015, foi constituída imparidade no valor de 107.748,97 Euros e revertido o valor de 1.657,62 Euros, tendo em

31 de dezembro de 2015 atingido o valor de 106.090,85 Euros. No decurso do exercício de 2016 foi reforçada a imparidade em 236.593,93 euros.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas	224.223,09	64.157,97
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	248.393,98	319.506,25
Outros impostos e taxas		
	472.617,07	383.664,22
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.050,71	
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares	24.892,97	28.094,72
Segurança Social	65.410,15	64.219,31
Outros impostos e taxas	180.303,96	149.841,46
	272.657,79	242.155,49

Decorrente da aplicação do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), instituído pela Lei n.º 49/2013, de 16 de julho, importa salientar o seguinte:

- Impostos correntes:** Decorrente da realização de investimentos abrangidos pelo CFEI, o imposto que deixou de ser pago no exercício de 2013 foi de 214.538,65 euros, correspondente a 70% da coleta, apurando-se ainda um montante de CFEI a deduzir em exercícios futuros de 812.166,55 euros. No decurso de 2014 deduziu-se o montante de 164.710,27 Euros. Já no decurso de 2015 deduziu-se o valor de 362.259,12 Euros. No final do exercício de 2016 o valor remanescente foi deduzido na sua totalidade.
- Impostos diferidos:** O montante de CFEI que originou o reconhecimento de um ativo por impostos diferidos (vide ponto 7), dado existirem expectativas de obtenção de lucros no futuro

foi utilizado na sua totalidade no final do exercício de 2016. Assim, esses impostos diferidos encontram-se totalmente desreconhecidos.

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-		-	
Outros		2.151.221,65		3.606.034,50
		<u>2.151.221,65</u>		<u>3.606.034,50</u>
Perdas por imparidade acumuladas				
		<u>2.151.221,65</u>		<u>3.606.034,50</u>

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	46.950,13	29.222,03
Rendas	5.786,39	5.783,18
Outros gastos a reconhecer	1.558,22	2.566,50
	<u>54.294,74</u>	<u>37.571,71</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	3.377,23	3.755,24
Depósitos à ordem	2.348.170,07	2.511.546,67
Depósitos à prazo	520.000,00	520.000,00
	2.871.547,30	3.035.301,91

14. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado:

Accionistas	Tipo de acções	Accionistas	Valor nominal por acção	N.º de Acções	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	1.061.893,00	1,00	1.061.893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	371.134,00	1,00	371.134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	1.129.468,00	1,00	1.129.468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	559.907,00	1,00	559.907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	1.032.932,00	1,00	1.032.932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	975.011,00	1,00	975.011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	1.741.336,00	1,00	1.741.336	25,34%
		6.871.681,00		6.871.681,00	100,00%

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 30 de junho de 2016, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Município de Torres Novas	25%	1.741.336,00

15. RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

No ano de 2015 foi obtido um resultado líquido positivo de 1.534.051,05 euros, tendo sido aplicado 5% para reserva legal, no valor de 76.702,55 euros

16. RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica compreende valores resultantes da aplicação de resultados de exercícios anteriores, fruto das deliberações das assembleias gerais de aprovação de contas da entidade. O restante valor é referente a outras correções de exercícios anteriores.

17. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	40.690.469,34	42.972.987,41
Doações		
Outras		
	<u>40.690.469,34</u>	<u>42.972.987,41</u>

18. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	2.250.000,00	2.250.000,00
Reforço no período		
Reduções no período		
Utilizações	-2.250.000,00	
Saldo a 31 de Dezembro		2.250.000,00

Esta provisão foi constituída em 2009 para fazer face a uma eventual indemnização à construtora FCC, Fomento de Construcciones e Contratas, SA, tendo sido utilizada na sua totalidade no exercício de 2016 por terminus do processo.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	15.123.076,96	2.446.153,84	18.424.844,30	2.746.153,84
Contas caucionadas (ii)				
Contas bancárias de factoring (iii)				
Contas bancárias de letras descontadas (iv)				
Descobertos bancários contratados (v)				
Locações financeiras (vi)	24.147,36	28.607,87	52.351,97	45.324,02
(...)				
Outros empréstimos (vii)	3.050.686,14	315.238,30	3.365.924,44	212.128,61
	<u>18.197.910,46</u>	<u>2.790.000,01</u>	<u>21.843.120,71</u>	<u>3.003.606,47</u>

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31-Dez-16	31-Dez-15
Menos de um ano	2.790.000,01	3.003.606,47
1 a 2 anos	3.190.649,93	5.145.203,53
2 a 3 anos	3.193.653,76	3.090.597,33
3 a 4 anos	3.199.742,37	3.093.713,08
4 a 5 anos	2.546.153,84	3.099.742,37
Mais de 5 anos	6.067.710,56	7.413.864,40
	<u>20.987.910,47</u>	<u>24.846.727,18</u>

Um dos financiamentos a médio e longo prazo foi renegociado em novembro de 2010, tendo sido prorrogado até outubro de 2024. O seu reembolso teve início em abril de 2012 através de prestações constantes, semestrais (abril e outubro).

Foi contratado em 2015 um novo financiamento a médio e longo prazo. Trata-se de um empréstimo bancário a 60 meses, no montante global de 7.000.000,00 Euros, cuja finalidade foi a de proceder à amortização integral de um outro financiamento, com o mesmo montante, cujas condições, em termos de encargos, eram mais onerosas para a AR.

20. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2016		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	263.670,00	174.028,75	89.641,25
Equipamento de transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-
	<u>263.670,00</u>	<u>174.028,75</u>	<u>89.641,25</u>

Tratam-se de 3 contratos. Um primeiro contrato celebrado a cinco de Fevereiro de dois mil e dez no valor inicial de 85.890,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 96 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2016		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	11.612,16	130,80	11.742,96
1 a 2 anos	944,12	39,46	983,58
2 a 3 anos			0,00
3 a 4 anos			0,00
4 a 5 anos			0,00
Mais de 5 anos			0,00
	<u>12.556,28</u>	<u>170,26</u>	<u>12.726,54</u>

O segundo foi celebrado em Janeiro de 2012 no valor inicial de 87.000,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 60 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2016		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	1.732,66	9,98	1.742,64
1 a 2 anos			0,00
2 a 3 anos			0,00
3 a 4 anos			0,00
4 a 5 anos			0,00
Mais de 5 anos			0,00
	<u>1.732,66</u>	<u>9,98</u>	<u>1.742,64</u>

O último foi celebrado em Maio de 2013 no valor inicial de 90.780,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 72 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2016		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	15.263,05	1.525,83	16.788,88
1 a 2 anos	16.016,23	772,65	16.788,88
2 a 3 anos	7.187,01	91,27	7.278,28
3 a 4 anos			0,00
4 a 5 anos			0,00
Mais de 5 anos			0,00
	<u>38.466,29</u>	<u>2.389,75</u>	<u>40.856,04</u>

21. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		832.996,81		839.047,42
Pessoal				
Fornecedores investimentos conta corrente		910.610,99		639.294,68
Outras contas a pagar	11.476.799,04	1.872.743,29	12.120.586,90	1.835.770,34
	<u>11.476.799,04</u>	<u>3.616.351,09</u>	<u>12.120.586,90</u>	<u>3.314.112,44</u>

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	861.820,01	514.442,98
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores recepção e conferência		
Fornecedores outros		
	<u>861.820,01</u>	<u>514.442,98</u>

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	855.794,81	6.025,20	507.070,29	7.372,69
Fornecedores conta títulos a pagar				
Fornecedores recepção e conferência				
Fornecedores outros				
	<u>855.794,81</u>	<u>6.025,20</u>	<u>507.070,29</u>	<u>7.372,69</u>

23. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	7.286.072,91		7.286.072,91	7.283.664,88		7.283.664,88
Prestação de serviços	8.186.279,96		8.186.279,96	8.028.821,04		8.028.821,04
	15.472.352,87		15.472.352,87	15.312.485,92		15.312.485,92

A rubrica de vendas corresponde ao valor da venda da água, e a rubrica dos serviços prestados corresponde aos serviços de saneamento, quotas de saneamento, quotas de água e outros serviços.

24. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é detalhado como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	256.801,46		256.801,46	273.507,35		273.507,35
Regularizações	6.272,88		6.272,88			
Compras	1.157.615,79		1.157.615,79	999.989,37		999.989,37
Custo de vendas	-1.138.929,10		-1.138.929,10	-1.016.695,26		-1.016.695,26
Saldo final em 31 de Dezembro	281.761,03		281.761,03	256.801,46		256.801,46

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos	869.292,07	655.033,65
Serviços especializados	1.678.958,89	1.795.039,42
Materiais	73.243,55	60.426,09
Energia e fluídos	1.989.488,44	1.894.276,84
Deslocações, estadas e transportes	13.307,60	23.223,32
Serviços diversos (*)	926.440,74	973.021,40
Rendas e alugueres	233.093,66	272.933,60
Comunicação	531.337,39	538.979,67
Limpeza, Higiene e conforto	60.492,68	54.702,61
Outros	101.517,01	106.405,52
	5.550.731,29	5.401.020,72

26. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	2.582.602,04	2.589.415,67
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	568.154,79	567.270,00
Seguros	28.719,48	27.605,99
Gastos de acção social	9.827,55	6.980,29
Outros gastos com pessoal	178.503,82	104.379,70
	<u>3.367.807,68</u>	<u>3.295.651,65</u>

O número de colaboradores da empresa em 31 de dezembro de 2016 era de 174 e no final do exercício de 2015 era de 170.

27. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Rendimentos suplementares	26,60	
Descontos de pronto pagamento obtidos	9,58	6,27
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	208.843,28	395,82
Outros rendimentos e ganhos	4.013.021,55	3.868.054,85
	<u>4.221.901,01</u>	<u>3.868.456,94</u>

Esta rubrica de demonstração de resultados compreende a imputação do exercício relativa aos subsídios ao investimento.

28. OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	98.341,75	138.986,31
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em inv. não financeiros	89.908,96	17.076,85
Outros gastos e perdas	61.133,57	39.175,78
	<u>249.384,28</u>	<u>195.238,94</u>

29. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	22.932,83	34.595,23
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
	<u>22.932,83</u>	<u>34.595,23</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	589.210,77	871.570,68
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	93.456,63	163.804,92
	<u>682.667,40</u>	<u>1.035.375,60</u>
Resultados financeiros	<u>-659.734,57</u>	<u>-1.000.780,37</u>

30. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 referentes a entidades relacionadas eram os seguintes:

Accionistas	Activo		Passivo	
	Clientes	Fornecedores	Excesso de capital	Resíduos sólidos
Município Almeirim	4.832,83	0,00	57.093,00	165.121,57
Município Alpiarça	101.627,32	0,00	1.652,89	54.489,63
Município Benavente	10.503,79	30,00	48.901,92	175.680,71
Município Chamusca	297,26	0,00	5.058,98	13.699,58
Município Coruche	11.680,79	0,00	5.453,85	93.988,84
Município Salvaterra de Magos	12.807,46	5.995,20	68.349,83	74.644,57
Município Torres Novas	23.053,59	0,00	5.150,98	318.550,16
	164.803,04	6.025,20	191.661,45	896.175,06

No que se refere aos valores de Resíduos Sólidos, deve ser salientado o seguinte: o valor constante do quadro supra corresponde à diferença entre o valor total de Proveitos faturado e o valor transferido para os Municípios, a 31/12/2016.

Contudo, e nos termos do Protocolo celebrado entre a AR e os Municípios, o valor a transferir corresponde ao valor efetivamente cobrado (e não ao faturado), pelo que o valor acima indicado apenas se constituirá efetivamente como passivo quando e se vier efetivamente a ser cobrado.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.000,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos. Em 31 de dezembro de 2016 não existiam dívidas de honorários ao Fiscal Único / SROC.

32.2 Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas

A favor de	Valor	Objectivo
ARH Tejo, I.P.	10.000,00 €	Eventuais danos exploração - ETAR de Coruche
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	19.440,00 €	Travessia da EN 10 e EN 118 - Projecto de execução do Subsistema de abastecimento de água de Benavente, Vale Tripeiro e Samora Correia
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	42.075,00 €	Execução Trabalhos ao Km 54,000 EN 251
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	31.785,00 €	Execução Trabalhos na EN 243 - Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Chouto/Gaviãozinho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	8.812,50 €	EN 114-3 - Empreitada de construção do sistema de saneamento de Foros de Coruche com ligação à ETAR existente
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	24.202,50 €	Execução Trabalhos ao Km 54,000 EN 251
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	96.917,40 €	Execução de Trabalhos EN 251 e 114
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	197.417,84 €	Execução de Trabalhos EN 118
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 ao KM 35+900"
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução Trabalhos EN 367 relativos à construção dos emissários da ETAR de Glória do Ribatejo
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 ao Km 41,400
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 - Alpiarça - Reparação de Conduta Elevatória
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 10 ao KM 110+360 - Lado Direito
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	10.844,25 €	Remodelação da Rede de Águas - EN 118
ARH Tejo, I.P.	12.500,00 €	ETAR de Salvaterra
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00 €	Reparação e Remodelação de Um Coletor de Águas Residuais - ER 243 - Km 39+600 e o KM 39+630 - Riachos
ARH Tejo, I.P.	12.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR quinta dos Gatos
ARH Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Chamusca
ARH Tejo, I.P.	3.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Ulme
ARH Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Tapada
ARH Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Arrepiado

A favor de	Valor	Objectivo
ARH Tejo, I.P.	9.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Murteira
ARH Tejo, I.P.	1.050,00 €	Eventuais Danos de Exploração - Etar (compacta) de Santo Estevão
ARH Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Vila Nova de Santo Estevão
ARH Tejo, I.P.	3.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Azeitada
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Salvador / Parreira
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Granho
ARH Tejo, I.P.	2.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Volta do Vale
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Biscainho / Foros da Charneca
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de S. José da Lamarosa
ARH Tejo, I.P.	6.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Barrosa / Benavente
ARH Tejo, I.P.	6.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Vale de Cavalos
ARH Tejo, I.P.	11.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santo Estevão
ARH Tejo, I.P.	2.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Chouto / Gaviãozinho
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santana do Mato
ARH Tejo, I.P.	2.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Erra - Concelho de Coruche
ARH Tejo, I.P.	11.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Benfica do Ribatejo
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Execução de Trabalhos EN 119, entre o Km 34/860 e o Km 35+220, na Povoação do Biscainho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Execução de Trabalhos EN 114-3 e a EN 118 - Abastecimento de F.Salvaterra e Salvaterra de Magos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Execução de Trabalhos EN 243, EN 118 e Obra de Arte 726 - Abastecimento da Chamusca, Vale Cavalos e Ulme
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	128.355,00	Execução de Trabalhos EN 114-3 - Saneamento de Foros de Salvaterra, Sesmaria e Estanqueiro
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	1.551.274,90	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação POVT-12-0146-FCOES-000073
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Raposa
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Várzea Fresca
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Trabalhos EN 118, ao Km 32+365 - Samora Correia
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Implantação de uma Conduta Adutora de Abastecimento de Água à EN 243 ao Km 38+940 - Subsistema de riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Trabalhos - Atravessamento à EN 118, ao Km 73+660 à Entrada de Almeirim
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Branca
ARH Tejo, I.P.	7.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Couço
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Brogueira em Torres Novas

A favor de	Valor	Objectivo
ARH Tejo, I.P.	31.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR em Torres Novas
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução dos Subst. San. V. do Vale, Branca e Santana do Mato - Inst. de um Coletor - Atravess. EN 114 ao Km 126+630
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Instalação de uma Conduta Distribuidora de Abast. Água, em Atravessamento à EN 118 ao Km 55+160 em Marinhais
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	2.147,50	Instalação de uma Conduta adutora de Abast. Água, em Atravessamento à EN 114 ao Km 118+190 e 118+280 - ZIMB
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	19.569,00	Instalação de um Coletor de Águas Residuais - EN 10 e EN 118 em Samora Correia
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	837.122,33	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação QREN POVT-12-0146-FCOES-000126
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	1.142.491,17	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação QREN POVT-12-0146-FCOES-000168
António A.Silva e António Borges de Oliveira	142,89	Servidão Administrativa da Parcela 16A, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
António A.Silva e António Borges de Oliveira	142,89	Servidão Administrativa da Parcela 16, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Francisco Guilherme Cocharro	140,37	Servidão Administrativa da Parcela 12, artº 73 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Fernando Jacinto	175,79	Servidão Administrativa da Parcela 2, artº 86 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Isabel Maria Canavarro da Costa Macedo Vaz	7.904,85	Servidão Administrativa da Parcela 1, artº 5 da Secção V-V1 - Foros da Charneca - Biscainho
Maria Eugénia da Câmara Ferreira Pinto B.A.Rio	168,94	Servidão Administrativa da Parcela 8, artº 2 da Secção CC-CC1 - Foros da Charneca - Biscainho
António Nuno Nunes Alves Pereira Joaquim	4.246,11	Servidão Administrativa da Parcela 7 e 7,1, artº 1 da Secção CC-CC1 - Foros da Charneca - Biscainho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	12.171,50	Implantação de Conduta de Abas. de Água na EN 243 entre o KM 62+357 e o KM 65+961 - Parreira/Gaviãoz/Chouto
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Vala, em Paralelismo à EN 10 ao KM 107+793, Lado Direito - Porto Alto
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Implantação de Conduta Adutora de Abast. Água à EN 243 ao KM 38+940 - Subsistema Abast. Água de Riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	2.730,00	Instalação de Conduta de Abast. Água na EN 367 entre o KM 6+600 e o KM 6+860 - Lado Esquerdo - Glória do Ribatejo
ARH Tejo, I.P.	10.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Zona Industrial do Monte da Barca
ARH Tejo, I.P.	18.750,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	10.800,00	Instalação de Condutas Adutoras de Abast. Água em Atravessamento à EN 243 ao KM 45+340 e ao KM 45+000
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Instalação de um Coletor Gravítico de Saneamento à EN 118 ao KM 30+080 - Município de Benavente
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Implantação de Condutas Adutoras de Abastecimento de Água - Vertente em Baixa - Vale Tripeiro
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Instalação de Uma Conduta Adutora de Abastecimento de Água à Entrada de Montinhos dos Pegos
Legítimos Proprietários	1.287,08	Expropriações - Subsistema de Saneamento de Chouto/Gaviãozinho

A favor de	Valor	Objectivo
Valana-Sociedade Agro-Cinegética, Lda	789,94	Expropriação Administrativa da Parcela 3, artº 1 da Secção AA-AA1 - Couço
Dora Maria Pereira Carvalho Freire	541,00	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 42 da Secção KK - Pinheiro Grande
Herdeiros de Maria Amelia de Melo C. Vaz Monteiro	1.237,00	Expropriação Administrativa da Parcela ETAR, artº 9 da Secção D - Ulme/Chamusca
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedroso	1.651,72	Servidão Administrativa da Parcela 3, artº 20 da Secção X - Chamusca
F.Ramada II - Imobiliária SA, Outros e Arrendatário Rural Silvicaima - Soc. Silvicola Caima, SA	5.906,19	Servidão Administrativa da Parcela 7, artº 2 da Secção E - Vale de Cavalos/Chamusca
Herdeiros de Maria Manuela Lizardo Gomes R. Barracas	1.298,05	Servidão Administrativa da Parcela 5, artº 2 da Secção Q - Ulme/Chamusca
Custódia Augusta Ildefonso	973,50	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 26 da Secção J - Parreira/Chamusca
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedroso	640,00	Expropriação Administrativa da Parcela 1, artº 20 da Secção X - Chamusca
Legítimos Proprietários	193,20	Servidão Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Arripiado
Legítimos Proprietários	486,00	Servidão Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Arripiado
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.900,00	Remodelação e Reparação de Colector na EN 3 - Concelho do Entroncamento
Legítimos Proprietários	2.616,25	Servidão Administrativa - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	516,34	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Foros de Coruche (Ligação à ETAR Existente)
Legítimos Proprietários	3.213,50	Servidão Administrativa - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	7.056,00	Servidão Administrativa - Rede de Saneamento de Foros da Salvaterra
ARH Tejo, I.P.	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Cerrado das Águas
ARH Tejo, I.P.	7.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Bordalo Pinheiro - Benavente
Agência Portuguesa do Ambiente	12.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Esteveira
Agência Portuguesa do Ambiente	3.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Fungalvaz
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	1.000,00	Execução de Ramal Da Rede Pública de Saneamento de Águas Residuais Domésticas - Riachos - Torres Novas
Agência Portuguesa do Ambiente	5.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Rexaldia

A favor de	Valor	Objectivo
Agência Portuguesa do Ambiente	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Lapas/Ribeira
Agência Portuguesa do Ambiente	12.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Salvaterra de Magos
Agência Portuguesa do Ambiente	31.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Alpiarça
Agência Portuguesa do Ambiente	2.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Semideiro
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Fajarda
Legítimos Proprietários	270,52	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrógão
Legítimos Proprietários	14.340,31	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrógão
Legítimos Proprietários	5.592,68	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapa - Ribeira Branca
Legítimos Proprietários	6.175,95	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Rexaldia
Legítimos Proprietários	4.984,17	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapas - Ribeira Branca
Legítimos Proprietários	46.931,37	Expropriação Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água de Torres Novas
Agência Portuguesa do Ambiente	3.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Vale da Serra
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Glória do Ribatejo
Legítimos Proprietários	2.126,43	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento da Lamarosa (Torres Novas)
Agência Portuguesa do Ambiente	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Marinhas
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Pendente 2
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Uma Conduta Elevatória de Águas Residuais, em Paralelismo à E 118 ao Km 73+300 - Gouxaria - Lado Dtº
TOTAL	4.688.604,93 €	



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira
Manuel Martins Pereira
João Careca
Alec Beerton
Elsa Cândia Martins

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhamos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e normas contabilísticas e de relato financeiro que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos, somos de parecer que, a Assembleia Geral da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.:**

- aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 20 de março de 2017

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca



Martins Pereira
Veri
Esqui
X

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2017

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
representada por,
João António de Carvalho Careca



[Handwritten signatures and initials]

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados às circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

[Handwritten signatures]
Manuel Martins Pereira
João Careca
Alec Beerten
Elsa Cância Martins

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 91.865.529 euros e um total de capital próprio de 54.649.991 euros, incluindo um resultado líquido de 1.592.315 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

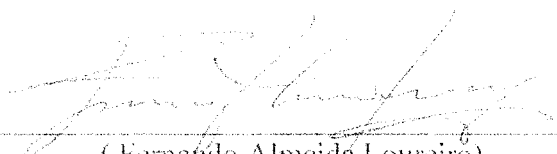
Nos termos da Lei e dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da AGROALPIARÇA – Produção Agrícola, C.I.P.R.L., para reunir ordinariamente, na nossa sede, Rua José Relvas nº 387, em Alpiarça, pelas 17:30 Horas, do dia 06 de Abril de 2017 (Quinta-feira), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2016.
2. Alteração dos Estatutos conforme proposta anexa.
3. Outros assuntos de interesse para a Cooperativa.

Não havendo número suficiente de presenças na hora indicada, a Assembleia reunirá uma hora depois com qualquer número de cooperantes.

Alpiarça, 23 de Março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Fernando Almeida Loureiro)



AGRO ALPIARÇA - CIPRL

ASSEMBLEIA - GERAL DE 06/04/2017

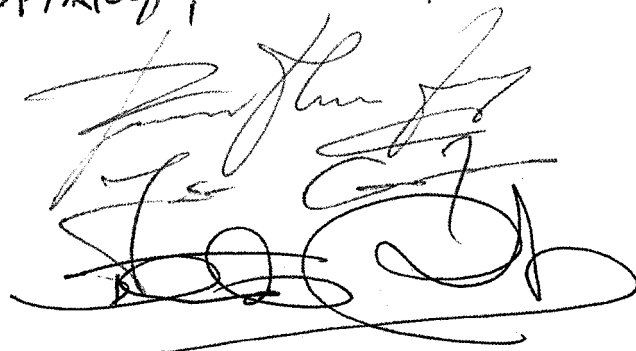
MINUTA DE ATA

Ponto 1 - RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO E O
PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO
AO ANO DE 2016, APROVADO POR UNA-
NIMIDADE.

Ponto 2 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS CONFORME
PROPOSTA ANEXA FOI APROVADO POR
UNANIMIDADE.

Ponto 3 - NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES.

ALPIARÇA, 06 DE ABRIL DE 2017



AGROALPIARÇA – PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CIPRL



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2016

A Direcção da Agroalpiarça vem submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2016.

Tal como em anos anteriores a principal atividade da cooperativa continua a centrar-se na exploração da vinha, produção e venda de vinho.

No ano de 2016 a produção foi colhida numa área de 47,50 hectares, atingindo o total de 287.000 litros, ligeiramente inferior em relação ao ano anterior, assim distribuídos: 110.000 litros de Vinho Tinto Apto a Regional Tejo, 122.000 litros de Vinho Tinto Apto a DOP "DoTejo", 20.000 litros de Vinho Branco Apto a Regional Tejo e 25 000 litros de vinho branco apto a DOP "DoTejo". De realçar ainda a produção de 900 litros de Vinho Licoroso tinto e a venda de 119 746 Kg de uvas.

Aos terrenos sob administração da Cooperativa denominados de culturas arvenses, a direcção continua a optar pelo arrendamento, de acordo com o que vem sendo praticado nos últimos anos, sendo neste ano 114,85 hectares, nomeadamente as propriedades, Courela da Quinta, Quinta dos Patudos, Alto Castelo, Cardeira de Cima, Cardeira de Baixo, Pinhal da Torre, Vale da Cigana e Os Quarenta.

Continuámos, em 2016, a manter um cuidado no tratamento das nossas vinhas, bem como a fazer as operações culturais necessárias à manutenção de uma boa sanidade das mesmas. A comercialização com valor acrescentado, em garrafas e bag-in-box tem vindo a estabilizar, continuando a ser uma dificuldade, que advém da enorme concorrência e

agressividade comercial do setor, sobretudo na garrafa. Nota-se no entanto, um aumento da venda de vinho ao público, nas nossas instalações, resultado da excelente qualidade dos nossos produtos.

Sobre o futuro da Cooperativa existe ainda alguma apreensão, considerando a sua débil situação financeira. No entanto, graças a uma gestão cuidada e às últimas campanhas, principalmente ao nível da excelente qualidade dos nossos vinhos, foi possível continuar a liquidar algumas dívidas antigas e a negociar outras, diminuindo consideravelmente as dívidas a fornecedores.

Durante o ano de 2016, pelas razões expostas, foi possível cumprir os compromissos financeiros assumidos, nomeadamente com o Novo Banco.

A produção de vinho em 2016, já referida, foi inferior à do ano de 2015. Os preços do vinho a Granel continuam muito baixos, agravados pela forte concorrência dos vinhos espanhóis, o que nos prejudica, se tivermos em conta que ainda temos de vender alguma quantidade de vinho por esta via. A Cooperativa continua a não estar em condições de dar o passo para o engarrafamento em quantidade e para o estágio de vinhos, se bem que a nossa qualidade seja excelente. No entanto esta Direção continuará a intensificar a procura de novos mercados e clientes para podermos atingir esses objectivos, assim que estiverem criadas condições para tal. Neste sentido estamos a procurar alargar a nossa carteira de clientes e novos mercados, que nos permitam avançar para os vinhos engarrafados a curto ou médio prazo.

Continuamos a fazer várias reparações nos edifícios da Cooperativa e temos como objectivo apresentar uma candidatura, no âmbito do Portugal 2020, para a remodelação do telhado do armazém onde se encontram os depósitos de cimento e que está com alguns problemas na estrutura. Também a recuperação do edifício contíguo, que está neste momento sem telhado, será objecto de uma intervenção, de forma a aproximar os depósitos de inox do armazém. Felizmente, neste momento é possível efectuar estes trabalhos de manutenção nos edifícios, graças à maior estabilidade da situação financeira da Cooperativa.

A Cooperativa tem também por objectivo apresentar uma candidatura, já elaborada, para instalar mais 1 ha de vinha, aproveitando assim um terreno isolado, nos alqueves.

A Direcção continua a tratar das formalidades, junto dos Organismos competentes, para o reconhecimento da Cooperativa como entidade de Utilidade Pública.

Quanto ao balanço, devemos realçar o facto de o capital próprio da cooperativa continuar a ser negativo, pelo que terão de continuar a ser tomadas as necessárias medidas correctivas.

Analisando a Demonstração de Resultados do ano de 2016, podemos concluir que o resultado é positivo em cerca de 148,34 €.

Não ocorrem fases subsequentes à data do balanço.

A Direcção da Agroalpiarça propõe assim que o resultado líquido do exercício positivo de 148,34 € tenha a seguinte aplicação:

148,34 €- Para Resultados Transitados.

Alpiarça, 6 de Abril de 2017
JOÃO PEDRO ALVES
AGROALPIARÇA, CIPRL
A Direcção
ANTÓNIO NORONHA
Eduardo Luís Braz

**AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL**

ANO : 2016

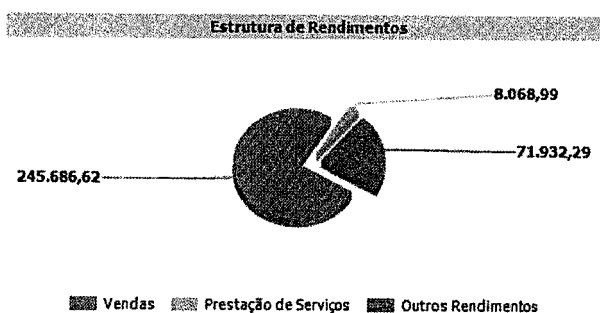
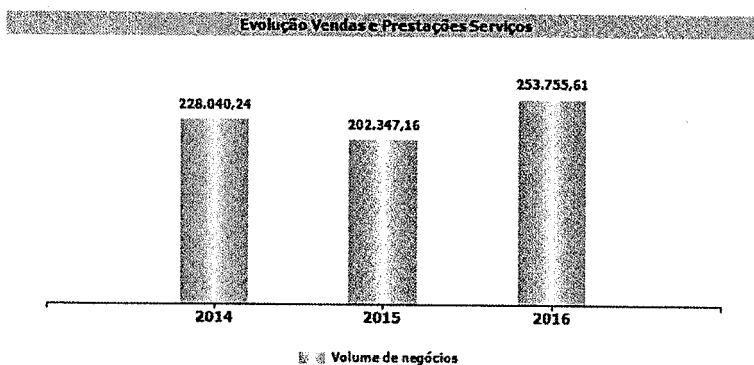
1 - Introdução

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, com sede social em RUA JOSÉ RELVAS 387, com um capital social de 150.000,00 €, tem como atividade principal Agricultura e produção animal combinadas. O presente relatório expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

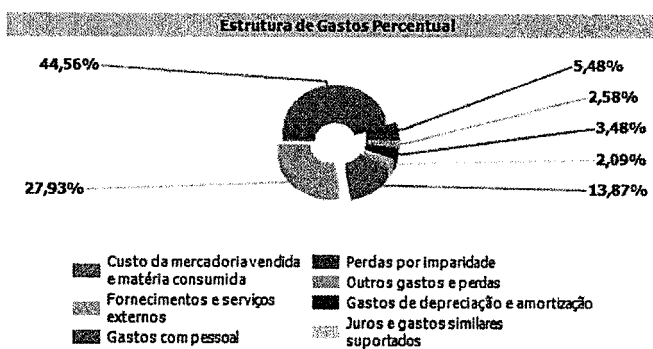
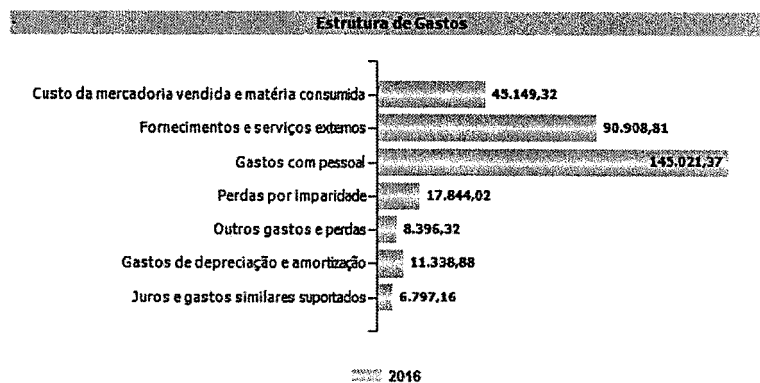
2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 253.755,61 €, representando uma variação de 25,40% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



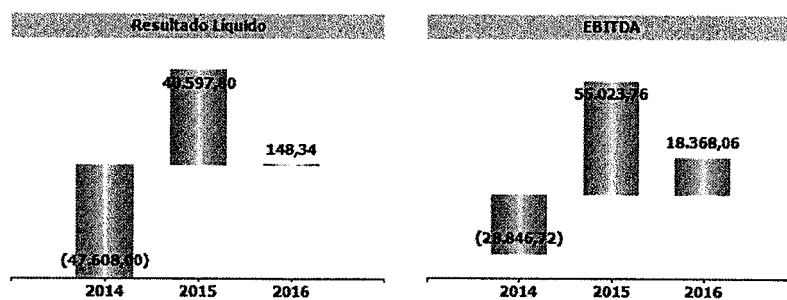
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Gastos com Pessoal	145.021,37	128.453,42	129.316,02
Nº Médio de Pessoas	6,00	5,00	5,00
Gasto Médio por Pessoa	24.170,23	25.690,68	25.863,20

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	379.655,23	57 %	427.844,66	59 %
Ativo corrente	288.623,60	43 %	295.205,00	41 %
Total ativo	668.278,83		723.049,66	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	(108.193,02)	-16 %	(75.483,46)	-10 %
Passivo não corrente	346.150,28	52 %	477.094,46	66 %
Passivo corrente	430.321,57	64 %	321.438,66	44 %
Total Capital Próprio e Passivo	668.278,83		723.049,66	

3 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 148,34€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Resultados Transitados	148,34

4 - Outras Informações

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo.

**Balanço - (modelo para ME) em 31-
12-2016
(montantes em euros)**

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

RUBRICAS	DATAS	
	2016	2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	378.766,05	296.943,63
Investimentos financeiros	889,18	889,18
Créditos e outros ativos não correntes		130.011,85
	379.655,23	427.844,66
Ativo corrente		
Inventários	161.804,60	188.078,56
Clientes	98.324,13	76.862,52
Estado e outros entes públicos	1,38	4.256,17
Diferimentos	1.983,77	2.112,55
Outros ativos correntes	12.432,71	15.592,64
Caixa e depósitos bancários	14.077,01	8.302,56
	288.623,60	295.205,00
Total ativo	668.278,83	723.049,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	150.000,00	150.000,00
Reservas	102.615,84	102.615,84
Resultados transitados	(410.983,07)	(403.404,30)
Outras variações no capital próprio	50.025,87	34.707,20
Resultado líquido do período	148,34	40.597,80
Total do capital próprio	(108.193,02)	(75.483,46)
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	346.150,28	467.018,16
Outras dívidas a pagar		10.076,30
	346.150,28	477.094,46
Passivo corrente		
Fornecedores	41.541,49	47.008,44
Estado e outros entes públicos	8.030,55	2.227,21
Outros passivos correntes	380.749,53	272.203,01
	430.321,57	321.438,66
Total do passivo	776.471,85	798.533,12
Total do capital próprio e do passivo	668.278,83	723.049,66

Direcção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direcção

ANTONIO NORONHA

Relat - TS De Brasil

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ME) do período de 2016
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRL**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2016	2015
Vendas e serviços prestados	253.755,61	202.347,16
Subsídios à exploração	15.847,12	12.662,23
Variação nos inventários da produção	(24.440,01)	37.216,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(45.149,32)	(36.675,71)
Fornecimentos e serviços externos	(90.908,81)	(113.160,99)
Gastos com o pessoal	(145.021,37)	(128.453,42)
Imparidades (perdas/reversões)	(17.844,02)	
Outros rendimentos	80.525,18	96.043,98
Outros gastos	(8.396,32)	(14.955,82)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	18.368,06	55.023,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(11.338,88)	(6.905,68)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	7.029,18	48.118,08
Gasto líquido de financiamento	(6.797,16)	(7.418,92)
Resultado antes de impostos	232,02	40.699,16
Imposto sobre o rendimento do período	(83,68)	(101,36)
Resultado líquido do período	148,34	40.597,80

Direcção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direcção

ANTONIO NORONHA

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL
Sede social: RUA JOSÉ RELVAS 387
Natureza da atividade: Agricultura e produção animal combinadas
Código CAE: 01500
Nº médio de empregados durante o período: 6,00

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime de normalização contabilística para microentidades, o instituído pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, o qual contempla as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direção

Pag. 1 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

ANTONIO NORONHA

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direção

Pag. 2 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Antonio NORONHA

P. L. T. D. B. m. e

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito das Normas contabilísticas e de relato financeiro para micro entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL
A Direção

Pag. 3 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Antonio NORONHA

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	252.374,54	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.083.112,34
Depreciações acumuladas	7.134,54	108.384,61	474.617,47	139.555,74	28.283,84		28.192,51			786.168,71
Saldo no início do período	245.240,00	24.664,26	27.039,37							296.943,63
Variações do período	88.503,23	(2.554,75)	(4.126,06)							81.822,42
Total de aumentos	93.161,30									93.161,30
Outros aumentos	93.161,30									93.161,30
Total diminuições	4.658,07	2.554,75	4.126,06							11.338,88
Depreciações do período	4.658,07	2.554,75	4.126,06							11.338,88
Saldo no fim do período	333.743,23	22.109,51	22.913,31							378.766,05
Valor bruto no fim do período	345.535,84	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.176.273,64
Depreciações acumuladas no fim do período	11.792,61	110.939,36	478.743,53	139.555,74	28.283,84		28.192,51			797.507,55

Quadro comparativo:

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direção

Pag. 4 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Antonio NORONHA

C. L. T. - T. L. D. - B. -

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	252.374,54	133.048,87	500.556,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.082.012,34
Depreciações acumuladas	7.134,54	105.728,49	470.367,91	139.555,74	28.283,84		28.192,51			779.263,03
Saldo no início do período	245.240,00	27.320,38	30.188,93							302.749,31
Variações do período		(2.656,12)	(3.149,58)							(5.805,68)
Total de aumentos			1.100,00							1.100,00
Aquisições em primeira mão			1.100,00							1.100,00
Total diminuições		2.656,12	4.249,56							6.905,68
Depreciações do período		2.656,12	4.249,56							6.905,68
Saldo no fim do período	245.240,00	24.664,26	27.039,37							296.943,63
Valor bruto no fim do período	252.374,54	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.083.112,34
Depreciações acumuladas no fim do período	7.134,54	108.394,61	474.617,47	139.555,74	28.283,84		28.192,51			786.168,71

6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Quadro comparativo:

Direção

A Direção

Pag. 5 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

8 - Inventários

8.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

8.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	145,26	4.794,49	4.939,75	145,26	3.670,84	3.816,10
Compras	2.625,00	42.049,17	44.674,17		35.994,86	35.994,86
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	145,26	4.319,34	4.464,60	145,26	4.794,49	4.939,75
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.625,00	42.524,32	45.149,32		34.871,21	34.871,21
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8.3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	109.382,48	46.923,64	1.033,88	157.340,00	137.407,72	45.731,09		183.138,81
Reclassificação e regularização de inventários	(1.087,20)	(271,60)		(1.358,80)	(1.160,84)	(219,00)		(1.379,84)
Inventários iniciais	137.407,72	45.731,09		183.138,81	118.001,66	29.300,66		147.302,32
Variação da produção	(26.938,04)	1.464,15	1.033,88	(24.440,01)	20.566,90	16.649,43		37.216,33
OUTRAS INFORMAÇÕES								

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direção

Pag. 6 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Antonio NORONHA

9 - Rédito

9.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

9.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	245.686,62	200.742,12
Prestação de serviços	8.068,99	1.605,04
Total	253.755,61	202.347,16

11 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

11.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

11.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			15.847,12						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			15.847,12						

Quadro comparativo:

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

A Direção

Pag. 7 de 12

CC Nº 9029 (Carlos Ferreira)

Antonio NOZONHA

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			12.662,23						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			12.662,23						

12 - Impostos e contribuições**12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	232,02	40.699,16
Imposto corrente	83,68	101,36
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	83,68	101,36
Tributações autónomas	83,68	101,36
Taxa efetiva de imposto	36,06	0,24

12.2. Outras divulgações

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		83,68		101,36
Imposto estimado		83,68		101,36
Retenção de Impostos sobre rendimentos		1.063,73		868,36
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1,38	4.613,02	4.256,17	
Contribuições para a Segurança Social		2.270,12		1.257,49
Total	1,38	8.030,55	4.256,17	2.227,21

13 - Instrumentos financeiros**13.3. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:**

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL
A Direção

Pag. 8 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

António NORONHA
D. I. T. D.

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	17.844,02		17.844,02			
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total	17.844,02		17.844,02			

13.5. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			110.756,84		
Cientes			98.324,13		
Outras contas a receber			12.432,71		
Passivos financeiros:			768.441,30		
Fornecedores			41.541,49		
Adiantamentos de clientes			6.500,00		
Financiamentos obtidos			346.150,28		
Outras contas a pagar			374.249,53		
Ganhos e perdas líquidos:			(17.634,25)		
De ativos financeiros			(17.844,05)		
De passivos financeiros			209,80		
Rendimentos e gastos de juros:			(6.797,16)		
De passivos financeiros			(6.797,16)		

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			92.455,16		
Cientes			76.862,52		
Outras contas a receber			15.592,64		
Passivos financeiros:			796.305,91		
Fornecedores			47.008,44		
Adiantamentos de clientes			6.500,00		
Financiamentos obtidos			467.018,16		
Outras contas a pagar			275.779,31		
Ganhos e perdas líquidos:			(307,00)		
De ativos financeiros			(204,37)		
De passivos financeiros			(102,63)		
Rendimentos e gastos de juros:			(7.418,92)		
De passivos financeiros			(7.418,92)		

14 - Capital Próprio

14.1. Forma como se realizou o capital social e seus aumentos ou reduções, apenas no exercício em que

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

Pag. 9 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

A Direção

tiveram lugar

14.2. Número e valor nominal das ações/quotas subscritas no capital, durante o exercício**14.3. Movimentos associados ao capital próprio**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150.000,00			150.000,00
Reservas	102.615,84			102.615,84
Reservas legais	8.882,33			8.882,33
Outras reservas	93.733,51			93.733,51
Resultados transitados	(403.404,30)	7.578,77		(410.983,07)
Outras variações nos capitais próprios	34.707,20		15.318,67	50.025,87
Subsídios	34.707,20		15.318,67	50.025,87
Total	(116.081,26)	7.578,77	15.318,67	(108.341,36)

Quadro comparativo:

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**15.1. Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	245.686,62	245.686,62
De mercadorias	3.425,59	3.425,59
De produtos acabados, semilacados resíduos e refugos	242.261,03	242.261,03
Prestações de serviços	8.068,99	8.068,99
Compras	44.674,17	44.674,17
Fornecimentos e serviços externos	90.908,81	90.908,81
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	45.149,32	45.149,32
Mercadorias	2.625,00	2.625,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	42.524,32	42.524,32
Variação nos Inventários de produção	(24.440,01)	(24.440,01)
Gastos com o pessoal	145.021,37	145.021,37
Remunerações	120.850,83	120.850,83
Outros gastos	24.170,54	24.170,54
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	378.766,05	378.766,05
Propriedades de investimento		

Direcção

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

Pag. 10 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	200.742,12	200.742,12
De mercadorias	202,95	202,95
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	200.539,17	200.539,17
Prestações de serviços	1.605,04	1.605,04
Compras	37.799,36	37.799,36
Fornecimentos e serviços externos	113.160,99	113.160,99
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	36.675,71	36.675,71
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	34.871,21	34.871,21
Ativos biológicos	1.804,50	1.804,50
Variação nos Inventários de produção	37.216,33	37.216,33
Gastos com o pessoal	128.453,42	128.453,42
Remunerações	109.186,36	109.186,36
Outros gastos	19.267,06	19.267,06
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	296.943,63	296.943,63
Total das aquisições	1.100,00	1.100,00
Propriedades de investimento		

15.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	245.686,62			245.686,62
Prestações de serviços	8.068,99			8.068,99
Compras	42.591,82	2.082,35		44.674,17
Fornecimentos e serviços externos	90.908,81			90.908,81
Rendimentos suplementares:	69.027,04			69.027,04
Outros rendimentos suplementares	69.027,04			69.027,04

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	200.742,12			200.742,12
Prestações de serviços	1.605,04			1.605,04
Compras	36.053,36	1.746,00		37.799,36
Fornecimentos e serviços externos	113.160,99			113.160,99
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1.100,00			1.100,00
Rendimentos suplementares:	84.114,02			84.114,02
Outros rendimentos suplementares	84.114,02			84.114,02

16 - Outras informações

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos

Direção

AGROALPIARÇA, CIPRL

Pag. 11 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Antonio NOZONHA

resultados

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	1.920,30	8.007,52
Serviços especializados	27.743,67	24.915,92
Trabalhos especializados	6.176,54	8.331,49
Vigilância e segurança	33,00	25,50
Conservação e reparação	21.179,63	16.558,93
Outros	354,50	
Materiais	1.371,33	1.544,20
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	248,68	788,65
Material de escritório	1.122,65	755,55
Energia e fluidos	33.625,60	48.456,85
Electricidade	18.964,21	36.183,93
Combustíveis	10.130,13	8.598,59
Água	2.262,50	2.072,15
Outros	2.268,76	1.602,18
Deslocações, estadas e transportes	323,80	381,60
Deslocações e estadas	98,80	76,60
Transportes de mercadorias	225,00	305,00
Serviços diversos	25.924,11	29.854,90
Rendas e alugueres	19.371,98	19.406,06
Comunicação	1.424,12	1.191,60
Seguros	3.018,88	3.075,11
Contencioso e notariado		4.411,80
Limpeza, higiene e conforto	1.464,61	692,66
Outros serviços	644,52	1.077,67
Total	90.908,81	113.160,99

Direcção

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA
A Direcção

Pag. 12 de 12

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

AGROALPIARÇA, C.I.P.R.L.

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Cooperadores,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentados pela direção da AGROALPIARÇA, PROD. AGRÍCOLA, CIPRL relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2. No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal tem acompanhado a Direção, marcando presença em algumas reuniões convocadas por este órgão, acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da Cooperativa, verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3. No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) O Relatório de Gestão, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, o Balanço e o correspondente Anexo com uma nova apresentação permitem uma adequada leitura e compreensão da situação financeira da Cooperativa e dos seus resultados e de uma forma clara que os apresenta;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios adotados foram adequados;

iii) O Relatório de Atividades é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade da Cooperativa e da atual situação evidenciando os aspetos mais significativos, como exemplo o resultado líquido do ano de 2016 que foi positivo, mesmo pequeno, e a redução do empréstimo.

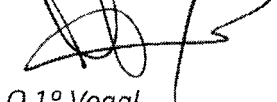
iv) Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção, do Contabilista Certificado e o explanado no relatório e das contas, reconhecemos que tem sido feito um grande trabalho nos últimos anos para a redução das dívidas, e nunca perdendo o objetivo de continuar a fazer os investimentos necessários e ponderados em paralelo, para criar bons produtos para ser competitivo neste mercado, onde a credibilidade e os bons produtos não podem ser comprometidos, assim somos de parecer que:

i) Seja aprovado o Relatório de Gestão e as contas, não só por estarem corretas, mas também pelo esforço, dedicação, trabalho e o empenho que trabalhadores, cooperantes e direção tem tido ao longo destes últimos anos para recuperar esta cooperativa.

Alpiarça, 06/04/2017

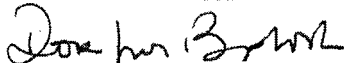
O Presidente do Conselho Fiscal

João Pedro Antunes Osório



O 1º Vogal

Dora João Batista



O 2º Vogal

Raul Rodrigues Grazina





LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM.

Relatório de Gestão Anual - 2016





Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento	4
3	Demonstrações financeiras individuais	7
6.1.	Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016.....	7
6.2.	Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	8
6.3.	Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	9
6.4.	Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	10
7.1.	Nota introdutória.....	12
7.2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	12
7.2.1.	Nota introdutória.....	12
7.2.2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	12
7.3.	Principais políticas contabilísticas.....	14
7.4.	Ativos fixos tangíveis	18
7.5	Propriedades de investimento	19
7.6	Clientes	19
7.7	Estado e outros entes públicos	20
7.8	Caixa e depósitos bancários	20
7.9	Capital realizado	20
7.10	Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital	21
7.11	Reserva legal.....	21
7.12	Resultados transitados	22
7.13	Outras contas a pagar.....	22
7.14	Vendas e prestações de serviços.....	22
7.15	Variação da produção.....	22
7.16	Fornecimentos e serviços externos.....	23
7.17	Outros rendimentos e ganhos.....	23
7.18	Outros gastos e perdas.....	24
7.19	Eventos subsequentes.....	24
7.17	Informações exigidas por diplomas legais.....	25
7.18	Outras informações	25
8	Investimento realizado	25
10	Perspetivas futuras.....	26



11 Proposta de aplicação de resultados.....	26
---	----



RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL – ANO 2016

1 Introdução

A LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM (doravante abreviadamente designada LT-SRU), é uma sociedade anónima, encarregada da promoção do desenvolvimento local e regional, com o capital social de € 463.254,00 (quatrocentos e sessenta e três mil duzentos e cinquenta e quatro euros), integralmente detido pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém (doravante, conjuntamente designados por Municípios), tendo por objeto, a título principal, a gestão de operações de reabilitação urbana.

Constituem atribuições da LT-SRU:

- i. Desempenhar as funções que, nos termos legais, lhe competem enquanto entidade gestora de operações de reabilitação urbana;
- ii. Exercer os poderes que lhe sejam delegados pelos municípios, conforme artigo 4.º dos seus Estatutos;
- iii. Quando encarregada, preparar projetos de delimitação de áreas de reabilitação urbana, nos termos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro;
- iv. Desenvolver uma função de coordenação e integração das múltiplas políticas com impacto na reabilitação urbana.

2 Enquadramento

A LT-SRU rege-se pelo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (doravante abreviadamente designado RJAEL), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Desde a sua constituição, em 21 de dezembro de 2009, a LT-SRU desempenhou um papel muito importante no âmbito da satisfação de necessidades coletivas da população dos Municípios, nomeadamente, ao nível das atividades de programação e reabilitação urbana.

Em fevereiro de 2015, a LT-SRU concluiu os Programas Estratégicos para as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) dos Municípios.

Face à conjuntura económica existente, e por não se verificar uma dinâmica suficiente para garantir a viabilidade económica e financeira do seu desenvolvimento, as atividades que a LT-SRU vinha desenvolvendo, em conformidade com o seu objeto social, foram delegadas pelos Municípios na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) mediante Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 01 de julho de 2015, que determinou a descontinuidade da atividade da LT-SRU.

O n.º 1 do artigo 62.º do RJAEI determina que *“as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:*

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;*
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas;*
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;*
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo”.*

As vendas e prestações de serviços realizados não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, pelo que a LT-SRU preenche, assim, o requisito previsto na alínea a) atrás referido, pelo que deverá obrigatoriamente ser objeto de deliberação de dissolução.

A dissolução, transformação, integração, fusão ou internalização das empresas locais depende de prévia deliberação dos órgãos da entidade pública participante competentes para a sua constituição, a quem incumbe definir os termos da liquidação do respetivo património, nos casos em que tal suceda (n.º 2 do artigo 61.º do RJAEI).

A constituição das empresas locais, por sua vez, é da competência dos órgãos deliberativos das entidades públicas participantes, sob proposta dos respetivos órgãos executivos (n.º 1 do artigo 22.º do RJAEI).

As Câmaras Municipais dos Municípios, na qualidade de órgãos executivos, acionistas da LT-SRU, com fundamento nas citadas disposições legais aplicáveis e atendendo aos fundamentos e conclusões supra expostos sobre esta matéria, desencadearam os mecanismos, dispositivos e formalidades legais, com vista à dissolução e liquidação da LT-SRU, tendo aprovado o projeto de dissolução e liquidação e submetido o mesmo às respetivas Assembleias Municipais que, igualmente, o aprovaram.

Prevê-se que a conclusão do processo de dissolução e liquidação ocorra no início do ano de 2017, com a transmissão dos ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras que a seguir se apresentam, ajustados de eventuais despesas que a LT-SRU ainda possa incorrer no início de 2017, nomeadamente, as inerentes ao processo de extinção.

3 Demonstrações financeiras individuais

(para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016)

6.1. Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016

LT- Sociedade Reabilitação Urbana, EM			
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016			
(Valores expressos em euros)			
	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Activo			
Activos fixos tangíveis	7.4	0,00	0,00
Propriedades de investimento	7.5	526.543,32	526.543,32
Total dos Activos Não Correntes		526.543,32	526.543,32
Inventários		0,00	0,00
Clientes	7.6	0,00	49.371,69
Estado e outros entes públicos	7.7	29.152,50	80.232,61
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	7.8	106.647,32	72.154,28
Total dos Activos Correntes		135.799,82	195.758,48
		662.343,14	722.301,80
Capitais Próprios			
Capital realizado	7.9, 7.10	463.254,00	452.143,90
Reservas legais	7.11	3.000,07	2.929,76
Outras reservas	7.11	16.466,52	16.466,52
Resultados transitados	7.12	-48.367,84	2.106,82
Resultado líquido do exercício		-5.843,61	1.406,16
Total dos Capitais Próprios		428.509,14	475.053,16
Passivo			
Outras contas a pagar	7.13	233.834,00	247.243,64
Total dos Passivos Não Correntes		233.834,00	247.243,64
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	7.7	0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		0,00	0,00
Total do Passivo		233.834,00	247.243,64
		662.343,14	722.301,80

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras
Santarém, 12 de Janeiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

6.2. Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2016

LT- Sociedade Reabilitação Urbana, EM

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Prestação de serviços	7.14	0,00	58.000,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	7.15	0,00	(2.203,96)
Fornecimentos e serviços externos	7.16	(6.111,65)	(59.693,47)
Outros rendimentos e ganhos	7.17	372,50	10.257,00
Outros gastos e perdas	7.18	(104,46)	(4.144,84)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.843,61)	2.242,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	(361,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5.843,61)	2.081,61
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		(5.843,61)	2.081,61
Imposto sobre o rendimento do período	7.7	0,00	(675,49)
Resultado líquido do período		(5.843,61)	1.406,16

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Santarém, 12 de Janeiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO

6.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2016

LT- Sociedade Reabilitação Urbana, EM

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		43.371,69	61.560,93
Pagamentos a fornecedores		(7.459,95)	(6.619,06)
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		35.911,74	54.941,87
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(677,29)	(1.151,86)
Outros recebimentos/pagamentos		(11.846,51)	(35.843,44)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		23.387,94	17.946,87
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7.4		
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	7.4		
Activos intangíveis			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	7.9	11.105,10	16.198,60
Outras operações de financiamento			
		11.105,10	16.198,60
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		11.105,10	16.198,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	7.11	34.493,04	34.145,47
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.11	72.154,28	38.008,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.11	106.647,32	72.154,28

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Santarém, 12 de Janeiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

6.4. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2016

LT- Sociedade Reabilitação Urbana, EM

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

		(Valores expressos em euros)					
		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
Posição no início do Período 2014	1	Notas					
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos							
Excedente de revalorização de activos							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
capital próprio	2		70,31		-50.474,66		-1.406,16
			70,31		-50.474,66		-1.406,16
Resultado líquido do Período	3						-5.843,61
Resultado integral	4 = 2 + 3						-7.249,77
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital	7.9	11.105,10					
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações	5	11.105,10					
Posição no fim do Período 2014	6 = 1 + 2 + 3 + 5	22.210,20	3.000,07	16.466,52	48.567,84		-5.843,61
		22.210,20	3.000,07	16.466,52	48.567,84		-5.843,61
		11.105,10					11.105,10

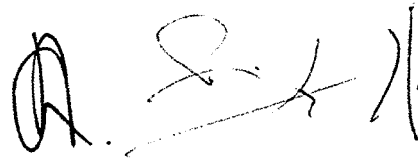
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Santarém, 12 de Janeiro de 2017

LO-CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



LT- Sociedade Reabilitação Urbana, E.M.
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		(Valores expressos em euros)					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
1	Notas	435.950,30	2.681,79	16.466,52	-2.604,60		4.959,39
Posição no início do Período 2013							457.453,40
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos							
Excedente de revalorização de activos							
Ajustamentos por impostos diferidos			247,97		4.711,42		-4.959,39
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			247,97		4.711,42		-4.959,39
2							
3							
4 = 2 + 3							
Resultado Líquido do Período							1.406,16
Resultado Integral							-3.553,23
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital	7.9	16.198,60					
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
5		16.198,60					
6 = 1 + 2 + 3 + 5		452.148,90	2.929,76	16.466,52	-2.106,82		1.406,16
Posição no fim do Período 2013							475.055,16

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Sintardim, 12 de Janeiro de 2017

RECONTRIBUÍDA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

7. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o exercício 31 de Dezembro de 2016 (Valores expressos em euros)

7.1. Nota introdutória

A sociedade “LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM”, tem sua sede em Quinta das Cegonhas – Apartado 577 em Santarém. A Empresa tem como atividade principal promover a reabilitação urbana dos centros históricos, das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, bem como de qualquer outra área de regeneração urbana urgente.

7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

7.2.1. Nota introdutória

A sociedade “LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM”, tem sua sede em Quinta das Cegonhas – Apartado 577 em Santarém. A Empresa tem como atividade principal promover a reabilitação urbana dos centros históricos, das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, bem como de qualquer outra área de regeneração urbana urgente.

7.2.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 31 de Dezembro de 2016 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Releva-se no entanto que está previsto o termo do processo de dissolução/liquidação da sociedade no decorrer do início do ano de 2017, dado que face à conjuntura económica existente, e por não se verificar uma dinâmica suficiente para garantir a viabilidade económica e financeira do seu desenvolvimento, as atividades que a LT-SRU vinha desenvolvendo, em conformidade com o seu objeto social, foram delegadas pelos Municípios na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) mediante Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 01 de julho de 2015, que determinou a descontinuidade da atividade da LT-SRU.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

7.3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

7.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da sociedade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

7.3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

7.3.3 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

7.3.4 Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

7.3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

7.3.6 Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

7.3.7 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

7.3.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

7.3.9 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

7.3.10 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

7.4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-16
Custo:					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	1.611,50		-1.611,50		
Equipamento de transporte					
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	18.310,72		-18.310,72		
Outros activos fixos tangíveis					
Investimentos em curso					
	<u>19.922,22</u>		<u>-19.922,22</u>		
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	966,90		-966,90		
Equipamento de transporte					
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	18.310,72		-18.310,72		
Outros activos fixos tangíveis					
	<u>19.277,62</u>		<u>-19.277,62</u>		

31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-15
Custo:					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	1.611,50				1.611,50
Equipamento de transporte					
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	18.310,72				18.310,72
Outros activos fixos tangíveis					
Investimentos em curso					
	<u>19.922,22</u>				<u>19.922,22</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	1.289,20	322,30			1.611,50
Equipamento de transporte					
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	18.310,72				18.310,72
Outros activos fixos tangíveis					
	<u>19.599,92</u>	<u>322,30</u>			<u>19.922,22</u>

7.5 Propriedades de investimento

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor
					Saldo em 31-Dez-16
Prédio Urbano - Município Santarém	69.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Coruche	56.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Alpiarça	54.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Azambuja	50.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Cartaxo	36.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Chamusca	216.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Rio Maior	45.543,32	-	-	-	-
	<u>526.543,32</u>				<u>526.543,32</u>

31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor
					Saldo em 31-Dez-15
Prédio Urbano - Município Santarém	69.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Coruche	56.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Alpiarça	54.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Azambuja	50.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Cartaxo	36.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Chamusca	216.000,00	-	-	-	-
Prédio Urbano - Município Rio Maior	45.543,32	-	-	-	-
	<u>526.543,32</u>				<u>526.543,32</u>

7.6 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	-	-	43.371,69
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
				<u>43.371,69</u>
Perdas por imparidade acumuladas				<u>43.371,69</u>

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	-		-	43.371,69
Cientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Cientes factoring	-	-	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
				43.371,69

7.7 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	677,29	1.345,57
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	28.475,21	78.886,94
Outros impostos e taxas		
	29.152,50	80.232,51
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)		
Segurança Social		
Outros impostos e taxas		

7.8 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa		500,00
Depósitos à ordem	106.647,32	71.654,28
	106.647,32	72.154,28

7.9 Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Empresa no valor total de **463.254,00** euros, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, conforme mapa a seguir apresentado:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Capital subscrito	Capital por realizar	Capital realizado	Capital subscrito	Capital por realizar	Capital realizado
Município Santarém	116.470,00	-	116.470,00	116.470,00	-	116.470,00
Município Coruche	72.890,00	-	72.890,00	72.890,00	-	72.890,00
Município Almeirim	46.283,00	-	46.283,00	46.283,00	-	46.283,00
Município Alpiarça	23.481,00	-	23.481,00	23.481,00	-	23.481,00
Município Azambuja	42.979,00	-	42.979,00	42.979,00	-	42.979,00
Município Cartaxo	43.809,00	-	43.809,00	43.809,00	-	43.809,00
Município Chamusca	47.279,00	-	47.279,00	47.279,00	-	47.279,00
Município Golegã	21.153,00	-	21.153,00	21.153,00	11.105,10	10.047,90
Município Rio Maior	48.910,00	-	48.910,00	48.910,00	-	48.910,00
	463.254,00	0,00	463.254,00	463.254,00	11.105,10	452.148,90

7.10 Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

	% Capital	Valor
Município de Santarém	25%	116,470.00

7.11 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. No entanto, os estatutos da sociedade preveem pelo menos 10%.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

7.12 Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados encontra-se afetada pelo valor de 51.810,51 euros, referentes a IVA de períodos anteriores e resultantes de liquidação oficiosa emitida pela AT. Este valor foi liquidado através do reembolso e do reporte de IVA disponível.

7.13 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Outras contas a pagar	233.834,00	-	247.243,64	-
	233.834,00		247.243,64	

7.14 Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	58.000,00	-	58.000,00	58.000,00	-	58.000,00
	58.000,00		58.000,00	58.000,00		58.000,00

7.15 Variação da produção

A variação da produção nos períodos de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Variação da produção	-	-	-	-2.208,96	-	-2.208,96
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	-	-2.208,96	-	-2.208,96

7.16 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	6.049,98	59.480,57
Materiais	-	90,62
Energia e fluidos	-	-
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Serviços diversos (*)	61,67	172,28
Comunicação	16,67	92,28
Contencioso Notariado	-	80,00
Outros	45,00	-
	6.111,65	59.693,47

7.17 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros		
Inalentejo		-10.257,00
Outros rendimentos e ganhos	372,50	
	372,50	-10.257,00

7.18 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	104,46	3.910,34
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em inv. não financeiros		-161,15
Outros gastos e perdas		39,82
	104,46	4.311,81

7.19 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do semestre, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As demonstrações financeiras para 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 12 de Janeiro de 2017

7.17 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

7.18 Outras informações

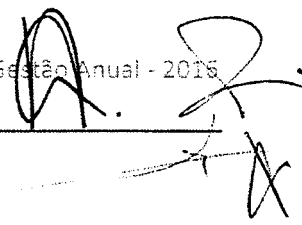
- Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 1.500,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor

8 Investimento realizado

Não foram realizados quaisquer investimentos em 2016 por parte da sociedade.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas assentam nas regras de prudência, entendendo que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.



10 Perspetivas futuras

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para a contracção sem precedente da atividade económica em Portugal. Esta evolução traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

Neste contexto a LT-SRU tem uma posição responsável e consciente, não existe perspetiva de investimento para 2017, para o desenvolvimento da sua atividade de fundo. Assim tem-se vindo a estudar o processo de encerramento da atividade da sociedade. Face à conjuntura económica existente, e por não se verificar uma dinâmica suficiente para garantir a viabilidade económica e financeira do seu desenvolvimento, as atividades que a LT-SRU vinha desenvolvendo, em conformidade com o seu objeto social, foram delegadas pelos Municípios na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) mediante Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 01 de julho de 2015, que determinou a descontinuidade da atividade da LT-SRU.

11 Proposta de aplicação de resultados

Propomos que o resultado líquido negativo obtido no exercício de 2016, no montante de **5.843,61 euros** (Cinco mil, oitocentos e quarenta e três euros e sessenta e um cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados	5.843,61 Euros
--------------------------	-----------------------

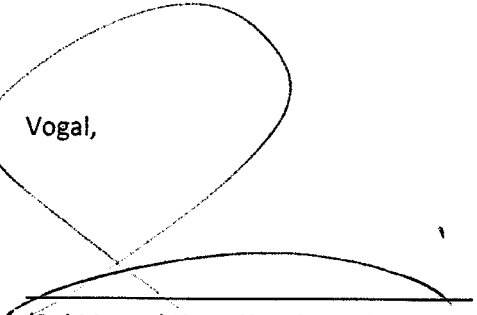
Santarém, 12 de janeiro de 2017

Conselho de Administração:

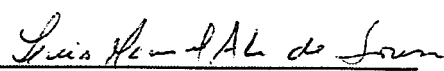
Presidente,


(Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves)

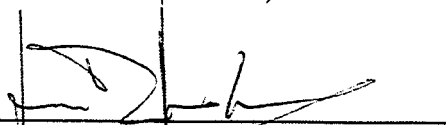
Vogal,


(Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte)

Vogal,


(Luis Manuel Abreu Sousa)

Contabilista Certificado,


(João Manuel Lopes Gomes)



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira
João Careca
Alec Beerten
Elsa Cândia Martins

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o respetivo Anexo a estas demonstrações financeiras.

No seu conjunto, os referidos documentos traduzem de forma adequada a evolução dos negócios da empresa, cumprindo com as exigências decorrentes da legislação aplicável.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos nesta data à emissão da Certificação Legal das Contas, com uma reserva por desacordo.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.**, em 31 de dezembro de 2016, satisfazendo as disposições legais.

Face ao trabalho desenvolvido, e de acordo com o exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas da **LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.** aprovem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o respetivo Anexo a





estas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 02 de fevereiro de 2017

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Ponto 4 - Consolidação de Contas do ano de 2016 – Relatório de Gestão Consolidado - Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

Presente em Reunião
Em 23/06/17

Para Deliberação: *Aprovado por maioria absoluta*
Remeter à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação e votação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CERTIDÃO

Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça e à Presidência na Assembleia Municipal de Alpiarça-----

Certifica, conforme minuta da ata da Reunião da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte e três de Junho de dois mil e dezassete, que consta uma deliberação com o seguinte teor:-----

Ponto 4 - Consolidação de Contas do ano de 2016 – Relatório de Gestão Consolidado - Município de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça -----

Para Deliberação: Aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Manuel Colhe-----

Remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação.-----

Por ser verdade, se passa a presente certidão que assino e faço autenticar com selo branco em uso neste Município.-----

Alpiarça, aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e dezassete.-----

A Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça e à Presidência na Assembleia Municipal de Alpiarça-----

Ana Cristina Lima Ferreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CERTIDÃO

Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de Apoio à Presidência na Assembleia Municipal de Alpiarça e à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça-----

Certifica, conforme minuta da ata da Reunião da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia trinta de Junho de dois mil e dezassete, que consta uma deliberação com o seguinte teor:-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da Consolidação de Contas do ano de 2016 – Relatório de Gestão Consolidado - Município de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça -----

Aprovado por maioria, com 9 votos a favor da bancada da CDU, 6 abstenções das bancadas PS e PPD/PSD - MPT/TPA.-----

Por ser verdade, se passa a presente certidão que assino e faço autenticar com selo branco em uso neste Município.-----

Alpiarça, aos quatro dias do mês de Julho de dois mil e dezassete.-----

A Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de Apoio à Presidência na Assembleia Municipal de Alpiarça e à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça-----

Ana Cristina Lima Ferreira

Câmara Municipal

Leandro Siqueira
Carmelinda Pereira
Raimundo Colla
Antonio de Jesus
[Signature]

Assembleia Municipal

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
(Liliana) Pastor
fernanda carneiro
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Assinaturas

